

# **PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PTDS -**

**VERSÃO 1.0**



**Atualização do PTDS – 21/03/2013, CETEP-Itaberaba/BA**

*Municípios: Boa Vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha e Tapiramutá*

## PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PTDS -

### Comissão de Coordenação do CODESPP

Nome	Instituição	Município
Adenilton G. Sampaio	Prefeitura Municipal	Ruy Barbosa
Juvenal M.da Silva Júnior	CETEP I	Itaberaba
Laurita G. de Jesus	Associação Movimento Negro	Itaberaba
Neilde Cardoso	Igreja Católica	Rafael Jambeiro
Vinícius Midlej	Prefeitura Municipal	Mundo Novo
Vinicius Galvão	Associação Assude	Itaberaba
Josete P. Sampaio	SEPLAN/ADT	Macajuba/Itaberaba
Jorge Augusto Lemos	EBDA (Articulador de Crédito Assistido)	Itaberaba
Auxiliar Adminstratvo	Robson de Abreu (Sec. de Ação Social)	Itaberaba

### Sistematização

Comissão de Coordenação do CODESPP

### Contribuições

Ildes Ferreira de Oliveira  
Robson de Andrade Santos  
Valmir Macedo de Souza  
Ivan Leite Fontes

Maio-Junho, 2013

Rua Helio Borges, 81 – Bairro São João  
46880-000 – EBDA Regional - Itaberaba – Bahia

*Quem muda o mundo  
são os que não se instalam,  
rompem a casca do ovo,  
os que se indagam permanentemente  
e dizem não ao que de errado há.  
Chico Alencar<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> ALENCAR, 1998, p. 10

Municípios: Boa Vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha e Tapiramutá

## COMPOSIÇÃO DA PLENÁRIA TERRITORIAL E GRUPO GESTOR

PLENÁRIA TERRITORIAL		
NOME	ORGANIZAÇÃO	MUNICÍPIO
<b>José Alves dos Santos</b> / Isais Pereira de Arruda <sup>1</sup>	Prefeitura Municipal	Boa Vista do Tupim
<b>Rondinelli Arena Santana</b> / João Artur Mascarenhas Sales Filho <sup>1</sup>	Camara Municipal/ EBDA <sup>1</sup>	Boa Vista do Tupim
<b>Honório Nogueira Martinho</b> / Valdomiro Oliveira Bastos <sup>1</sup>	Escola Família Agrícola	Boa Vista do Tupim
<b>Albertino Ines da Silva</b> / Ailton Silva Bispo <sup>1</sup>	Associação Aliança	Boa Vista do Tupim
<b>Paulo Gracino da Silva Neto</b> / Edson Jesus da Silva Neto <sup>1</sup>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	Boa Vista do Tupim
<b>Elival Pacheco da Silva</b> / Micherlanne Freire Ferraz de Lima Costa <sup>1</sup>	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA	Iaçu
<b>Jordilton Jaimar de Oliveira Couto</b> / Carlito Couto de Brito <sup>1</sup>	Prefeitura Municipal/Camara de vereadores de Iaçu <sup>1</sup>	Iaçu
<b>Claudionor Gomes dos Santos</b> / Ana Claudia Pereira dos Santos <sup>1</sup>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Iaçu
<b>Ailma Firmino Geraldo</b> / Mauriza da Silva e Silva <sup>1</sup>	Paroquia do Sagrado Coração de Jesus	Iaçu
<b>Gilson Ferreira de Brito</b> / Edivaldo Astrogildo dos Santos <sup>1</sup>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	Iaçu
<b>Rosângela Maria Araújo Oliviera</b> / Pedro Edílson Mascarenhas Oliveira <sup>1</sup>	Prefeitura Municipal	Ibiquera
<b>Elania Alves Silva</b> / Maria Helena Jesus da Silva <sup>1</sup>	Camara Municipal de Vereadores de Ibiquera	Ibiquera
<b>Rodolfo José de Souza</b> / Suede Santos Silva <sup>1</sup>	Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Região Centenário / Igreja Internacional da Graça de Deus <sup>1</sup>	Ibiquera
<b>Miguel Francisco Pereira Silva</b> / Marilene Bezerra Rodrigues <sup>1</sup>	Associação de Trabalhadores Rurais do Projeto Fazenda Munduri/ Conselho Tutelar <sup>1</sup>	Ibiquera
<b>Ismael Inocência Ferreira</b> / Nivaldo Ferreira da Silva <sup>1</sup>	Associação dos Agricultores Lagoa da Onça	Ibiquera
<b>Unaldo e Sena Santos</b> / Tiago Pacheco Rios <sup>1</sup>	EBDA/BNB <sup>1</sup>	Itaberaba
<b>Edite Lopes Ribeiro</b> / José de Oliveira Santiago <sup>1</sup>	Prefeitura Municipal/Caixa Econômica Federal <sup>1</sup>	Itaberaba
<b>Vinicius Galvão Santos</b> / Sidney Santos Souza <sup>1</sup>	ASSUDE / ASAMEL <sup>1</sup>	Itaberaba
<b>Aroldo Celso Trindade Moreira</b> / Patrícia de Cerqueira Violante <sup>1</sup>	Sindicato dos Bancários da Bahia/ ASSERF <sup>1</sup>	Itaberaba

*Municípios: Boa Vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha e Tapiramutá*

<b>Edinalva Nolacio de Santana / Edilson Santos Silva<sup>1</sup></b>	AMBAC/ ACPO Ba <sup>1</sup>	Itaberaba
<b>Josete Pereira Sampaio / Luiz Tarciso Pamponet<sup>1</sup></b>	Prefeitura Municipal	Macajuba
<b>Max Silva Gomes / Carmelita Dias Moreira<sup>1</sup></b>	EBDA	Macajuba
<b>Kacia Silene Matos Macedo / Dilma Freitas do Nascimento<sup>1</sup></b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Macajuba
<b>Walter da Silva Lima / Izabel Macedo de Assis<sup>1</sup></b>	Associação Cultural Padre Bernardo/Igreja Catolica <sup>1</sup>	Macajuba
<b>Antonio Santos de Oliveira / Gleide Silva de Queiroz<sup>1</sup></b>	Associação de Produtores Rurais das Comunidades de Agrário e Argelim/ Associação de Apicultores do Município de Macajuba <sup>1</sup>	Macajuba
<b>Jairo Luis Lino dos Santos / Vinicius Midlei Silva<sup>1</sup></b>	Prefeitura Municipal	Mundo Novo
<b>Valdilene Maria Souza Leone da Silva / Maria Sueli de Oliveira<sup>1</sup></b>	CETEP - Centro Territorial de Educação Profissional do Piemonte do Paraguaçu II	Mundo Novo
<b>Gildenor do Nascimento Araújo/ Joselito Santos Reis<sup>1</sup></b>	1ª Igreja Batista	Mundo Novo
<b>Ruy Ribeiro da Silva / Vilson Sampaio Alves<sup>1</sup></b>	Sindicato Rural	Mundo Novo
<b>Vandosval dos Santos Trindade / Marcos Bensabath de Almeida<sup>1</sup></b>	Associação Cultural e Desportiva dos Jovens Agricultores de Alto Bonito	Mundo Novo
<b>Alex Duarte Luz /Carlos Alberto Santos<sup>1</sup></b>	Prefeitura Municipal	Piritiba
<b>Sandovaldo Martins de Oliveira / Ricardo Patrese Soares<sup>1</sup></b>	Câmara Municipal	Piritiba
<b>Linobaldo Francisco de Souza / Oderlita Pereira Souza<sup>1</sup></b>	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentavel/ Igrejas <sup>1</sup>	Piritiba
<b>Nivaldo dos Santos Cunha / Jorge Salermo Lima<sup>1</sup></b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Piritiba
<b>Urival Lima Souza Filho / Osmailson Silva Araujo<sup>1</sup></b>	Sindicato dos Produtores Rurais	Piritiba
<b>Catia Souza de Almeida/ Judival da Silva Lima<sup>1</sup></b>	Prefeitura Municipal de Rafael Jambeiro	Rafael Jambeiro
<b>Edimaura Santana da Silva / Diana Santana Santiago<sup>1</sup></b>	UNEB - EAD	Rafael Jambeiro
<b>Hilda da Conceição Pereira / Marilene Conceição Barbosa<sup>1</sup></b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Rafael Jambeiro
<b>Gilson Pereira da Silva / Zuleide Dantas Lima<sup>1</sup></b>	Associação Comunitária de Lagoa dos Moços	Rafael Jambeiro
<b>Neilde Rosa dos Santos Cardoso / Lindineide Santana Carneiro<sup>1</sup></b>	Igreja Católica	Rafael Jambeiro
<b>Iomar Ferreira Santana / Gerson de</b>	EBDA/ Câmara Municipal	Ruy Barbosa

*Municípios: Boa Vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha e Tapiramutá*

Souza Felix <sup>1</sup>	de Vereadores de Ruy Barbosa <sup>1</sup>	
<b>Adenilton Gonçalves Sampaio</b> / Arthur Soares Francelino <sup>1</sup>	Prefeitura Municipal	Ruy Barbosa
<b>Roque Pereira da Silva</b> / Evanda Soares Francelino <sup>1</sup>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais/ Associação dos Artesões <sup>1</sup>	Ruy Barbosa
<b>Luis Carlos Costa Britto</b> / Edinaldo Gonçalves de Oliveira <sup>1</sup>	Escola Família Agrícola Mãe Jovina/ Associação Comunitária Radio Esperança <sup>1</sup>	Ruy Barbosa
<b>Alex Fabio Lima de Melo</b> / Jailton Pereira dos Santos <sup>1</sup>	Diocese/ Conselho Municipal Rural <sup>1</sup>	Ruy Barbosa
<b>Fred Vinicius Vieira de Almeida</b> / Darlan Manoel da Silva	Prefeitura Municipal	Tapiramutá
<b>Ruy Silva Barros</b> / Zilda Modesto de Aquino <sup>1</sup>	Câmara Municipal	Tapiramutá
<b>Roberto Venâncio dos Santos</b> / Gildete Guimarães da Silva Santos <sup>1</sup>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais/ Sindicato dos Servidores Públicos do município de Tapiramutá <sup>1</sup>	Tapiramutá
<b>Tony Ramos Correia</b> / Crispim Alves dos Santos <sup>1</sup>	Movimento dos Sem Terra – MST	Tapiramutá
<b>Moacy Conceição Barbosa</b> / Ricardo de Souza Carvalho <sup>1</sup>	Movimento dos Pequenos Agricultores	Tapiramutá
<b>Aidil Costa Santos Oliveira</b> / Eliane Queiroz Bastos <sup>1</sup>	Prefeitura Municipal de Itatim <sup>1</sup>	Itatim
<b>Luiz Nascimento Ferreira</b> / Tatiane Andrade dos Santos <sup>1</sup>	Sindicato dos Trabalhadores rurais de Itatim	Itatim
<b>José Souza Magalhães</b> / Ane Thayse Queiroz Bastos <sup>1</sup>	Igreja Católica de Itatim- Paróquia Nossa Senhora da Conceição	Itatim
<b>Veralúcia Souza Alves da Silva</b> / Deusdete Campos de Souza <sup>1</sup>	Associação dos Produtores de Pequenos e Grandes Animais de Itatim	Itatim

<b>TERRITÓRIO PIEMONTE DO PARAGUACÚ</b>		
<b>Representantes do Comitê Gestor – Paritário(Titulares)</b>		
<b>Município</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
Itaberaba	Railda de Oliveira Santana	Secretaria Municipapl de Ação Social
	Vinicius Galvão	Associação Assude
Macajuba	Prefeito Fernão Ramalho Dias Sampaio	Prefeitura

*Municípios: Boa Vista do Tupim, Iacú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha e Tapiramutá*

	Kacia Silene Matos Macedo	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
	Rosangela Maria Araujo Oliveira	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Ibiquera	Miguel F. Pereira Silva	CETA
	Iana Fraga	Secretaria Municipal de Agricultura
Boa Vista do Tupim	Nilma da Silva Conceição	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
	Vinicius Midlej Ramos	Secretaria Municipal de Agricultura
Mundo Novo	Ruy Ribeiro da Silva	Sindicato dos Produtores Rurais
	Antônio José Marques Santos	Sec. Municipal de Agricultura
Lajedinho	Jorge Pires Costa	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
	Rogério Macedo	Secretaria Municipapl de Agricultura e Meio Ambiente
Piritiba	Linobaldo Francisco de Souza	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
	Cristiane Villas	Secretaria Municipal
Itatim	Luis N.Ferreira	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
	Neilde Conceição	Representante territorial de Cultura
Rafael Jambeiro	Hilda da Conceição P. Santiago	Sindicato dos Trabalhadores Rurais



Santa Terezinha	Mila Figueira	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
	José Nascimento Pereira	Associação Comunitária Rural do Cipó de Leite
Iaçu	Iara F. Almeida da Silva	Secretaria Municipal de Assistência Social
	Claudionor Gomes dos Santos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Tapiramutá	Lucas Cerqueira	Secretaria de Meio Ambiente
	Natercio Lima de Góes	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Ruy Barbosa	Adenilton Gonçalves Sampaio	Chefe de Gabinete da prefeitura municipal
	Roque Pereira da Silva	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

***Obs.: Comitê gestor será atualizado ao ser concluído o processo de homologação do colegiado, em andamento.***

## **SIGLAS E ABREVEATURAS**

ACARB- Associação dos Criadores de Abelhas de Ruy Barbosa  
ACPO Ba -Associação Certificadora de Áreas de Defesa do meio Ambiente e Produtos Orgânicos  
ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária  
AMMA – Associação de Mulheres Macajubenses em Ação  
AMBAC -Associação das Mulheres da Concic  
APAEB – Associação de Desenvolvimento Solidário e Sustentável da Região do Sisal  
ASAMEL- Associação Apicultores e Meliponicultores do Vale do Paraquacu  
ASSUDE - Grupo de Apoio as Comunidades e ao Meio Ambiente  
ASCOOB – Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar  
ASSERF -Associação dos Especialistas de Fiscalização e Regulação da Bahia  
BB – Banco do Brasil  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
CDA – Centro de Desenvolvimento Agropecuário  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CETA - Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia  
COD – Campo de Observação e Demonstração  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
COOTEBA- Cooperativa de Técnicos da Bahia  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CREAS – Centro de Referência e Assistência Social  
EBAL – Empresa Baiana de Alimentos S/A  
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola  
EFA - Escola Família Agrícola  
EMPRABA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAPESB – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia  
FATRES – Fundação de Apoio aos Trabalhadores da Região do Sisal  
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar  
GT – Grupo de Trabalho  
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura  
IMA – Instituto do Meio Ambiente  
INGÁ – Instituto de Gestão das Águas e Clima  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MEC – Ministério da Educação  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MINC – Ministério da Cultura  
MLT – Movimento de Luta pela Terra  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MOC – Movimento de Organização Comunitária  
ONG – Organização não Governamental  
PBF – Programa Bolsa Família  
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar  
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

---

*Municípios: Boa Vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha e Tapiramutá*



SEAGRI – Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária  
SEC – Secretaria de Educação do Estado da Bahia  
SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação  
SECULT – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia  
SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social  
SEDIR – Secretaria de Desenvolvimento Regional  
SEDUR – Secretaria do Desenvolvimento Urbano  
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia  
SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade  
SESAB – Secretaria de Saúde do Estado da Bahia  
SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda  
SSP – Secretaria de Segurança Pública  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SUAF – Superintendência da Agricultura Familiar  
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana  
UFBa – Universidade Federal da Bahia  
UFBR – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
UNEB – Universidade do Estado da Bahia  
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco  
UTI – Unidade de Terapia Intensiva.

## ÍNDICE DOS QUADROS E MAPAS

Quadro I – Municípios que Integram o Território.....	18
Quadro II – Evolução da População Rura, Urbana e Total, 1991-2010.....	34
Quadro IV – População Total, Rural, Urbana e por Sexo, 2000-2010.....	35
Quadro V – Distribuição da População por Faixas de Idade, 2000.....	36
Quadro VI – População Analfabeta, 1991-2000.....	37
Quadro VII – População com mais de 15 anos e menos de 4 anos de estudo.....	38
Quadro IX – Matrículas Escolares 2008.....	40
Quadro X - Serviços Básicos de Saúde.....	41
Quadro XI - Unidades de Saúde e número de Leitos para Internação.....	41
Quadro XII – Formas de abastecimento de água.....	43
Quadro XIII – Distribuição dos domicílios conforme formas de saneamento urbano e rural.....	43
Quadro XIV – Distribuição dos domicílios por classe de rendimento, 2000.....	45
Quadro XV - População ocupada com mais de 10 anos e condição da ocupação, 2000.....	46
Quadro XVI - População com 60 anos ou mais, aposentados e pensionistas, 2000.....	47
Quadro XVII - Índice de Desenvolvimento Humano, 2000.....	47
Quadro XVIII-A – Produção Agropecuária – Lavouras Temporárias, 2006.....	48
Quadro XVIII-B – Produção Agropecuária – Lavouras Temporárias, 2006.....	48
Quadro XIX-A – Produção Agropecuária – Lavouras Permanentes, 2006.....	49
Quadro XIX-B – Produção Agropecuária – Lavouras Permanentes, 2006.....	50
Quadro XX – Estabelecimentos da Agricultura Familiar.....	50
Quadro XXI – Presença da Pecuária, 2006.....	51
Quadro XXII – Presença da Pecuária, 1980.....	52
Quadro XXIII - Composição do Produto Interno Bruto 2008.....	53
Quadro XXIV - Finanças Municipais.....	54
Quadro XXV – Indicadores de Pobreza, 2000.....	55
Quadro XXVI – Vulnerabilidade Familiar, 2000.....	56
Quadro XXVII – Crianças de até 14 anos cujo responsável tem menos de 4 anos de estudo.....	57
Quadro XXVIII - Programa Bolsa Família 2009.....	58
Quadro XXIX - Valores transferidos pelo INSS.....	59
Quadro XXX - Resumo dos Projetos por Eixo Temático.....	60
Quadro XXXI - Projetos da Agricultura Familiar.....	61
Quadro XXXII - Projetos de Saúde.....	76
Quadro XXXIII - Projetos de Cidadania.....	80
Quadro XXXIV - Projetos de Cultura e Comunicação.....	86
Quadro XXXV - Projetos de Educação.....	94
Quadro XXXVI - Projetos de Meio Ambiente.....	105
MAPAS	
- Território Piemonte do Paraguaçu.....	18
- Visualização do Território Piemonte do Paraguaçu.....	18

# ***ÍNDICE***

<b>Apresentação.....</b>	<b>11</b>
<b>Desenvolvimento Sustentável: pequena reflexão.....</b>	<b>13</b>
<b>Parte 1 – Caracterização do Território.....</b>	<b>17</b>
Informes Básicos.....	17
Aspectos Históricos.....	20
Aspectos Geoambientais.....	24
Cultura.....	27
Presença da Sociedade Civil Organizada .....	29
A Construção do PTDS: processo metodológico .....	30
O processo de gestão.....	33
<b>Parte 2 – Diagnóstico Sócioeconômico.....</b>	<b>34</b>
População.....	34
Educação.....	37
Saúde .....	40
Acesso a Serviços Básicos .....	42
Aspectos Socioeconômicos .....	44
Vulnerabilidade Social .....	55
<b>Parte 3 - Programas e Projetos.....</b>	<b>60</b>
Resumo dos Projetos.....	60
Projetos da Agricultura Familiar.....	61
Projetos de Saúde.....	76
Projetos de Cidadania.....	80
Projetos de Cultura e Comunicação.....	86
Projetos de Educação.....	94
Projetos de Meio Ambiente.....	105
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>113</b>
<b>Referências.....</b>	<b>114</b>

## **Apresentação**

A criação do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu ocorreu em março de 2004, a partir de uma reunião realizada em Ruy Barbosa, sob a orientação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a denominação se deu para homenagear o mais importante rio da região: o Paraguaçu. A partir de então se começou a discutir, de forma coletiva, a realidade socioeconômica, as características culturais, ambientais, políticas, as cadeias produtivas, constituindo-se um Comitê Gestor para conduzir o processo, buscando a integração do poder público e da sociedade civil organizada.

O reconhecimento e a homologação do Território, por parte da SDT/MDA, ocorreu no ano seguinte, 2005, por reivindicação do próprio Comitê Gestor, que já havia iniciado no ano anterior, a formação do ambiente institucional, espaço de democracia para o debate, definição e gestão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos Municípios, permitindo, inclusive, a elaboração de projetos de infraestrutura apoiados pelo MDA.

Com o passar do tempo, com a continuidade das discussões e busca do avanço no processo de organização, muitas mudanças ocorreram, tanto na esfera da organização como da concepção do desenvolvimento, antes focada apenas na área rural. Hoje, a compreensão é de que o desenvolvimento sustentável é abrangente, contempla toda a geografia do Território, o rural e o urbano, assim como todas as classes sociais, raças e etnias.

O Território Piemonte do Paraguaçu quer ser, na prática, uma Unidade de planejamento e de gestão do seu processo de desenvolvimento, definindo e acompanhando as políticas públicas geradoras de bem-estar e qualidade de vida.

O Território Piemonte do Paraguaçu está situado no entorno da Chapada Diamantina do Estado da Bahia. Composto por 13 (treze) municípios vem se consolidado principalmente pela atuação conjunta das várias organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, a exemplo do MST, CETA, MLT, FETRAF, Sindicatos de

Trabalhadores Rurais, Cooperativas e Associações Comunitárias; da Igreja Católica, através da Diocese de Ruy Barbosa e da CPT; e do Poder Público Municipal.

A gestão do processo de trabalho vem sendo realizada através de atuação de seu Comitê Gestor e das plenárias, contando, para isso, com a participação de representantes Municipais e de entidades da sociedade civil organizada que integram o Território.

O Comitê Gestor tem realizado ações no sentido de garantir a ampliação da participação no planejamento e gestão do processo de desenvolvimento do Território. Todo esse movimento de sensibilização e mobilização vem buscando garantir a articulação dos municípios para permitir a continuidade do processo de planejamento; etapa indispensável à definição e implementação de políticas públicas.

Este Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS, assim, é uma construção coletiva e por isso goza da legitimidade necessária para se tornar num efetivo instrumento do processo de desenvolvimento sustentável territorial. Ele está distribuído em três partes: na primeira, apresentam o histórico da região e elementos gerais do Território; na segunda, um diagnóstico socioeconômico e demográfico e, na terceira, as proposições de programas e projetos condensados em seis eixos temáticos: agricultura familiar, saúde, cidadania, cultura e comunicação, educação e meio ambiente, com um total de 34 projetos.

Registramos, finalmente, nossos agradecimentos às organizações da sociedade civil e aos setores do poder público que compreendeu e assimilaram a política territorial como instrumento do desenvolvimento sustentável e se empenharam na elaboração deste PTDS, bem como às instituições que vêm nos apoiando nessa caminhada: o MOC, a COFASPI, o IICA, a SUAF/SEAGRI, SEPLAN e SDT/MDA.

Comissão de Coordenação

## **Desenvolvimento Sustentável: pequena reflexão<sup>2</sup>**

As mudanças sócio-econômicas e políticas registradas nas últimas décadas no contexto internacional, no marco geral de um novo paradigma de desenvolvimento, provocam uma importante revisão dos conceitos e propósitos tradicionais de desenvolvimento até pouco tempo limitado a uma expectativa de crescimento econômico. Com o realce que a questão ambiental ganha, especialmente a partir da década de setenta, e graças aos grandes avanços científicos e tecnológicos, registra-se uma reviravolta fundamental nas teorias de desenvolvimento. O desenvolvimento não pode mais ser interpretado apenas como ganhos econômicos e mesmo sociais num horizonte de curto e médio prazo, como predominou em todo o período de auge da teoria de desenvolvimento. Passa a ser visto de forma mais ampla e incorpora, por exemplo, a questão ambiental.

Na teoria marxista, a classe burguesa é vista como revolucionária<sup>3</sup> pela sua capacidade de estar sempre em mudança, encontrando formas de renovar os meios de produção, as relações de produção e as relações sociais como um todo, como estratégia para superação das crises cíclicas do capitalismo, fortalecer o processo de acumulação e de manutenção do poder. Uma das suas proezas, na pós-modernidade, é conseguir reunir setores antagônicos da sociedade em torno das mesmas questões. O desenvolvimento sustentável é um exemplo. Todos, indistintamente, independentemente da posição ou classe social, o defende. Mas do que estamos falando exatamente? O sentido é o mesmo para os capitalistas que precisam intensificar a exploração dos recursos naturais para disponibilizar mais produtos para o consumo de massa e aumentar o processo de acumulação e para os trabalhadores que são explorados no processo de produção e de consumo?

Nos últimos 40 anos, graças às tecnologias disponíveis, produziram-se mais objetos do que em toda história da humanidade. Era clara a ameaça de esgotamento dos recursos naturais, seja pela exploração irracional, seja pela poluição. Mantido aquele ritmo, em pouco tempo seria necessário outro planeta só para armazenar os dejetos sólidos e líquidos

---

<sup>2</sup> Ildes Ferraira / Valmir Macedo.

<sup>3</sup> Ver o Manifesto Comunista, por exemplo.



porque a terra já não caberia mais. Já havia sinais de escassez de água em várias regiões do mundo e a poluição dos mananciais aquáticos era um dos responsáveis.

Em 1972 a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou uma conferência, em Estocolmo, para tratar do assunto, por pressão do Clube de Roma. É quando surge o conceito de *ecodesenvolvimento*, pensado por Maurice Strong e aperfeiçoado mais tarde por Ignacy Sachs, cujas características principais seriam a eficiência econômica, a justiça social e a prudência ecológica, o que nunca foi aceito pelas elites empresariais por implicar em limites ao consumo e à manipulação dos recursos naturais. A principal contribuição do conceito foi provocar um debate sobre as relações sociais no interior do capitalismo e a ação devastadora do capitalismo sobre o meio ambiente.

O debate se estabeleceu e na Assembléia Geral da ONU de 1983, surge o termo *desenvolvimento sustentável*: Cria-se a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que tinha por objetivo “propor estratégias ambientais de longo prazo para obter o desenvolvimento sustentável”. O conceito foi consagrado na *Agenda 21* assinada por mais de 170 países presentes à Eco-92<sup>4</sup> e passou a ser usado pelas organizações da sociedade civil e pelos governos do mundo inteiro. O desenvolvimento sustentável seria o *futuro desejado*, o *futuro comum*. Mas o conceito esconde muitas armadilhas; Que tipo de desenvolvimento nós estamos buscando? E que tipo de sustentabilidade? O capitalismo globalizado, através de suas grandes corporações multinacionais que se fortalecem a cada dia, continua espoliando os países mais pobres; continua suas ações neocolonialistas, muitas vezes às custas de guerras e de massacres da população civil; globaliza e impõe seus padrões de cultura e de consumo. Apenas como ilustração, as riquezas minerais brasileiras (exceto o petróleo) estão praticamente entregues às multinacionais; as nossas produções tradicionais são substituídas por grandes empresas, transformando comunidades rurais em reféns de pacotes tecnológicos. E tudo isso é feito em nome do desenvolvimento sustentável.

É corrente o discurso, mesmo entre os segmentos subalternos da sociedade, sobre a necessidade de transferência de tecnologia dos países ricos para os países pobres como se

---

<sup>4</sup> Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro.

estes países não tivessem condições de desenvolver suas próprias tecnologias. A questão é outra: Precisam-se aumentar os recursos destinados à pesquisa, à ciência e à tecnologia, criar atrativos para nossos cientistas desenvolverem suas pesquisas sem precisarem migrar para outros países.

É preciso estar atento para que tipo de desenvolvimento sustentável estar-se buscando; certamente não será o mesmo para os segmentos capitalistas, que buscam a acumulação de riquezas e para os segmentos que buscam a distribuição dessas riquezas. Dificilmente será possível conciliar a conservação dos recursos naturais com as necessidades do capitalismo de aumentar o consumo. Na crise de 2009, os governos dos Estados Unidos e do Brasil conclamaram a população para ir às compras. É óbvio que aumentando o número de consumidores aumenta a pressão sobre os recursos naturais. É preciso, então, estar atento para o discurso e para os resultados dele; falamos, insistentemente, na necessidade de preservar a nossa caatinga, mas 653.000 hectares continuam sendo devastados todos os anos pelas intervenções para projetos de irrigação inadequados ao meio ambiente, para produção de lenha e carvão e para a agricultura e pecuária. Estima-se que 65% da cobertura original da caatinga já foram devastadas e temos 181.000 km<sup>2</sup> reconhecidos como de alto risco de desertificação em todo semiárido.

Que tipo de desenvolvimento sustentável nós estamos buscando? Suponhamos que em algum lugar implantem-se *projetos de desenvolvimento* que gere empregos, que valorize a cultura local, que preserve os recursos naturais (hídricos, fauna, flora etc.), que promova o turismo etc., mas as riquezas geradas são integralmente apropriadas pelos donos dos projetos e as condições sociais da população continuam as mesmas: a pobreza, a subalimentação, a moradia precária, a educação ruim etc. Esses projetos podem ser considerados sustentáveis? Estudo recente do IBGE e FGV<sup>5</sup> sobre a evolução da renda dos setores mais pobres nos Estados do Nordeste (2003-2008) mostrou que na Bahia, 28,7% dos baianos integram a “Classe D”, cerca de 4 milhões de pessoas; são os “pobres não miseráveis”. Outros 18% integram a “Classe E”, 2,7 milhões de pessoas; são os “pobres miseráveis”.

---

<sup>5</sup> Cf. <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=992531>

Não podemos, assim, acatar o conceito neoliberal de *desenvolvimento sustentável* que alcança, apenas, a questão ambiental. Sustentabilidade ambiental é fundamental e indispensável porque é condição para a manutenção da vida, mas é insuficiente. O nosso conceito de *desenvolvimento sustentável* incorpora as questões ambientais e as sociais, inclui, necessariamente, distribuição das riquezas; o desenvolvimento só é sustentável se buscar a preservação do meio ambiente e a justiça social. E, para isso, algumas características devem ser consideradas:

- Deve buscar o *desenvolvimento local*, baseando-se, sempre, na realidade objetiva da comunidade (recursos naturais disponíveis, mão de obra, quantidade de terra e de animais, nível educacional e tecnológico etc.) e não em situações imaginárias. Por Desenvolvimento local entende-se um processo endógeno em um determinado território cujos habitantes sejam capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.
- Autogestionário, ou seja, a própria comunidade, por seus instrumentos democráticos, deve conduzir o processo, avaliando seus riscos e resultados;
- Autossuficiente: precisa encontrar os próprios meios para garantir a própria sustentabilidade, superando o tradicional modelo de dependência do Estado através de subsídios;
- Eficiente, isto é, precisa desenvolver tecnologias que permitam utilizar adequadamente os recursos naturais e humanos, garantindo condições de competitividade no mercado;
- Deve, por fim, cumprir a função social de gerar benefícios para toda coletividade e não apenas para os proprietários dos meios de produção.

Precisamos, portanto, avançar no conceito de *desenvolvimento sustentável* para além daquele defendido pelo projeto político neoliberal, incorporando os elementos que efetivamente assegurem a *sustentabilidade* do processo de desenvolvimento: A defesa ambiental e a justiça social.

## Parte 1

### **.Caracterização do Território Piemonte do Paraguaçu**



Serra do Orobó

#### **1. Informações Básicas**

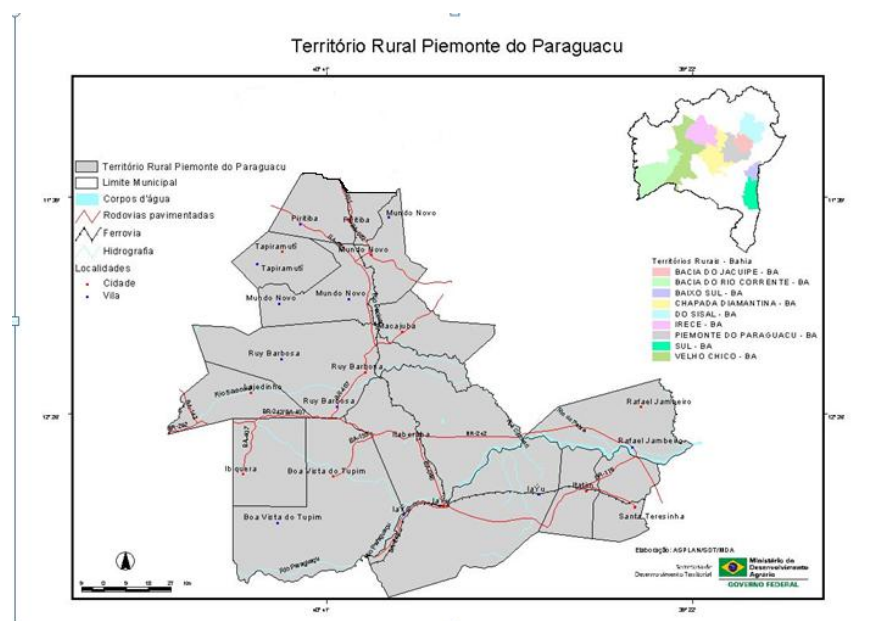
O Território situa-se na Chapada Diamantina. É composto por 13 (treze) municípios e sua população, em 2010, era de 265.630 pessoas. O Território apresenta uma densidade demográfica relativamente baixa, menos de 11 habitantes por quilômetro quadrado. O acesso se dá principalmente pelas rodovias BA 052, BA 263 e BR 242, em boas condições de conservação, embora haja alternativas.

A sede do Território fica no Município de Itaberaba, localizado às margens da BR 242, a 267 km de Salvador.

Quadro I – Municípios que Integram o Território, População, Área e Densidade Demográfica

Município	População 2010	Km <sup>2</sup>	Densidade Demográfica
Boa Vista do Tupim	17.991	2.811,232	6,4
Iaçu	25.736	2.451,422	10,50
Ibiquera	4.866	945,299	5,15
Itaberaba	61.631	2.343,505	26,30
Itatim	14.522	583,446	24,89
Lajedinho	3.936	776,060	5,07
Macajuba	11.229	650,301	17,27
Mundo Novo	24.395	1.493,344	16,33
Piritiba	22.399	975,572	22,96
Rafael Jambeiro	22.874	1.207,219	18,77
Ruy Barbosa	29.887	2.171,509	13,76
Santa Terezinha	9.648	707,238	13,64
Tapiramutá	16.516	663,882	24,88
<b>Total</b>	<b>265.630</b>	<b>17.780,03</b>	<b>15,84</b>

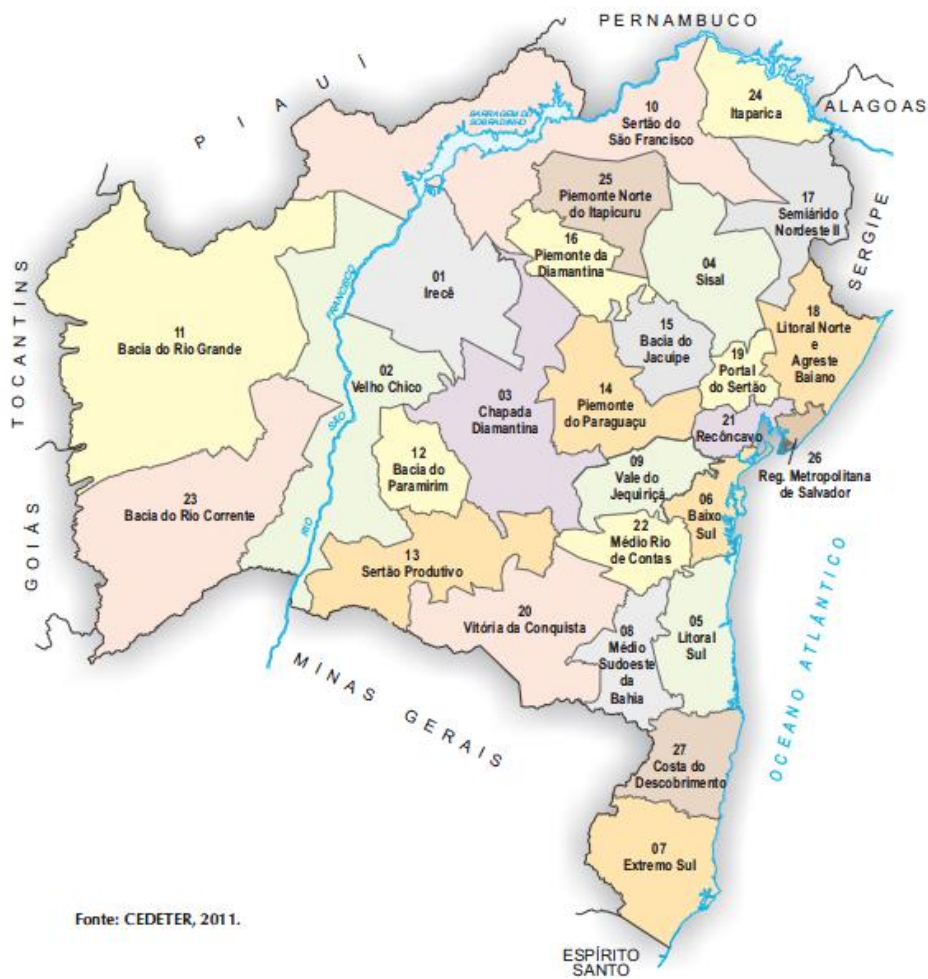
Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (cid@ades) - 2010





## LOCALIZAÇÃO VISUAL

### TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE





## 2. Aspectos Históricos

Como se sabe, a Bahia foi a porta de entrada da colonização europeia, como parte da expansão mercantilista que antecedeu. No primeiro ano do século XVI chegaram os portugueses que tinham pressa em ocupar o território pelas ameaças constantes de invasão de outras nações que, em pouco tempo, de forma *clandestina*, organizaram e financiaram a pirataria, como eram os casos dos *consórcios* formados pela Inglaterra, França e Holanda, ou de forma oficial, utilizando suas próprias tropas, como foi o caso da Holanda, que invadiu a Bahia em 1624 e suas tropas foram expulsas em 1625 com a ajuda do governo espanhol. Já em Pernambuco, os holandeses chegaram em 1630, conquistaram Olinda e Recife e estabeleceram o domínio holandês em 1637 que durou até 1654, quando foram expulsos pela *Insurreição Pernambucana*. A Coroa portuguesa precisava encontrar meios de consolidar sua ocupação e decidiu, em 1634, criar as Capitânicas Hereditárias<sup>6</sup> e, logo em seguida, instituiu o sistema de Sesmarias<sup>7</sup> que consistia em ceder aos sesmeiros (homens ricos amigos da Coroa) grandes áreas de terra para exploração. Outra alternativa adotada foi a criação das *Entradas e Bandeiras*<sup>8</sup>, verdadeiros pelotões civis que entraram pelo Brasil adentro com o objetivo oficial de encontrar minérios, mas o propósito central era ocupar o território o que implicava, quase sempre, no domínio e tentativa de escravização dos povos indígenas. O primeiro grupo foi criado em São Paulo – *Entrada de São Vicente*, em 1531 e o segundo, na Bahia, *Entrada de Porto Seguro*, em 1554. Os *bandeirantes*, como eram chamados, chegaram à Chapada Diamantina pelos idos de 1570 e tinham os currais das

---

<sup>6</sup> O território brasileiro foi dividido, em 1534, em 15 Capitânicas Hereditárias, ocupando toda a faixa litorânea para proteger a costa dos invasores. As principais Capitânicas Hereditárias e seus donatários: São Vicente (Martim Afonso de Sousa), Santana, Santo Amaro e Itamaracá (Pêro Lopes de Sousa); Paraíba do Sul (Pêro Gois da Silveira), Espírito Santo (Vasco Fernandes Coutinho), Porto Seguro (Pêro de Campos Tourinho), Ilhéus (Jorge Figueiredo Correia), Bahia (Francisco Pereira Coutinho), Pernambuco (Duarte Coelho), Ceará (Antônio Cardoso de Barros), Baía da Traição até o Amazonas (João de Barros, Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade).

<sup>7</sup> Sistema medieval já empregado em Portugal desde o século XIV.

<sup>8</sup> As *Bandeiras* eram tropas organizadas e financiadas pelo Governo; as *Entradas* eram organizadas e financiadas pela iniciativa privada. Ambas atuavam como verdadeiros esquadrões da morte, especialmente junto aos nativos que não se submetiam aos caprichos dos europeus.

fazendas como pontos de apoio até que encontrassem algum indício de ouro, onde fixavam suas moradias. Essas pequenas concentrações humanas, seja nos currais, seja em áreas de minérios, recebiam sempre a visita de um padre jesuíta que, com o apoio do sesmeiro<sup>9</sup>, erguia ali uma pequena capela, dando origem aos povoados.

A pecuária bovina extensiva era o caminho mais fácil para penetrar nos sertões. As boiadas, por si mesmas, abriam os caminhos por dentro da caatinga, exigindo do vaqueiro apenas um facão e uma foice para determinadas situações. Em pouco tempo, estabeleceram-se os currais que tinham uma abrangência de cerca de três léguas de terra, com habitações construídas de palha para acomodar os vaqueiros e familiares.

Assim, iniciou-se a ocupação da região da Chapada Diamantina em finais do século XVI, continuando em expansão por todo século XVII, quando ocorreram as primeiras descobertas de minas auríferas que se constituíram em grandes atrativos para emigrantes de outras localidades, resultando na formação de muitos povoados. Em finais do século XVIII, as minas de ouro já estavam em declínio, quando surgem as primeiras descobertas de diamantes, tomando assim novo impulso a partir de inícios do século XIX, quando as povoações se multiplicaram. Na década de 40 daquele século, mais de 50.000 pessoas chegaram à região, provenientes de várias partes do país, especialmente Minas Gerais, com grandes aglomerações em locais como Lençóis, Andaraí, Xique-Xique (então Iguatu), Barro Branco, Pedra Cravada, entre outros.

No final do século XIX já eram visíveis os sintomas de declínio da atividade diamantífera em toda Chapada. Em inícios do século XX já não se falava mais em extração do minério. Grande parte da população emigrou para outras regiões; a população que permaneceu, decidiu dedicar-se às atividades agropecuárias quando a agricultura familiar se firmou.

Nesse processo de ocupação, via latifúndio (sesmaria), povoados foram se formando a partir da atividade mineradora e da pecuária. Esses pequenos aglomerados humanos precisavam produzir alimentos – feijão, milho, mandioca, entre outros – e começaram a fazer seus roçados no entorno conglomerados, com a tolerância do sesmeiro. Essa “brecha

---

<sup>9</sup> O sesmeiro da época foi Antonio Guedes de Brito.

camponesa” ampliou-se com a reprodução dos trabalhadores e especialmente a partir do esgotamento da atividade mineradora. É dessa forma que se forma o segmento da agricultura familiar, hoje predominante em todo Território.

Assim se deu a presença dos colonizadores no semiárido baiano e nordestino. Eles, como as elites que os sucederam, sempre se valeram das condições climáticas, especialmente as secas<sup>10</sup>, para consolidar sua exploração e dominação. Construíram um verdadeiro estigma, arrebatando a auto-estima do sertanejo; às condições naturais era atribuída toda situação de pobreza e todo sofrimento do povo. O semiárido passou a ser sinônimo de fome, miséria e atraso. Propositadamente, esconderam-se suas potencialidades como a presença de solos de boa qualidade, potencial hídrico<sup>11</sup>, seu lençol freático<sup>12</sup>, seus recursos minerais<sup>13</sup> ainda abundantes hoje, seu potencial energético, as potencialidades biotecnológicas da caatinga; enfim, suas principais riquezas, desenvolvendo-se toda uma ação ideológica para responsabilizar a natureza – e Deus – pelo descaso do poder público.

É preciso destacar que desde a ocupação dos portugueses até meados do século XIX, o Nordeste assumia a liderança cultural e econômica do país. Foi a partir da proibição do tráfico de escravos (1851), da abolição da escravatura (1888) e, sobretudo, da proclamação da República (1889) que a burguesia paulista emergente começou a dar as cartas do jogo, utilizando o Estado com fins econômicos próprios, transferindo as políticas governamentais para o Sudeste, o que não significa dizer que antes as políticas públicas eram bem orientadas, já que as oligarquias as controlaram ao seu modo ao longo de toda a história.

---

<sup>10</sup> Segundo a pesquisadora Luiza Teixeira<sup>10</sup>, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera a existência de escassez de água somente a quando a disponibilidade de mínima chega a 1.000 m<sup>3</sup> de água por pessoa, por ano. No Nordeste, a menor disponibilidade está em Pernambuco, com 1.270 m<sup>3</sup>/pessoa/ano, chegando a 2.279 m<sup>3</sup> no Ceará e 9.185 m<sup>3</sup> no Piauí.

<sup>11</sup> O volume de água armazenado no semiárido corresponde a seis vezes o volume de água que o rio São Francisco despeja no Oceano.

<sup>12</sup> O semiárido nordestino tem, no seu subsolo, um gigantesco manancial de água potável, com a maioria localizada nos estados do Nordeste Setentrional, um volume de água acumulado praticamente intocado, equivalente a 35% a mais do que todo volume de água que o rio São Francisco despeja todo ano no Oceano Atlântico (FILHO et alii, 2008, p. 34).

<sup>13</sup> O semiárido possui grande quantidades de minérios, inclusive os considerados nobres, como ouro e diamante, e recursos minerais estratégicos como urânio, mas não são aproveitados para o desenvolvimento sustentável da região.

Dos 12 Presidentes da República que governaram o país de 1889 a 1930, 4 foram mineiros, 3 paulistas e 2 cariocas<sup>14</sup>. Do Nordeste saíram dois, que tiveram que atender aos interesses das oligarquias e da nascente burguesia paulistas. E, o Rio Grande do Sul, teve um<sup>15</sup>. A burguesia paulista e mineira, que passa a controlar o Estado, mantém a firme pressão sobre o governo para reduzir os investimentos no Nordeste. Em seu discurso no Senado Federal, entre 15 e 17 de novembro de 1922, o presidente Epitácio pessoa, o único até então que teria demonstrado algum propósito de aumentar os investimentos contra as calamidades do Nordeste, ainda resumido a obras para o abastecimento de água, queixava-se que as obras colossais do Nordeste - em oito Estados-, em três anos, tinham consumido 304.040 contos. Mas, só a Estrada de Ferro Central, que serve apenas a três Estados, absorveu do orçamento mais de 400.000 contos e *ninguém tugiou nem mugiu. Porque então, só quando se trata do Nordeste se assanham os pruridos de economia desses patriotas?* (AGUIAR, 1983, p. 78).

O Território Piemonte do Paraguaçu é também vítima dessa situação e convive, ainda nos dias atuais, com alto grau de pobreza e de indigência. Procura, agora, com a formação de nova teia social, arquitetar o palco apropriado para a participação ativa da população na construção da sua história, defininindo, ela própria, ao lado do poder público, as políticas públicas capazes de gerar desenvolvimento e qualidade de vida.

---

<sup>14</sup> Prudente de Moraes (SP – 1896-1897); Campos Sales (SP - 1898-1902); Rodrigues Alves (SP – 1902 – 1906); Afonso Pena (MG – 1906 – 1909); Nilo Peçanha (RJ – 1909 – 1910); Wenceslau Brás (MG – 1914 – 1918); Delfim Moreira (MG – 1918 – 1919); Arthur Bernardes (MG - 1919 – 1922) e Washington Luis (RJ – 1926 – 1930).

<sup>15</sup> Mal. Deodoro da Fonseca (Al – 1889 – 1891); Epitácio Pessoa (PB – 1919 – 1922); Mal. Hermes da Fonseca (RS – 1910 – 1914).



### **3. Aspectos Geoambientais**

Os Municípios do Território integram o entorno da Chapada Diamantina, povoada com o surgimento do ciclo da mineração, principalmente diamantes. Nessas terras que há 600 milhões de anos foram mar e estiveram um dia forradas de pedras preciosas, a paisagem sertaneja é bem diferente daquela encontrada em todo semiárido. A diversidade da vegetação e o relevo do lugar encantam, com suas grutas, cachoeiras, morros exuberantes, além de cidades históricas, que guardam muitas estórias e lendas que integram a memória cultural dos seus habitantes, a exemplo das lendas da Moça Loura e do escravo Pai Inácio.

O relevo montanhoso apresenta formações características de chapadas, abrangendo a Serra do Sincorá, com altitudes variando de 400m a 1.200m., variação que contribui para a rica biodiversidade da região, incrementada por um microclima de temperaturas agradáveis.

Diversos cursos de água atravessam esse cenário criando saltos e cachoeiras, protegidas pelo Decreto Nº 91.655/85 que criou o Parque Nacional da Chapada Diamantina, cuja vegetação se divide em campos rupestres, campos gerais e densas matas de galeria. As espécies mais encontradas são: o gravatá-de-cacho, a unha-de-vaca, orquídeas e bromélias.

Entre os animais, ainda se fazem presentes: O quati, a cotia, a capivara, a onça-pintada e a suçuarana, além de répteis como a tartaruga, diversos tipos de sapos e rãs e serpentes como a jararaca, o cascavel, a jibóia e a sucuri. Diversas aves habitam a região, destacando-se várias espécies de periquitos, papagaios, curiós e araras.

O clima da região da Chapada é tropical sub-úmido com temperatura média anual entre 22°C e 24°C e índice pluviométrico entre 600 mm e 800 mm, com precipitações que se concentram no período de novembro a janeiro.

Os tipos de solo mais comuns são o Podzólico Vermelho-Amarelo eutrófico, Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico, Latossolo Vermelho-Amarelo Álico e faixas de Solos Litólicos, com aptidão regular para a agricultura, principalmente para produção de grãos, frutas e cereais. A topografia limita as atividades agrícolas em grande parte da área, o que é compensado pela fertilidade dos solos que dispensam qualquer tipo de adubação, exigindo, em algumas localidades, a aplicação de fostafo e calcário como formas de aumentar o potencial produtivo.

A vegetação predominante se classifica como floresta estacional semidecidual, floresta estacional decidual, com contato cerrado; floresta decidual submontana, contato caatinga; floresta ombrófila densa; e caatinga arbórea densa, com palmeira e caatinga aberta. Há muitas espécies de plantas ornamentais nativas, especialmente bromélias e orquídeas.



Os recursos hídricos estão concentrados na Bacia do Paraguaçu, cujos principais rios são o rio Paraguaçu, rio Santo Antonio, rio Utinga e rio Bonito.

São, ainda hoje, muitos os recursos minerais armazenados no subsolo pela formação geológica constituída por granito-gnaisses, gnaisses charnockíticos, rochas ultrabásicas, biotita sranitos, rochas básicas-ultrabásicas, biotita-granitóide, sienitos, depósitos eluvionares e coluvionares, diatexitos, granitóides, metatexitos, grauvacas, calcários, argilitos, arcóseos, anfibolitos, charnockitos, granulitos, siltitos, com ocorrência mineral de Caulim, Cristal de Rocha, Cromo e Grafita.



Apesar da mobilização de organizações da sociedade civil e de alguns esforços governamentais pela preservação socioambiental, o processo de degradação do meio ambiente é progressivo, com extinção de várias espécies animais e vegetais. Além da ausência de uma *cultura ambiental* no conjunto da população, o que contribui significativamente para as ações predatórias. Há medidas que contribuem de forma mais

expressiva para a degradação ambiental, a exemplo da presença de garimpos, projetos de irrigação sem as medidas protetoras básicas.

Há o agravante das queimadas, prática ainda rotineira dos agricultores para a implantação de lavouras e pastagens, com o agravamento de incêndios em grandes proporções nos períodos mais secos. Há, ainda, a extração predatória de madeira para a construção civil, para transformar em estacas ou para ser utilizada como combustível, além da ação criminosa de caçadores que já colocaram em extinção algumas espécies de mamíferos, répteis e aves. Porém, a prática agrícola tradicional da queima e coivara para a implantação de lavouras e pastagens contribui, sobremodo, para agravar o problema, além das ações predadoras dos caçadores, através das fogueiras. No início de 1995, registrou-se a mais grave ocorrência de incêndio, quando foram consumidos pelo fogo mais de 260 hectares de mata virgem com sua rica fauna silvestre. Ao longo dos anos, novos episódios de incêndio são registrados no Território.

## 4. Cultura



“A cultura é a alma de um povo”, diz-se com frequência, não passando no, cotidiano, essa máxima, de mera retórica. Mas a partir da presença de grupos de resistência cultural, passou-se a reconhecer que a cultura, em todas suas dimensões, é elemento constitutivo indispensável do processo de desenvolvimento sustentável pelas características que lhe são peculiares. É através da cultura que se consegue preservar a memória de um povo; cultura que se aglutinam pessoas para fins diversos; que se desenvolvem o espírito e o sentimento cívico e solidário, de valorização daquilo que é próprio de um grupo e de uma comunidade; que se transmitem, de geração para geração, conhecimentos não registrados pela escrita. Através da cultura é possível elevar o nível de autoestima das pessoas e das comunidades.

É preciso compreender a cultura como um bem necessário e imprescindível à construção da identidade, formação e realização do ser humano; uma cultura que é produzida no cotidiano, na vivência das experiências sociais, na constituição da memória popular, na transmissão do saber popular através das sucessivas gerações. A cultura deve ser entendida como a própria forma de vida, como a própria forma de luta para o avanço da humanidade. Nesta perspectiva, as experiências culturais são os principais caminhos na firmiação da plena cidadania e principalmente de ações sustentáveis no desenvolvimento de uma comunidade.

São ricas, em todo Território, as formas de expressão culturais, desde as mais rebuscadas, àquelas nutridas espontaneamente pela população que carecem de estímulo e valorização, resgatando inclusive aquelas formas em decadência devido ao crescimento da “cultura de mercado”. Assim, o fator cultural perpassa desde aspectos simples da vida das pessoas até aqueles mais sofisticados de produção artística. Ela se destaca enquanto valor simbólico-imaterial imbricada nas tradições, nos memoriais, nas datas comemorativas, nos festejos e formas de lazer, nas criações artísticas. É praticamente consenso, hoje, que a cultura é elemento essencial e indispensável a qualquer programa de desenvolvimento sustentável.



## 5. Presença da Sociedade Civil Organizada

*O mundo explode longe,  
muito longe, o sol responde,  
o tempo espalha  
e as migalhas caem sobre todos<sup>16</sup>...*

Um elemento importante na construção de processos de desenvolvimento sustentável é a capacidade de articulação e mobilização da população, seja pertencente a uma comunidade, região ou país. Necessário se torna, portanto, construir a “cultura da indignação” frente à situação de pobreza e miséria estabelecida para que possa alimentar as forças políticas pela transformação da realidade.



---

<sup>16</sup> Caetano Veloso, final da década de 60, canção Copacabana.







A construção de um processo de conscientização e de mobilização da população no Território Piemonte do Paraguaçu, na busca do desenvolvimento sustentável, vem se concretizando principalmente pela atuação de organizações sociais como MST, CETA, MLT, FETRAF, EFAs, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Cooperativas e Associações Comunitárias, Movimentos de Mulheres, de Jovens, de Quilombolas e da presença da Igreja Católica.

São essas organizações que alimentam os movimentos sociais, ajudam a mobilizar o poder público e dão vida ao Território, nutrindo a dinâmica da nova teia de relações sociais, que foi criada num ambiente de democracia onde a polêmica e a divergência das idéias é sempre elemento privilegiado que permite aprofundar a reflexão sobre a realidade socioeconômica e a indicação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. É notável, em toda caminhada, o ambiente de solidariedade, companheirismo e diálogo que foi construído na relação das organizações sociais entre si e destas com o poder público,

entendendo que a mudança da realidade com melhoria da qualidade de vida é tarefa de todos.

## **6. A Construção do PTDS: processo metodológico**

Desde os primeiros momentos da formação do Território que o fio condutor de toda caminhada é o espaço de participação, de forma plural, construindo-se uma atmosfera de democracia, com garantia e respeito plenos a todas as idéias, independentemente do seu arcabouço filosófico, técnico ou ideológico. Foram inúmeras as reuniões e oficinas realizadas até o momento que se decidiu elaborar o PTDS que, para se constituir num efetivo instrumento de desenvolvimento sustentável, precisava ser elaborado pelos próprios atores da sociedade civil e do poder público do Território. Depois de muita discussão e reflexão, definiram-se os eixos temáticos que passaram a ser trabalhados pelos respectivos Grupos de Trabalho (GTs) que foram democraticamente constituídos.

.



Conselho de Desenvolvimento Sustentável do  
Território Piemonte do Paraquacu





A produção dos GTs era apresentada, de forma parcial, às Oficinas e às Assembléias, quando recebiam também colaborações de pessoas que não integravam o grupo, o que era posteriormente analisado pelos membros de cada GT. Diante das carências de políticas públicas acumuladas historicamente, havia uma vontade geral de incorporar, no PTDS todas as medidas possíveis de recuperar os anos perdidos. Foi grande o esforço no sentido de estabelecer-se uma seleção de prioridades e suas atualizações, sempre de forma participativa e democrática.

As propostas definidas pelos GTs tiveram a colaboração de assessores externos que trouxeram reflexões para fortalecer o embasamento técnico e a convicção política para cada um dos projetos, sem entretanto interferir, em nenhum momento, nos conteúdos de cada proposta elaborada e no processo decisório que coube, no final, à assembléia.







É preciso registrar que a assembléia nunca teve um papel passivo de apenas homologar a produção dos GTs e as propostas do Comitê Gestor. Pelo contrário, sempre adotou uma postura crítica, gerando muitas discussões que foram muito úteis para o aprofundamento do conhecimento da realidade socioeconômica e para a consolidação dos projetos.

Considerando-se todos os momentos de participação, de discussão e reflexão, desde pequenas reuniões até as oficinas e plenárias, acredita-se que o PTDS contém a legitimidade necessária para o efetivo papel que ele se propõe: constituir-se num verdadeiro instrumento de desenvolvimento para o Território Piemonte do Paraguaçu.



## 7. O processo de Gestão

O processo de gestão tem sido o grande desafio em todas as iniciativas que primam pela participação, pela condução coletiva das coisas, pelas tentativas de descentralização das políticas públicas. E as dificuldades não se limitam à gestão de projetos, são mais abrangentes e complexas; passam pela compreensão da totalidade social, pela tendência *natural* de setorização da realidade, pela reprodução de práticas conservadoras que todos querem superadas; pela gestão do conhecimento, com a criação de instrumentos pedagógicos que permitam o *crescimento* das pessoas de forma estreitamente vinculada ao fortalecimento das organizações; pela capacidade de sistematizar as experiências exitosas e fracassadas, transformando-as em objeto de reflexão e de aprendizado; por um novo protagonismo que seja capaz de *incluir* os diferentes interesses técnicos, econômicos e políticos que são norteados por diferentes ideologias.

O Grupo Gestor veio ensaiando, com altos e baixos, o processo de gestão social do Território Piemonte do Paraguaçu desde o seu início e tem agora a responsabilidade de avançar, tendo o PTDS como fio condutor, com uma nova gestão provocando uma requalificação e um reposicionamento estratégico do Território. Indicadores de avaliação serão criados para permitir, de forma objetiva, *mensurar* a caminhada, identificar as barreiras e as formas de superação, avançando sempre na direção do desenvolvimento sustentável.

Há resultados que são identificáveis com facilidade: volume de recursos investidos, número de projetos executados, número de pessoas beneficiadas etc. Outros, entretanto, requerem maior esforço e mais rigor técnico, como a identificação do impacto na vida das pessoas, a efetiva melhoria da qualidade de vida, o *cabedal político* construído, a contribuição ao processo de desenvolvimento.

O planejamento é uma ferramenta indispensável para toda e qualquer forma de intervenção que se pretenda, consistente por orientar o presente e permitir a construção de um referencial de futuro. O planejamento, materializado no PTDS, só faz sentido se gerar resultados, sejam grandes ou pequenos e eles só serão identificados com um eficiente sistema de gestão.

Assim, a gestão do PTDS será exercida na perspectiva de monitorar o processo, identificando as conquistas e os desafios que vão surgindo, buscando formas de superação, de forma participativa e democrática onde todos (as) sejam vistos como protagonistas dos resultados.

## **Parte 2**

### **Diagnóstico Demográfico e Socioeconômico**

#### **1. População**

A população do Território corresponde a 2,1% da população do Estado da Bahia, podendo-se constatar um considerável declínio no número de habitantes em termos reais, conforme se pode observar através do quadro seguinte que revela a evolução da população no período de 1991 a 2010. Observe-se que o crescimento nominal foi de apenas 3% no período; se considerarmos um crescimento vegetativo médio de 2% ao ano, o que é relativamente conservador, teríamos uma população de 400.400 habitantes, ou seja, quase 37% a mais, o que significa que a migração foi relativamente intensa no período. Como a população continuou praticamente a mesma em 1991 e 2000, em termos nominais, e ainda apresentou queda em 2% em 2010, estima-se que de 1991 a 2010 cerca de 108.000 pessoas migraram para outras localidades.

Quadro II - Evolução da População 1991, 2000 e 2010

<b>Município</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Boa Vista do Tupim</b>	17.160	18.408	17.991
<b>Iaçu</b>	26.065	28.501	25.736
<b>Ibiquera</b>	5.838	4.945	4.866
<b>Itaberaba</b>	53.742	58.943	61.631
<b>Itatim</b>	10.039	12.700	14.522
<b>Lajedinho</b>	6.225	4.352	3.936
<b>Macajuba</b>	10.479	11.474	11.229

<b>Mundo Novo</b>	30.854	21.273	24.395
<b>Piritiba</b>	24.176	19.037	22.399
<b>Rafael Jambeiro</b>	22.572	22.600	22.874
<b>Ruy Barbosa</b>	30.052	29.026	29.887
<b>Santa Teresinha</b>	8.860	8.696	9.648
<b>Tapiramutá</b>	13.691	17.061	16.516
<b>Total</b>	<b>259.753</b>	<b>257.016</b>	<b>265.630</b>

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991 e 2000 e 2010 - [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Interessante observar que a situação domiciliar modificou consideravelmente nos os últimos vinte anos. No período de 1991 e 2010, houve uma inversão domiciliar causada pelo êxodo rural proporcionando o fato comum no Estado da Bahia, conhecido como processo urbanização. Em 1991 a população rural ainda era superior à urbana (52%), caindo para 37% em 2010. Tal processo, atualmente, já provoca a escassez da mão de obra no setor agropecuário desses municípios.

Quadro III - População Total, Rural e Urbana, 1991e 2010

<b>Município</b>	<b>População em 1991</b>			<b>População em 2010</b>		
	<b>Total</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbana</b>	<b>Total</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbana</b>
Boa Vista do Tupim	17.160	12.864	4.296	17.991	11.398	6.593
Iaçu	26.065	7.259	18.806	25.736	5.568	20.168
Ibiquera	5.838	2.060	3.778	4.866	2.405	2.461
Itaberaba	53.742	16.808	36.934	61.631	13.146	48.485
Itatim	10.039	3.785	6.254	14.522	4.410	10.112
Lajedinho	6.225	5.333	892	3.936	2.691	1.245
Macajuba	10.479	7.244	3.235	11.229	4.358	6.871
Mundo Novo	30.854	18.871	11.983	24.395	10.831	13.564
Piritiba	24.176	15.189	8.987	22.399	7.237	15.162
Rafael Jambeiro	22.572	20.023	2.549	22.874	16.024	6.850
Ruy Barbosa	30.052	12.938	17.114	29.887	7.794	22.093
Santa Teresinha	8.860	7.842	1.378	9.648	7.314	2.334
Tapiramutá	13.691	4.896	8.796	16.516	3.732	12.784
<b>Total</b>	<b>259.753</b>	<b>135.112</b>	<b>125.002</b>	<b>265.630</b>	<b>96.908</b>	<b>168.722</b>
<b>%</b>	<b>100</b>	<b>52,02</b>	<b>47,98</b>	<b>100</b>	<b>36,48</b>	<b>63,52</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991 e 2010

Com relação ao sexo, a população masculina, no censo demográfico de 2000, levava pequena vantagem em relação à feminina, o que contrariava a lógica nacional e estadual, visto a população feminina é superior à masculina. No entanto, no ultimo censo demográfico (2010), a situação passou a ser a comum em todo território nacional: a superioridade numérica das mulheres equivalente a 2%.

Quadro IV – População Total e por Sexo - 2000 e 2010

Município	População por sexo – ano 2000			População por sexo – ano 2010		
	Total	Sexo (%)		Total	Sexo (%)	
		Masc	Fem		Masc	Fem
Boa Vista do Tupim	18.408	51,1	48,9	17.991	50,8	49,2
Iaçu	28.501	50,1	49,9	25.736	49,1	50,9
Ibiquera	4.945	50,9	49,1	4.866	52,0	48,0
Itaberaba	58.943	48,8	51,2	61.631	48,6	51,4
Itatim	12.700	50,2	49,8	14.522	49,9	50,1
Lajedinho	4.352	51,6	48,4	3.936	52,0	48,0
Macaçuba	11.474	49,9	50,1	11.229	49,2	50,8
Mundo Novo	21.273	50,4	49,6	24.395	50,7	49,3
Piritiba	19.037	49,9	50,1	22.399	50,4	49,6
Rafael Jambeiro	22.600	49,2	50,8	22.875	49,0	51,0
Ruy Barbosa	29.026	49,2	50,8	29.887	48,7	51,3
Santa Teresinha	8.696	50,7	49,3	9.648	50,0	50,0
Tapiramutá	17.061	50,7	49,3	16.516	50,6	49,4
<b>Total</b>	<b>257.016</b>	<b>50,2</b>	<b>49,8</b>	<b>265.631</b>	<b>49,0</b>	<b>51,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010

A população do território é eminentemente jovem: a faixa de até 24 anos de idade corresponde a quase 57% do total (56,8%), sendo que os segmentos entre 7 e 14 anos corresponde a 20,1%; o de 15 a 24 anos, 21,2% e a população com 60 anos ou mais já corresponde a mais de 31.000 pessoas. São segmentos que exigem atenção especial dos poderes públicos, considerando que as crianças a partir de sete anos e os jovens com até vinte e quatro anos somam 123,8 mil pessoas.

Quadro V – Percentual da Distribuição da População por Grupos de Idade, 2010

Município	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais
Boa Vista do Tupim	8,9	7,8	22,5	7,8	12,9	31,3	2,2	6,5
Iaçu	8,7	7,0	20,5	7,5	13,8	32,3	2,7	7,5
Ibiquera	7,8	6,8	19,2	8,3	14,2	33,5	2,3	7,8
Itaberaba	8,1	6,5	18,4	8,1	14,4	35,1	2,6	6,9
Itatim	8,3	7,2	19,4	7,7	14,4	33,9	2,3	6,8
Lajedinho	9,1	6,8	23,6	7,9	12,3	32,0	3,5	4,8
Macajuba	8,7	7,5	20,1	8,0	12,7	32,1	2,9	7,9
Mundo Novo	8,7	7,8	18,9	7,3	13,0	33,3	3,1	7,8
Piritiba	7,8	7,0	19,5	8,0	13,2	33,8	2,7	8,1
Rafael Jambeiro	7,9	7,0	19,8	8,7	13,7	32,2	2,9	7,7
Ruy Barbosa	8,3	6,1	18,9	7,5	13,4	34,1	3,3	8,4
Santa Teresinha	8,3	6,8	19,0	6,8	13,5	31,6	3,7	10,4
Tapiramutá	9,5	8,3	22,4	7,0	13,6	32,7	2,1	4,3
<b>Total</b>	<b>8,4</b>	<b>7,1</b>	<b>20,1</b>	<b>7,8</b>	<b>13,4</b>	<b>33,1</b>	<b>2,8</b>	<b>7,3</b>
<b>Bahia</b>	<b>8,0</b>	<b>6,3</b>	<b>17,7</b>	<b>7,3</b>	<b>14,9</b>	<b>37,5</b>	<b>2,5</b>	<b>5,7</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

## 2. Educação

Em 1991, quase metade da população era analfabeta. Mesmo registrando-se um avanço significativo no período, quando as taxas de analfabetismo caíram em quase 50%, o número de pessoas nessa situação ainda era significativo. Em 2009: 32,5% da população, o que significa 93 mil pessoas. Se considerarmos esse dado com o do quadro seguinte, de analfabetismo funcional (pessoas com menos de quatro anos de estudo), chega-se ao índice superior a 80%, o que, certamente, repercute negativamente no processo de construção do desenvolvimento territorial sustentável.

Quadro VI - Percentual da População Analfabeta com 15 anos ou mais – 1991 e 2000.

<b>Município</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
B. V. do Tupim	54,19	34,87
Iaçu	54,11	31,30
Ibiquera	47,21	34,51
Itaberaba	34,92	24,70
Itatim	48,91	30,96
Lajedinho	47,86	30,12
Macajuba	52,07	34,04
Mundo Novo	50,73	36,41
Piritiba	44,88	30,27
Rafael Jambeiro	52,86	39,25
Ruy Barbosa	45,31	29,70
Santa Terezinha	49,96	37,84
Tapiramutá	51,48	35,04
<b>Total</b>	<b>48,81</b>	<b>33,00</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

O quadro seguinte revela a situação das pessoas com menos de quatro anos de estudo, por sexo, onde fica demonstrado que as mulheres levam uma significativa vantagem em relação aos homens: 55% das mulheres com 15 anos ou mais têm menos de quatro anos de estudo, contra 63% dos homens.

Quadro VII - População com 15 anos ou mais de idade e menos de 4 anos de estudo, por sexo, em %

<b>Município</b>	<b>Total</b>	<b>Sexo Masculino</b>	<b>Sexo Feminino</b>
Boa Vista do Tupim	61,5	65,7	57,1
Iaçu	57,0	59,4	54,5
Ibiquera	65,3	67,7	62,8
Itaberaba	43,8	47,5	40,4
Itatim	56,7	59,8	53,6
Lajedinho	68,0	74,7	60,6
Macajuba	63,0	68,3	57,9
Mundo Novo	58,5	61,1	55,9
Piritiba	53,3	58,9	47,7



Rafael Jambeiro	66,9	71,9	62,2
Ruy Barbosa	54,7	57,1	52,4
Santa Teresinha	62,8	68,2	57,5
Tapiramutá	63,0	67,8	58,0
<b>Total</b>	<b>59,58</b>	<b>63,7</b>	<b>53,43</b>
<b>Bahia</b>	<b>42,5</b>	<b>45,2</b>	<b>39,9</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2008

No outro extremo, e para reforçar o raciocínio anterior de que a situação educacional atual é um entrave ao processo de desenvolvimento, pode-se verificar, com os dados do quadro seguinte, somente 3,2% da população tem 10 anos ou mais de estudo (44% menor da media do Estado, considerada extremamente baixa).

Quadro VIII - Média de anos de estudo da população com 10 anos ou mais

<b>Município</b>	<b>Total</b>	<b>10 anos</b>	<b>11 anos</b>	<b>12 anos</b>	<b>13 anos</b>	<b>14 anos</b>	<b>15 anos e mais</b>
Boa Vista do Tupim	2,8	1,4	2,2	2,6	3,0	4,1	3,9
Iaçu	3,3	1,5	1,9	2,5	3,0	3,3	3,8
Ibiquera	2,7	1,8	1,6	2,2	3,2	3,0	3,4
Itaberaba	4,3	1,7	2,6	3,0	3,6	4,4	5,2
Itatim	3,3	1,5	2,1	2,6	3,0	3,3	4,2
Lajedinho	2,7	1,3	1,3	2,2	2,9	2,4	3,7
Macaçuba	2,5	1,1	1,6	2,2	2,7	3,0	3,8
Mundo Novo	3,3	1,6	2,2	2,5	3,0	3,7	3,5
Piritiba	3,5	1,9	2,5	2,9	3,8	4,3	4,4
Rafael Jambeiro	2,5	1,5	1,9	2,2	2,4	2,8	3,5
Ruy Barbosa	3,6	1,7	1,9	2,5	3,3	3,8	4,1
Santa Teresinha	2,8	1,6	2,1	2,8	3,2	2,9	3,7
Tapiramutá	2,9	1,6	1,9	2,5	2,8	3,4	3,7
<b>Total</b>	<b>3,1</b>	<b>1,5</b>	<b>2,0</b>	<b>2,5</b>	<b>3,1</b>	<b>3,4</b>	<b>3,9</b>
<b>Bahia</b>	<b>4,6</b>	<b>1,7</b>	<b>2,3</b>	<b>2,9</b>	<b>3,5</b>	<b>4,0</b>	<b>4,5</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 200

Há, no Território, um total de 60.004 matrículas no ensino fundamental, sendo que desse total, 83% pertencem à rede municipal de ensino, 12% à rede estadual e 5% à

iniciativa privada. Observe-se que há apenas 11.450 matrículas no ensino médio, menos de 20% das matrículas no ensino fundamental, o que indica que nessa *passagem* do ensino fundamental para o ensino médio, 80% evadem.

Quadro IX - Matrículas Escolares, 2009

Município	Ensino Fundamental			Ensino Médio		Ensino Superior		Pré-Escola
	Estado	Munic.	Privado	Estado	Privado	Público	Privado	
B. V. do Tupim	360	4.628	-	941	-	-	-	602
Iaçu	314	5945	241	882	-	-	-	863
Ibiquera	242	576	-	107	-	-	-	143
Itaberaba	2.389	7.364	1.130	2.132	159	<b>616</b>	-	2.112
Itatim	-	3.147	198	517	-	-	-	895
Lajedinho	-	945	-	151	-	-	-	130
Macajuba	-	2.731	-	543	-	-	-	530
Mundo Novo	1.031	3.727	250	747	28	-	-	511
Piritiba	1.011	3.171	239	813	29	-	-	434
Rafael Jambeiro	-	5.329	-	885	-	-	-	1.040
Ruy Barbosa	948	4.773	447	1.196	40	-	-	988
Santa Terezinha	245	1.655	62	268	-	-	-	297
Tapiramutá	112	1.288	73	837	-	-	-	481
<b>Total</b>	<b>6.652</b>	<b>45.279</b>	<b>2.640</b>	<b>10.019</b>	<b>256</b>	<b>616</b>	<b>-</b>	<b>9.878</b>

Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (cid@des)

### 3. Saúde

Os serviços de saúde limitam, quase somente, ao atendimento básico. Os pacientes que necessitam de serviços de média e alta complexidade precisam ser transportados para outras localidades, a exemplo de Feira de Santana e Salvador. Em termos de número de unidades de saúde no Território – incluindo-se as unidades mais simples, como os Postos de Saúde da

Família (PSF), entre o ano de 2006 e 2009 no Território do Piemonte do Paraguaçu constatou-se um aumento de 30 % nesse período, desse a setor publico houve uma ampliação de 27% e o setor privado cresceu 45%.

Quadro X - Unidades de Saúde 2006 e 2009

Município	Nº de Unidades de Saúde em 2006			Nº de Unidades de Saúde em 2009		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
Boa Vista do Tupim	18	18	0	21	20	1
Iaçu	9	8	1	18	14	4
Ibiquera	2	2	0	2	2	0
Itaberaba	47	31	16	58	35	23
Itatim	10	8	2	9	8	1
Lajedinho	6	6	0	6	6	0
Macajuba	5	5	0	6	6	0
Miguel Calmon	7	6	1	12	11	1
Mundo Novo	11	9	2	15	12	3
Piritiba	16	15	1	16	15	1
Rafael Jambeiro	8	8	0	19	19	0
Ruy Barbosa	14	10	4	22	15	7
Santa Terezinha	5	5	0	5	5	0
Tapiramutá	10	8	2	9	8	1
<b>Total</b>	<b>168</b>	<b>139</b>	<b>29</b>	<b>218</b>	<b>176</b>	<b>42</b>

Fonte: ww.ibge.gov.br (cid@des), 2009.

Mesmo para os casos mais simples, a disponibilidade de leitos para internação é muito limitada, apenas 19% das unidades de saúde possuem esse serviço. Já em termos de SUS, 88% das unidades estão filiadas ao SUS, garantindo assim o atendimento para a população mais pobres, embora com as limitações e dificuldades conhecidas.

Quadro XI – Números de Unidades de Saúdes, Número de Estabelecimentos sem Internação e

Número de Estabelecimentos vinculados ao SUS.

	Nº de Unidades de Saúde em 2009	Estabelecimentos de Saúde sem internação total	Estabelecimentos de Saúde ligados ao SUS
Boa Vista do Tupim	21	18	20
Iaçu	18	15	16
Ibiquera	2	2	2
Itaberaba	58	48	42
Itatim	9	7	8
Lajedinho	6	6	6
Macajuba	6	5	6
Miguel Calmon	12	10	11
Mundo Novo	15	11	14
Piritiba	16	14	16
Rafael Jambeiro	19	18	19
Ruy Barbosa	22	18	18
Santa Teresinha	5	4	5
Tapiramutá	9	7	9
<b>Total</b>	<b>218</b>	<b>183</b>	<b>192</b>

Fonte: [ww.ibge.gov.br](http://ww.ibge.gov.br) (cid@des), 2009.

O Território precisa de um Hospital Regional, com serviços de média e alta complexidade que possam atender os casos mais comuns no Território. É preciso destacar que o deslocamento de pacientes para outras localidades – a exemplo de Feira de Santana e Salvador – onera substancialmente o erário municipal e aumenta o risco de morte. Por outro lado, esse sistema amplamente praticado, contribui significativamente para a superlotação dos hospitais de destino.

## 4. Acesso a Serviços Básicos

Os dois quadros seguintes indicam a forma de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Observe-se que somente 61,4% dos domicílios dispunham de água canalizada em pelo menos um cômodo da casa e menos de 24% de canalização de esgoto sanitário. Esses dados, certamente, têm reflexo direto na situação de saúde da população.

Quadro XII - Distribuição percentual dos domicílios e forma de abastecimento de água – 2000

Município	Rede geral com água canalizada em pelo menos um cômodo	Rede geral com água canalizada só na propriedade e ou terreno	Poço ou nascente com água canalizada em pelo menos um cômodo	Poço ou nascente com água canalizada na propriedade ou terreno	Não canalizada	Outra Forma
B. V. do Tupim	87,6	52,5	0,0	0,0	0,2	12,2
Iaçu	63,0	26,1	0,1	0,1	0,2	10,5
Ibiquera	27,8	37,9	0,2	0,0	1,1	33,1
Itaberaba	74,5	20,6	0,0	0,0	0,1	4,7
Itatim	68,1	23,3	0,0	0,1	0,2	8,2
Lajedinho	42,1	54,1	0,0	0,0	0,4	3,4
Macajuba	53,2	31,5	0,0	0,0	0,3	15,0
Miguel Calmon	61,6	28,8	0,1	0,0	0,2	9,3
Mundo Novo	60,9	15,1	0,7	0,2	0,7	22,4
Piritiba	60,5	30,6	0,0	0,0	0,6	8,3
Rafael Jambeiro	79,8	12,3	0,2	0,0	0,5	7,2
Ruy Barbosa	51,8	29,4	0,2	0,2	0,3	18,2
Sta. Teresinha	87,2	10,9	0,0	0,0	0,4	1,5
Tapiramutá	41,8	51,2	0,0	0,0	0,0	6,9
<b>Total</b>	<b>61,4</b>	<b>30,3</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,2</b>	<b>7,0</b>
<b>Bahia</b>	<b>77,0</b>	<b>12,4</b>	<b>4,6</b>	<b>0,4</b>	<b>1,9</b>	<b>6,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

Quadro XIII - Distribuição percentual dos domicílios por localização urbana e rural e tipo de esgotamento sanitário – 2000

Município	Área Urbana				Área Rural			
	Rede Geral	Fossa Séptica	Outra forma	Sem instal.	Rede Geral	Fossa Séptica	Outra forma	Sem instalaç
Boa Vista do Tupim	0,4	46,9	38,9	13,9	0,1	27,2	10,8	61,9
Iaçu	3,8	26,0	51,2	19,0	0,0	3,0	24,3	72,7
Ibiquera	0,6	0,5	76,5	22,4	0,0	3,8	20,2	76,0
Itaberaba	72,5	5,3	13,7	8,5	0,0	4,7	28,1	67,2
Itatim	0,9	1,7	80,6	16,8	0,0	1,6	19,3	79,1
Lajedinho	34,6	7,9	0,8	56,8	0,0	7,9	12,0	80,1
Macajuba	41,0	1,3	29,3	28,3	0,2	0,4	32,5	66,9
Miguel Calmon	48,0	1,8	33,7	16,5	0,2	3,0	23,4	73,3
Mundo Novo	24,4	2,0	59,3	14,3	5,7	1,2	49,4	43,7
Piritiba	32,5	11,8	43,6	12,1	2,8	7,4	35,2	54,6
Rafael Jambeiro	15,7	0,1	65,5	18,8	0,1	1,1	25,0	73,7
Ruy Barbosa	53,8	5,1	23,1	18,0	0,1	4,1	22,8	73,0
Santa Teresinha	1,7	1,5	88,5	8,4	0,0	0,3	33,3	66,4
Tapiramutá	0,3	0,3	92,2	7,2	0,0	0,7	50,6	48,7
<b>Total</b>	<b>23,6</b>	<b>8,0</b>	<b>49,8</b>	<b>18,6</b>	<b>0,7</b>	<b>4,7</b>	<b>27,6</b>	<b>67,0</b>
<b>Bahia</b>	<b>49,0</b>	<b>9,6</b>	<b>33,7</b>	<b>7,6</b>	<b>1,3</b>	<b>3,8</b>	<b>33,2</b>	<b>61,7</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

## 5. Aspectos Sócioeconômicos

Apesar de ocupar o 4º lugar entre as unidades da federação, o 5º maior território (564.692 Km²) e o 6º PIB nacional, a Bahia não conseguiu superar a pobreza: 43,5% dos seus mais de 14 milhões de habitantes são considerados pobres e 40,4% encontram-se nos níveis inferiores da pobreza<sup>17</sup>, resultado da deformações históricas de concentração ds riquezas em poucas mãos. Mas a concentração das riquezas se dá de forma piramidal, em cada localidade, e também de forma geográfica com a concentração de investimentos numa região em detrimento do restante do Estado: em 2008, 53% do PIB estadual estavam

<sup>17</sup> Em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os percentuais dos habitantes considerados pobres e daqueles que estão em níveis inferiores da pobreza são, respectivamente: 26,60% e 25,24%; 25,94% e 24,57%; 25,94 % e 23,43%.



concentrados em sete municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), ficando 47% para 410 municípios interioranos. Leve-se em conta, ainda, a *subconcentração* nos pólos industriais (Feira de Santana, Ilhéus, Juazeiro, Barreiras) que concentram outra parcela importante dos investimentos:

*[...] percebe-se uma forte concentração espacial e setorial dos distritos baianos, com forte influência do Distrito de Subaé (Feira de Santana). Este fato deve ser atribuído à forte ligação que a atividade industrial, desenvolvida nos distritos industriais guarda, de forma estreita, com a atividade econômica local, tanto no que diz respeito à origem dos insumos (72% tem origem no próprio Estado), quanto ao destino das vendas. (SAMPAIO, 2009: 217).*

A renda per capita, mesmo não sendo um indicador que retrate a realidade em termos absolutos, é um indicativo importante da situação econômica de uma população. Observe-se que 56,4% dos domicílios pertencem ao segmento populacional que tem renda per capita é de até meio salário-mínimo e somente 13,5% têm renda per capita a partir de dois salários mínimos.

Quadro XIV - Distribuição percentual dos domicílios por classe de rendimento médio mensal *per capita* em salários mínimos – 2000

<b>Município</b>	<b>Até 1/4</b>	<b>1/4- 1/2</b>	<b>1/2- 1,0</b>	<b>1,0- 2,0</b>	<b>2,0- 3,0</b>	<b>+ de 3,0</b>
Boa Vista do Tupim	5,2	4,2	2,8	3,2	3,9	2,4
Iaçu	32,4	26,6	24,8	9,6	3,8	2,9
Ibiquera	36,8	28,3	27,0	5,1	1,5	1,2
Itaberaba	24,8	23,5	27,3	14,5	4,7	5,2
Itatim	29,3	27,4	27,6	11,5	1,8	2,4
Lajedinho	38,6	31,0	22,7	6,0	0,0	1,7
Macajuba	45,5	22,5	21,7	6,5	1,7	2,2
Miguel Calmon	30,6	27,5	25,0	11,1	2,2	3,5
Mundo Novo	33,8	20,9	32,0	9,0	1,4	2,9
Piritiba	30,3	23,4	32,6	7,9	1,8	4,1
Rafael Jambeiro	44,7	23,6	22,3	7,6	1,0	0,7
Ruy Barbosa	36,4	21,6	26,5	9,7	2,4	3,4

Santa Teresinha	29,4	28,7	30,2	9,3	1,8	0,6
Tapiramutá	28,9	34,3	23,0	9,7	1,2	2,9
<b>Total</b>	<b>31,90</b>	<b>24,5</b>	<b>24,7</b>	<b>8,6</b>	<b>2,1</b>	<b>2,6</b>
<b>Bahia</b>	<b>25,0</b>	<b>21,9</b>	<b>25,4</b>	<b>14,1</b>	<b>4,7</b>	<b>8,8</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

No ano do censo, 45,4% declararam-se “empregados”, sendo que somente 12% tinham registro e os demais não tinham carteira assinada, cujo índice é menos da metade da média estadual. É preciso observar que os dados se referem à população com 10 anos ou mais de idade, ou seja, incorporam o trabalho infantil.

Quadro XV - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e por posição na ocupação, 2000

Município	Empregado			Trabalhador Doméstico		
	Total	Com Carteira	Sem Carteira	Total	Com Carteira	Sem Carteira
Boa V. do Tupim	48,8	15,8	33,0	2,5	0,3	2,2
Iaçu	53,4	17,4	36,0	7,4	0,4	7,0
Ibiquera	42,9	9,9	33,0	3,0	0,3	2,6
Itaberaba	51,3	22,6	28,7	6,7	0,5	6,1
Itatim	48,7	12,9	35,8	5,3	0,1	5,2
Lajedinho	52,6	9,8	42,7	4,0	0,0	4,0
Macajuba	38,0	5,5	32,6	4,7	0,5	4,2
Miguel Calmon	42,9	11,0	31,9	9,3	0,6	8,8
Mundo Novo	45,0	10,5	34,5	7,1	0,1	7,0
Piritiba	51,1	9,9	41,1	7,0	0,0	7,0
Rafael Jambeiro	30,1	9,5	20,6	4,4	1,4	3,0
Ruy Barbosa	40,9	15,9	25,0	7,6	0,5	7,1
Santa Teresinha	30,9	11,4	19,5	5,2	0,4	4,8
Tapiramutá	58,5	2,8	55,7	4,9	0,6	4,3
<b>Total</b>	<b>45,4</b>	<b>11,8</b>	<b>33,6</b>	<b>5,7</b>	<b>0,4</b>	<b>5,2</b>
<b>Bahia</b>	<b>48,6</b>	<b>24,1</b>	<b>24,5</b>	<b>7,0</b>	<b>1,4</b>	<b>5,6</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

Da população com 60 anos ou mais, 78% estavam aposentados, acima portanto da média estadual que era de 72%. Interessante observar que em alguns municípios (Miguel Calmon, por exemplo) o índice aproxima-se dos 90%, enquanto noutros (Lagedinho, p.e.) fica pouco acima de 60%. Por que essa defasagem? Falta de informações? Outro dado interessante é que a população feminina é mais beneficiada do que a masculina (79% contra 76%).

Quadro XVI - Proporção da População com 60 anos ou mais, aposentados ou pensionistas, por sexo, 2000.

Município	Aposentados			Pensionistas		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Boa Vista do Tupim	62,8	64,4	61,3	19,7	18,4	21,0
Iaçu	77,2	73,6	80,5	4,5	1,2	7,5
Ibiquera	68,8	68,8	68,7	9,6	7,1	11,7
Itaberaba	77,5	78,3	76,8	4,5	1,7	6,8
Itatim	77,4	77,8	77,1	3,7	0,0	7,0
Lajedinho	61,2	46,5	76,0	10,8	19,2	2,3
Macajuba	80,2	76,3	83,4	10,0	9,3	10,6
Miguel Calmon	88,5	89,6	87,8	5,6	2,0	8,1
Mundo Novo	85,4	85,1	85,7	5,7	5,0	6,4
Piritiba	81,1	80,8	81,4	11,3	9,5	12,9
Rafael Jambeiro	80,2	75,7	84,1	3,7	4,9	2,7
Ruy Barbosa	83,5	88,0	80,1	8,1	3,8	11,3
Santa Teresinha	85,4	87,2	83,9	5,9	2,5	8,7
Tapiramutá	79,3	74,0	84,6	6,0	5,8	6,2
<b>Total</b>	<b>77,8</b>	<b>76,2</b>	<b>79,4</b>	<b>7,8</b>	<b>6,5</b>	<b>8,8</b>
<b>Bahia</b>	<b>71,9</b>	<b>73,7</b>	<b>70,5</b>	<b>10,0</b>	<b>6,6</b>	<b>12,8</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM), os dados refletem a situação de pobreza da população. Apenas Itaberaba apresenta dados mais confortáveis, embora abaixo do necessário, e Rafael Jambeiro ocupa a última posição.

Quadro XVII - Índice do Desenvolvimento Humano

Município	IDHM	IDHM-Renda	IDHM-Educação
-----------	------	------------	---------------

	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa Vista do Tupim	0,530	0,625	0,514	0,454	0,433	0,720
Iaçu	0,456	0,592	0,592	0,549	0,583	0,711
Ibiquera	0,464	0,572	0,432	0,484	0,513	0,704
Itaberaba	0,527	0,748	0,627	0,663	0,727	0,848
Itatim	0,515	0,635	0,451	0,526	0,465	0,706
Lajedinho	0,466	0,583	0,393	0,455	0,498	0,719
Macajuba	0,482	0,637	0,473	0,531	0,447	0,698
Miguel Calmon	0,506	0,619	0,473	0,521	0,545	0,764
Mundo Novo	0,527	0,642	0,451	0,518	0,512	0,727
Piritiba	0,524	0,639	0,445	0,450	0,442	0,664
Rafael Jambeiro	0,479	0,569	0,445	0,450	0,442	0,664
Ruy Barbosa	0,562	0,644	0,524	0,516	0,543	0,737
Santa Teresinha	0,529	0,628	0,451	0,489	0,499	0,686
Tapiramutá	0,471	0,615	0,429	0,507	0,427	0,695
<b>Total</b>	<b>0,503</b>	<b>0,625</b>	<b>0,479</b>	<b>0,508</b>	<b>0,505</b>	<b>0,717</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2000.

O setor agropecuário ocupa o segundo lugar na formação do Produto Interno Bruto (PIB), conforme pode-se constatar no Quadro XXII. Os quadros seguintes demonstram a produção total e a área cultivada para cada tipo de lavoura, permanente ou temporária. É interessante observar que alguns municípios aproveitam melhor as potencialidades e diversificam mais as atividades agrícolas do que outros.

Comparando os dados da produção agrícola (lavouras temporárias e permanentes) e do PIB, é possível fazer uma relação entre os números: em regra, os municípios que apresentam baixa produção registram também os menores índices do PIB per capita, o que permite afirmar que a dinamização da agricultura nos municípios é essencial para melhorar a renda da população.

Quadro XVIII-A– Lavoura Temporária: produção (t) e área cultivada (ha), 2006.

Município	Feijão		Mamona		Mandioca		Milho	
	Ton.	Ha.	Ton.	Ha.	Ton.	Ha.	Ton.	Ha.
Boa V.do Tupim	228	482	225	300	3756	625	95	130
Iaçu	79	220	360	460	3555	412	44	220
Ibiquera	5250	1500	-	-	2640	220	10150	1300
Itaberaba	490	2495	1600	2000	4800	1000	966	3000
Itatim	30	120	64	63	756	63	10	120

Lajedinho	14	45	90	120	326	310	-	-
Macajuba	419	600	18	40	3975	580	207	340
Miguel Calmon	760	1400	752	940	578	900	1201	1500
Mundo Novo	3410	5100	90	100	7000	500	2160	2000
Piritiba	90	114	-	-	300	30	90	300
Rafael Jambeiro	321	620	45	60	10125	1350	302	440
Ruy Barbosa	32	116	-	-	3420	285	9	110
Santa Teresinha	6142	6830	45	50	11200	800	2040	2000
Tapiramutá	1406	2500	900	1000	42000	3000	768	800
<b>Total</b>	<b>18671</b>	<b>22142</b>	<b>4189</b>	<b>5133</b>	<b>94431</b>	<b>10075</b>	<b>18042</b>	<b>12260</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Quadro XVIII-B– Lavoura Temporária: produção (t) e area cultivada (ha), 2006.

Município	Abacaxi		Melancia		Tomate		Cana-de-açúcar	
	Mil	Ha.	Ton.	Ha.	Ton.	Ha.	Ton.	Ha.
Boa V.do Tupim	2300	100	40	10	306	12	-	-
Iaçu	504	80	1440	360	650	25	-	-
Ibiquera	-	-	14000	1960	76600	700	40000	300
Itaberaba	130	10	135	25	8250	110	40000	800
Itatim	-	-	63	10	-	-	-	-
Lajedinho	168	14	7	35	-	-	-	-
Macajuba	1750	120	-	-	-	-	-	-
Miguel Calmon	223	10	135	30	594	18	610	98
Mundo Novo	240	20	-	-	200	10	9000	450
Piritiba	240	20	-	-	600	30	5000	250
Rafael Jambeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Ruy Barbosa	600	50	-	-	-	-	-	-
Santa Teresinha	-	-	-	-	-	-	-	-
Tapiramutá	120	10	-	-	240	8	2000	100
<b>Total</b>	<b>6275</b>	<b>434</b>	<b>15820</b>	<b>2430</b>	<b>87440</b>	<b>913</b>	<b>96610</b>	<b>1998</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Ainda se registram as seguintes culturas: Amendoim em Boa Vista do Tupim, com 5 t e 6 ha de area cultivada; Mundo Novo, 18 t e 20 ha; Rafael Jambeiro, 3 t e 5 ha cultivados e Ruy Barbosa, com 20 t e 20 ha de area cultivada. Fumo; Miguel Calmon, com 8 t e 10 ha de área cultivada e Rafael Jambeiro com 20 t e 22 hectares. Batata Doce: Miguel calmon, 110 t e 10 hectares de area cultivada; Rui Barbosa, 40 t e 5 ha; Santa Teresinha, também com 40 t e 5 ha de area cultivada;. Girassol: Mundo Novo, com 90 t e 100 ha cultivados e Tapiramutá com 21 t e 30 hectares.



Quadro XIX-A– Lavoura Permanente: produção (t) e area cultivada (ha), 2006.

Município	Banana		Laranja		Maracujá		Café	
	Ton.	Ha.	Ton.	Ha.	Ton.	Ha.	Ton.	Ha.
B.V. do Tupim	2420	110	120	10	-	-	-	-
Iaçu	1470	7	144	12	620	30	510	850
Ibiquera	1645	250	135	15	-	-	-	-
Itaberaba	2000	80	-	-	140	10	1136	710
Itatim	-	-	-	-	-	-	-	-
Lajedinho	-	-	-	-	-	-	-	-
Macajuba	-	-	30	6	-	-	-	-
M. Calmon	5920	500	80	8	5	2	65	130
Mundo Novo	4500	400	240	30	-	-	216	200
Piritiba	1200	100	80	10	300	20	216	200
R. Jambeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Ruy Barbosa	108	12	68	8	-	-	830	1100
Sta. Teresinha	112	16	-	-	-	-	-	-
Tapiramutá	37500	2500	-	-	750	50	1920	2000
Total	56875	3975	897	99	1815	112	4893	5190

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

O quadro seguinte registra a produção proveniente de lavouras permanente e a área cultivada. Interessante observar que não há registro de lavouras temporárias em alguns municípios.

Quadro XIX - B– Lavoura Permanente: produção (t) e area cultivada (ha), 2006.

Município	Castanha Caju		Coco-da-Baía		Mamão		Manga	
	Ton.	Ha.	Mil	Ha.	Ton.	Ha.	Ton.	Ha.
Boa V.do Tupim	-	-	68	8	720	18	-	-
Iaçu	-	-	425	75	516	20	3875	250
Ibiquera	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaberaba	630	630	-	-	135	15	70	5
Itatim	26	30	-	-	-	-	-	-
Lajedinho	-	-	-	-	-	-	-	-
Macajuba	-	-	-	-	-	-	-	-
Miguel Calmon	156	200	30	5	-	-	320	32
Mundo Novo	-	-	-	-	-	-	300	30

Piritiba	140	300	-	-	-	-	300	30
Rafael Jambeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Ruy Barbosa	-	-	-	-	-	-	150	6
Santa Teresinha	6	5	24	6	-	-	-	-
Tapiramutá	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	958	1165	547	94	1371	53	5015	353

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Registram-se ainda a produção de Maçã, em Iaçú (602 t e 43 ha de área cultivada); uva em Santa Teresinha (105 t e 7 ha) e Castanha de Caju em Ruy Barbosa (4 t e 20 ha) e Boa Vista do Tupim (14 t e 3 ha cultivados). Macajuba produz também limão (24 t e 4 ha).

Agricultura familiar, certamente, tem prevalência em toda produção agropecuária, já que se revela mais produtiva. Do total de estabelecimentos agrícolas, 83,5% são da agricultura familiar, contra 16,5%. Quanto à área ocupada, a situação se inverte: ocupa apenas 25,3% da área, contra 74,7% da agricultura não familiar. Essa situação é pouco pior em relação ao Estado, onde os estabelecimentos da agricultura familiar representam apenas 13% e ocupam 34% da área total.

Quadro XX - Estabelecimentos e Área da Agricultura Familiar, 2000

Município	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área(ha)
Boa Vista do Tupim	1.338	37.948	250	153.369
Iaçú	688	23.886	251	164.631
Ibiquera	483	15.463	132	77.558
Itaberaba	2.005	55.210	427	137.113
Itatim	781	14.428	126	22.293
Lajedinho	378	14.194	75	38.918
Macajuba	924	14.784	168	27.572
Miguel Calmon	2.073	47.666	381	62.222
Mundo Novo	1.333	31.185	432	111.711
Piritiba	1.626	29.709	233	44.657
Rafael Jambeiro	2.696	31.998	207	50.805
Ruy Barbosa	1.143	34.753	355	134.382
Santa Teresinha	674	8.600	91	34.080
Tapiramutá	439	12.237	141	40.215
<b>Total</b>	<b>16.581</b>	<b>372.061</b>	<b>3.269</b>	<b>1.099.526</b>
<b>Bahia</b>	<b>665 831</b>	<b>9 955 563</b>	<b>95 697</b>	<b>19 224 996</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Quanto à pecuária, prevalece a criação de bovinos, com 64% do total de mamíferos, seguida pela criação de ovinos, 23%. Interessante notar que dados técnicos revelam que para a agricultura familiar, que dispõem de pouca terra, a ovinocaprinocultura é mais rentável economicamente, mas prevalece a “cultura do boi”, onde os agricultores familiares continuam investindo na pecuária bovina, além de mais prejudicial ao meio ambiente.

Quadro XXI - Presença da Pecuária – Número de Cabeças, 2006

	<b>Bovinos</b>	<b>Equinos</b>	<b>Muare</b>	<b>Suinos</b>	<b>Caprinos</b>	<b>Ovinos</b>	<b>Aves</b>
B. V. do Tupim	77079	2904	459	8355	4556	4770	62895
Iaçu	38643	2014	290	5005	12274	11449	52582
Ibiquera	15019	2235	195	2235	2139	4562	22734
Itaberaba	45411	4380	314	9833	7140	7184	72045
Itatim	12108	592	283	2814	11095	23096	19713
Lajedinho	23720	1332	405	2891	1017	1112	60620
Macajuba	23008	1295	177	4754	1268	5649	24998
Miguel Calmon	44910	2508	469	6290	24103	11772	80942
Mundo Novo	61105	3720	215	996	765	2173	8870
Piritiba	32164	2930	885	901	948	2365	4935
Rafael Jambeiro	15046	2680	23	2441	1429	5542	11070
Ruy Barbosa	58850	4770	574	8784	1205	1530	100598
Santa Terezinha	15583	823	870	2792	4914	19876	46391
Tapiramutá	23392	2440	670	448	286	1887	5626
<b>Total</b>	<b>486038</b>	<b>34623</b>	<b>5829</b>	<b>58539</b>	<b>73139</b>	<b>102967</b>	<b>574019</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Apenas como ilustração, mas também como forma de observar a tendência, apresentam-se também os dados da pecuária nos municípios do Território 26 anos atrás, 1980. Mesmo levando em conta que não há dados disponíveis para os municípios Itatim e Rafael Jambeiro (municípios criados posteriormente), pode-se observar que o crescimento é muito tímido para quase três décadas (1980-2006) para os bovinos, equinos, muare e

suínos. Houve um crescimento expressivo para caprinos e ovinos 281% e 152% respectivamente, e uma queda acentuada de 153% na avicultura.

Quadro XXII – Presença da Pecuária - Número de Cabeças, 1980

Município	Bovinos	Equinos	Muare s	Suínos	Caprinos	Ovinos	Aves
B. Vista do Tupim	57.922	4.126	536	7.364	1.282	2.789	48.692
Iaçu	34.710	2.359	292	6.064	6.070	7.864	44.903
Ibiquera	36.666	1.913	215	1.686	176	1.155	11.857
Itaberaba	55.008	3.761	345	6.694	3.822	6.650	45.561
Itatim	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Lajedinho	21.574	1.014	61	1.447	154	234	13.813
Macajuba	27.020	1.612	126	2.770	137	1.805	13.102
Miguel Calmon	39.408	2.307	371	2.697	1.957	6.351	27.081
Mundo Novo	60.159	3.290	317	2.137	205	1.021	23.309
Piritiba	41.368	1.992	148	2.135	77	1.459	26.497
Rafael Jambeiro	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Ruy Barbosa	77.610	4.874	696	5.698	255	1.713	55.869
Santa Teresinha	25.604	1.237	192	4.043	5.029	9.743	39.871
Tapiramutá	16.140	781	67	732	22	124	13.256
<b>Total</b>	<b>493.189</b>	<b>29.266</b>	<b>3.366</b>	<b>43.467</b>	<b>19.186</b>	<b>40.908</b>	<b>363.811</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1980.

Quanto à composição do Produto Interno Bruto (PIB), observe-se que o setor preponderante é o terciário, de serviços, que inclui o comércio e o setor público. Isso significa dizer que os setores que efetivamente produzem riquezas (o primário e o secundário, ou seja, o agropecuário e o industrial) representam somente 30,5% do PIB; 69,5% são provenientes do setor de serviços que, como se sabe, lida com riquezas produzidas nos outros setores.

Quadro XXIII - Composição do Produto Interno Bruto Municipal e PIB Per Capita (R\$ 1000) - 2007

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Per Capita
Boa Vista do Tupim	9700,34	2656,21	20931,82	33288,4	1818,83

Iaçu	9079,47	6135,64	36927,19	52142,3	1866,78
Ibiquera	3451,00	2560,98	5235,64	11247,6	2989,36
Itaberaba	15008,21	15106,83	108709,3	138824	2479,02
Itatim	2015,26	2623,39	27470,07	32108,7	2672,96
Lajedinho	2904,11	2188,55	5068,46	10161,1	3078,38
Macajuba	3676,76	2917,35	12520,24	19114,4	1669,51
Miguel Calmon	9172,73	4795,34	35546,64	49514,7	1738,47
Mundo Novo	9389,55	2740,86	25269,26	37399,7	2226,82
Piritiba	5983,33	3756,92	23700,99	33441,3	2074,62
Rafael Jambeiro	4155,55	3291,10	30864,64	38311,3	1856,81
Ruy Barbosa	15407,66	9820,19	39882,4	65110,3	2406,66
Santa Teresinha	3739,42	1489,53	9873,95	15102,9	1821,88
Tapiramutá	20700,52	3011,64	21917,05	45629,2	2549,36
<b>Total</b>	<b>114.384,0</b>	<b>63.094,50</b>	<b>403.918,0</b>	<b>581.396,5</b>	<b>2.232,1</b>
<b>%</b>	<b>19,7</b>	<b>10,8</b>	<b>69,5</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (cid@des)

Os municípios que disponibilizaram os dados dos seus orçamentos, relativos a 2008, revelam a fragilidade das finanças públicas: 81,3% das receitas são oriundas das transferências previstas em lei; há, ainda, as receitas provenientes de convênios o que revela que as receitas próprias são pouco relevantes. Disso decorrem duas consequências: a dependência do erário municipal para com o Estado e a União e a indisponibilidade de recursos para investimentos próprios, já que os recursos oriundos das esferas estadual e federal são sempre *carimbados*, com destinação específica. É o que se pode verificar com os dados do quadro seguinte.

Quadro XXIV – Finanças Municipais, 2008.

Município	Receitas	Receitas de	Receitas
-----------	----------	-------------	----------

	<b>Brutas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Executadas</b>
Boa Vista do Tupim	22.851.002,42	22.076.926,98	20.827.351,20
Iaçu	28.772.702,51	27.246.578,83	26.940.702,80
Ibiquera	s/d	s/d	s/d
Itaberaba	s/d	s/d	s/d
Itatim	17.678.898,94	16.758.679,91	16.547.718,27
Lajedinho	7.888.108,50	7.557.424,37	6.979.164,13
Macajuba	14.025.131,91	13.201.390,72	133.953.42,79
Miguel Calmon	25.793.961,59	243.47.144,94	24.294.909,63
Mundo Novo	s/d	s/d	s/d
Piritiba	21.536.456,47	19.933.417,20	19.605.249,91
Rafael Jambeiro	25.325.909,92	23.799.483,80	23.342.178,56
Ruy Barbosa	s/d	s/d	s/d
Santa Teresinha	s/d	s/d	s/d
Tapiramutá	24.200.406,30	22.266.747,24	20.487.514,22
<b>Total</b>	<b>188.072.578,56</b>	<b>152.840.649,05</b>	<b>159.024.788,72</b>

Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (cid@des)



## 6. Vulnerabilidade Social



A pobreza é intensa, atingindo 57% da população, em 2000, registrando-se um pequeno progresso em relação a 1991. O percentual de indigentes caiu de 56% para 44%, o pobres de 83% para 66%, mas a intensidade da pobreza caiu apenas dois pontos percentuais no período.

Quadro XXV - Indicadores de Pobreza: percentagem de indigentes, de pobres e da intensidade da pobreza, 1991-2000

Município	% de Indigentes		% de Pobres		% da intensidade da pobreza	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa V. do Tupim	60,73	56,86	90,03	00,25	58,73	62,79
Iaçu	53,12	41,58	77,88	70,73	59,72	53,45

Ibiquera	67,76	46,99	89,09	71,81	63,99	56,39
Itaberaba	43,35	42,45	72,30	58,00	55,09	52,47
Itatim	50,75	36,20	80,15	68,58	54,43	50,07
Lajedinho	61,50	50,81	87,25	77,12	61,94	57,81
Macajuba	57,49	55,13	85,65	78,97	58,29	80,87
Miguel Calmon	58,13	39,03	81,07	69,06	60,89	53,58
Mundo Novo	56,92	44,53	85,30	66,97	58,18	56,74
Piritiba	59,22	36,68	87,10	66,90	58,76	53,82
Rafael Jambeiro	52,51	52,93	82,96	77,22	56,23	62,46
Ruy Barbosa	57,81	38,32	75,47	68,06	51,79	53,96
Santa Teresinha	53,50	41,40	83,38	71,90	57,03	51,15
Tapiramutá	55,25	35,84	85,87	72,66	64,11	48,76
<b>Total</b>	<b>56,29</b>	<b>44,20</b>	<b>83,10</b>	<b>65,59</b>	<b>58,51</b>	<b>56,73</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2000.

O número de pessoas com 65 anos ou mais morando sozinhas manteve-se estável de 1991 a 2000, registrando-se pequena queda no índice de mulheres chefes de família sem cônjuges com filhos menores de 15 anos de idade. Já a gravidez precoce aumentou em quase 100%, passando de 4,8% das mulheres entre 15 e 17 anos para 8,8%.

Quadro XXVI - Vulnerabilidade Familiar, 1991-2000

Município	% de pessoas com 65 anos ou mais morando sozinha		% de mulheres chefes de família, sem cônjuge, com filhos com menos de 15 anos		% de mulheres entre 15 e 17 anos com filhos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa Vista do Tupim	15,88	14,67	9,90	4,90	2,5	10,75
Iaçu	15,50	17,37	10,40	8,11	11,33	11,28
Ibiquera	23,93	17,37	7,73	6,99	4,35	4,41
Itaberaba	13,30	17,47	9,33	7,37	4,94	11,28
Itatim	16,95	17,39	8,90	8,04	2,46	8,55
Lajedinho	10,86	12,79	4,98	6,85	7,85	6,24
Macajuba	21,25	16,85	8,84	7,53	5,52	6,86
Miguel Calmon	20,82	14,18	7,21	7,29	1,08	9,79
Mundo Novo	16,18	15,19	6,38	5,77	2,89	11,89
Piritiba	15,55	23,93	6,30	5,14	5,95	9,29
Rafael Jambeiro	10,30	10,32	8,34	5,34	3,79	8,07

Ruy Barbosa	18,04	19,33	6,36	7,60	0,91	9,56
Santa Teresinha	17,10	16,83	8,23	6,87	5,01	6,23
Tapiramutá	10,81	11,28	7,11	8,76	9,28	10,56
<b>Total</b>	<b>16,18</b>	<b>16,01</b>	<b>7,9</b>	<b>6,9</b>	<b>4,8</b>	<b>8,8</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2000.

As famílias com renda per capita de até meio salário mínimo com filhos de até 14 anos de idade correspondia, em 2000, a 61%, quase 50% a mais da média do Estado.

Quadro XXVII – Domicílios com crianças de até 14 anos de idade, com rendimento per capita de até 1/2 salário mínimo e com responsável com menos de 4 anos de estudo, por grupos de idade das crianças, 2000, em %.

Município	Grupos de Idade das Crianças		
	Total	0-6 anos	7-14 anos
Boa Vista do Tupim	64,3	64,0	64,5
Iaçu	60,7	60,5	60,9
Ibiquera	67,8	65,9	69,3
Itaberaba	44,5	45,2	44,0
Itatim	56,2	55,7	56,6
Lajedinho	69,6	68,2	70,6
Macajuba	56,2	55,4	56,8
Miguel Calmon	65,3	66,4	64,4
Mundo Novo	56,3	54,7	57,8
Piritiba	59,3	58,7	59,8
Rafael Jambeiro	69,0	68,3	69,5
Ruy Barbosa	57,3	55,7	58,8
Santa Teresinha	63,7	65,2	62,4
Tapiramutá	65,6	67,1	64,3
<b>Total</b>	<b>61,1</b>	<b>60,8</b>	<b>61,4</b>
<b>Bahia</b>	<b>42,7</b>	<b>42,1</b>	<b>43,3</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Havia, em 2009, um total de 43,9 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que corresponde a uma relação de um beneficiário para cada grupo 7 pessoas. Se considerarmos uma média de 4 pessoas por família, teremos uma família beneficiada para cada 1,7 famílias do território, o que corresponde a 57,4% das famílias. Internamente, há muitas variações nessa relação. Em Itaberaba, há um beneficiário para cada grupo de 7,5

peessoas, já em Boa Vista do Tupim essa relação é de um beneficiário para 6,1 pessoas, e em Tapiramutá, um beneficiário para cada grupo de 8 pessoas

Quadro XXVIII – N° de Beneficiários do Programa Bolsa Família e Repasse Mensal, dezembro, 2010

<b>Município</b>	<b>N° Beneficiários</b>	<b>Repasse Mensal R\$</b>
Boa Vista do Tupim	2.986	325.534,
Iaçu	4.198	435.016,
Ibiquera	762	72.826,
Itaberaba	8.203	842.772,
Itatim	2.198	233.018,
Lajedinho	698	69.579,
Macajuba	1.768	183.738,
Miguel Calmon	4.263	408.311,
Mundo Novo	3.510	365.224,
Piritiba	3.447	341.425,
Rafael Jambeiro	3.735	394.292,
Ruy Barbosa	4.337	440.266,
Santa Teresinha	1.585	156.868,
Tapiramutá	2.213	241.123,
Total	43.903	4.509.992,

Fonte: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Pode-se observar que é volumosa a soma de recursos transferidos pelo INSS para a população dos Municípios que, certamente, aquece a “economia de circulação” local e estimula a produção nas fontes de origem. Há, entretanto, dados que precisam ser compreendidos. Por exemplo: o número total de beneficiários em Ruy Barbosa corresponde a 22% do total de habitantes, em Itaberaba, a 14%; mas em Lagedinho o número de beneficiários corresponde a apenas 2,1% da população e, em Ibiquera, a somente 0,9%. É verdade que tanto Itaberaba como Ruy Barbosa há um setor urbano bem diferente desses outros municípios, mas tomando-se apenas a relação do número de benefícios rurais para com a população, os dados são os seguintes: Ruy Barbosa, 16,8%, Itaberaba, 9,1%, Lagedinho 1,6% e Ibiquera, 0,6% . Há outros casos parecidos, esses foram tomados como exemplos por serem significativos. Algumas hipóteses podem ser levantadas para os

Municípios de Ibiquera e Lagedinho: os dados disponibilizados pelo INSS não correspondem à realidade ou a falta de informações dos direitos e dificuldades de acesso impedem à população gozar dos benefícios.

Quadro XXIX – Número e Valor do Benefício pago pelo INSS por área Urbana e Rural, dezembro de 2009.

Município	Total 2009		Total Urbana		Total Rural	
	Nº	Valor R\$	Nº	Valor R\$	Nº	Valor R\$
Boa Vista do Tupim	2.574	13.942.904,	357	2.081.525,	2.217	11.861.379,
Iaçu	3.777	23.822.481,	1.497	11.289.679,	2.280	12.532.803,
Ibiquera	50	294.304,	16	104.602,	34	189.702,
Itaberaba	9.544	56.615.222,	3.960	26.299.787,	5.584	30.315.435,
Itatim	723	3.992.740,	325	1.859.038,	398	2.133.702,
Lagedinho	103	548.962,	31	130.984,	72	417.978,
Macajuba	1.389	7.545.789,	205	1.350.099,	1.184	6.195.690,
Miguel Calmon	6.034	34.864.377,	1.343	9.245.537,	4.691	25.618.841,
Mundo Novo	4.159	23.654.854,	674	4.452.636,	3.485	19.202.217,
Piritiba	3.145	17.984.922,	528	3.610.689,	2.617	14.374.234,
Rafael Jambeiro	510	2.563.502,	87	542.205,	423	2.021.298,
Ruy Barbosa	6.694	38.419.477,	1.579	10.521.996,	5.115	27.897.481,
Santa Teresinha	1.262	6.942.955,	273	1.461.276,	989	5.481.679,
Tapiramutá	2.200	11.823.328,	306	1.890.776,	1.894	9.932.553,
<b>Total</b>	<b>42.164</b>	<b>243.015.817,</b>	<b>11.181</b>	<b>74.840.829,</b>	<b>30.983</b>	<b>168.174.992,</b>

Fonte: SINTESE/DATAPREV (WWW.inss.gov.br)

É interessante observar que os recursos destinados pelo MDS e INSS aos municípios que disponibilizaram seus dados orçamentários junto ao IBGE (Itaberaba, Itatim, Mundo Novo, Ruy Barbosa e Santa Teresinha não o fizeram), correspondem a R\$ 175.208.909,00 em 2009, enquanto a receita bruta dos municípios que publicaram seus dados corresponde a R\$ 188.072.558,56 (Quando XXIII). Assim, um volume de recursos quase igual aos orçamentos municipais (93,2%) são destinados anualmente, o que, certamente, exerce um importante papel na *economia de circulação* local. Certamente que essa realidade deve ser a mesma para todos os municípios do Território.

## Parte 3

### Programas e Projetos específicos

Quadro XXX – Resumo dos Projetos Propostos por Eixos Temáticos

<b>Eixo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Agricultura Familiar</b>	Água pra Consumir e Produzir
	Fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca
	Fortalecimento da fruticultura
	Fortalecimento da Apicultura e Meliponicultura
	Fortalecimento da cadeia produtiva da bovinocultura de leite
	Fortalecimento da cadeia produtiva da caprinovinocultura
	Fortalecimento da cadeia produtiva da piscicultura
	Fortalecimento da cadeia produtiva do milho e do feijão
	Fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca
	Projeto de reorganização e reorientação da produção agrícola
<b>Saúde</b>	Construção de Unidade Hospitalar de alta complexidade
	Revitalização dos Hospitais Regionais
	Construção de Maternidade Regional
	Construção do Hospital da Criança
	Implantação de laboratório de análises clínica e citopatológicas
<b>Cidadania</b>	Construção do Centro de Recuperação de dependentes químicos
	Construção do Centro de Atendimento a pessoas com deficiência
	Implantação da Delegacia de Proteção à Mulher e Casa de Apoio
	Criação da Diretoria Territorial de Reparação da Igualdade Racial
<b>Cultura e Comunicação</b>	Criar Calenário Ordinário de Cultura
	Criar Festivais Regionais
	Cultura da Comunicação
	ABC Musical
	Construção de Centros Culturais
	Caminhão Cultural – Palco Móvel
	Cursos Profissionalizantes para pessoas com deficiência



<b>Educação</b>	Construção de Quadras Esportivas e Campos de Futebol
	Baú de Leitura
	Implantação do Centro de Formação Escola da Terra
	Educação do Campo
	Universidade do Semiárido
<b>Meio Ambiente</b>	Turismo Ecológico
	Implantação de Aterros Sanitários
	Recuperação de Recursos Hídricos

### Quadro XXXI – Projetos da Agricultura Familiar

<b>Eixo: I</b>	<b>Agricultura Familiar</b>
<b>Programa:</b>	Água para Todos e Todas
<b>Projeto: I</b>	Água para Consumir e Produzir
<b>Diagnóstico Setorial:</b>	São baixos e irregulares os índices provuiméticos anuais e as águas do lençol freático apresentam altos índices de salinidade, imprópria portanto para o consumo humano e para a produção; é aproveitável somente para o consumo animal e alguns usos domésticos. Assim, o abastecimento de água ainda é crítico em maior parte do Território. As melhores alternativas são: construção de cisternas e pequenas barragens para armazenamento de águas das chuvas e barreamento – de forma apropriada – de rios especialmente para projetos de irrigação.
<b>Localização:</b>	Cisternas e pequenas barragens para o consumo humano e animal em todos os Municípios. Projetos de irrigação em Iaqu, Itaberaba, Boa Vista do Tupim, Itatim, Rafael Jambeiro e Santa Terezinha.
<b>Público Prioritário:</b>	População em geral.
<b>Justificativa:</b>	Cerca de 90% das águas nos períodos chuvosos, de boa qualidade, se perde nas enxurradas por falta de infraestrutura de armazenamento. Tendo em vista os dados citados no diagnóstico, e em função das famílias estarem localizadas nos diversos pontos da zona rural, com pouca água, faz-se necessário à construção de cisternas, açudes e barragens subterrâneas para armazenamento de água das chuvas, bem como a implantação e pequenos projetos produtivos irrigados, aproveitando melhor a água do Paraguaçu e melhorando a renda das famílias.

<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir o acesso à água para toda a população, mesmo nos períodos de estiagem;</li> <li>- Possibilitar a implantação de projetos produtivos, aumentando a oferta de alimentos e a renda das famílias;</li> <li>- Melhorar a qualidade de vida da população rural, garantindo a sua permanência no campo;</li> <li>- <b>Implantar projeto de irrigação;</b></li> <li>- <b>Recuperação do Rio Paraguaçu e seus afluentes.</b></li> </ul>
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aquisição de <b>13</b> tratores de esteira;</li> <li>- Construção de 6000 cisternas;</li> <li>- Construção de 60 barragens subterrâneas;</li> <li>- Construção de 60 açudes de médio porte com aproximadamente 800 horas de trator trabalhadas em cada um;</li> <li>- Construção de 50 cisternões de 50.000 litros;</li> <li>- <b>Poços artesianos;</b></li> <li>- <b>Pequena adutora para alimentar as cisternas.</b></li> <li>- Instalar 06 Projetos de irrigação, um em cada município a seguir: Iaçú, Itaberaba, Rafael Jambeiro, Boa Vista do Tupim, Itatim e Santa Terezinha;</li> <li>- <b>Contruir inicialmente as barragens que já estão projetadas desde 1991, no Rio Paraguaçu.</b></li> </ul>
<b>Cronograma:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de 2000 cisternas no primeiro ano; 2000 no segundo ano e 2000 cisternas no terceiro ano;</li> <li>- Construção de 30 barragens subterrâneas no segundo ano e 30 barragens subterrâneas no terceiro ano;</li> <li>- Construção 30 açudes no segundo ano e os outros 30 no terceiro ano.</li> <li>- Instalação de um projeto de irrigação em cada um dos municípios citados todos no primeiro ano.</li> </ul>
<b>Estratégia:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar equipe de acompanhamento no fórum territorial e em cada município;</li> <li>- Apoio do comitê gestor;</li> <li>- Contratação de técnicos para acompanhamento;</li> <li>- Manter parcerias com ONGS, Diocese, Paróquias, Sindicatos, Associações;</li> <li>- Estreitar a parceria entre as organizações sociais, as Prefeituras Municipais e as instituições estaduais.</li> </ul>
<b>Apoio Institucional:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CAR/SEDIR, SEPLAN, SUAF/SEAGRI, SEDUR, SEDES, FUNCEP, SDT-SAFM/MDA.</li> </ul>
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Universalização do abastecimento de água para todas comunidades rurais;</li> <li>- Elevação do nível de saúde através da diminuição das principais doenças;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da oferta de alimentos e da renda no campo;</li> <li>- Garantia de permanência da população no meio rural. Melhor sustentabilidade da propriedade rural;</li> </ul>
<b>Gestão:</b>	A gestão do processo de trabalho ficará a cargo do Comitê Gestor do Território, devendo-se formar Comissões Gestoras Municipais com a participação do poder público e da sociedade civil.
<b>Custos:</b>	14 Tratores de esteira D6 R\$ 3.920.000,00 Cisternas R\$ 9.000.000,00 Construção de açudes R\$ 3.840.000,00 Barragens Subterrânea R\$ 300.000,00 Cisternões R\$ 500.000,00 Projetos de irrigação R\$ 12.000.000,00 <b>TOTAL R\$ 29.560.000,00</b>

<b>Eixo: I</b>	<b>Agricultura Familiar</b>
<b>Programa:</b>	Valorizar a Cultura da mandioca
<b>Projeto: II</b>	Fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca
<b>Diagnóstico:</b>	A mandioca é cultivada em todos os municípios pertencentes ao Território Piemonte do Paraguaçu e está presente em pelo menos 90% das propriedades. Entretanto, é sub aproveitada pela ausência de tecnologias para novos produtos, além da farinha e da presença de casas de farinha rudimentares. Além disso, é baixa a produtividade pelas técnicas de cultivo ultrapassadas.
<b>Localização:</b>	Todos os municípios do Território Piemonte do Paraguaçu, que possuem potencial para cultivo da cultura, sendo: Ruy Barbosa, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Tapiramutá, Itaberaba, <b>Iaçu, Rafael Jambeiro</b> e Lajedinho.
<b>Beneficiários:</b>	Atender 6.000 agricultores familiares dos municípios pertencentes ao Território Piemonte do Paraguaçu.
<b>Justificativas:</b>	A farinha de mandioca ainda integra o cardápio alimentar da população de todo Território, como de quase todo Nordeste brasileiro. Por ser uma cultura com maior resistência a curtos períodos de estiagens, em relação ao milho e ao feijão, por exemplo, faz-se presente em todas as propriedades da agricultura familiar, gerando trabalho e renda. Apesar disso, a ausência de atenção quanto ao emprego de novas tecnologias de produção e beneficiamento resulta num subaproveitamento do produto e alto custo de produção. Indispensável, portanto, investimentos que venham possibilitar o aumento da produtividade, novos produtos e a agregação de valor. A fécula,

	por exemplo, hoje utilizada em vários setores industriais, quase não é utilizada, gerando assim prejuízos aos produtores.														
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer o cultivo da mandioca como componente indispensável da agricultura familiar;</li> <li>- Possibilitar a elevação da produtividade e a agregação de valor aos produtos, melhorando a renda das famílias;</li> <li>.</li> </ul>														
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de 60 casas para beneficiamento da produção (Casas de Farinha mecanizadas);</li> <li>- Instalação de 36 campos experimentais em parceria com EMBRAPA e EBDA para melhoria da produtividade;</li> <li>- Venda da produção pela CONAB e EBAL;</li> <li>- Realizar uma Feira da Mandioca, por ano, em local previamente definido;</li> <li>- Capacitar 700 agricultores por ano (50 por município) para produção de novos produtos;</li> <li>- Implantar 13 Fábricas para derivados da mandioca.</li> </ul>														
<b>Cronograma:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização dos cursos no primeiro ano;</li> <li>- Instalação de 01 campo experimental em cada município, no 2º ano e instalação de 24 campos, sendo 02 em cada município no 3º ano.</li> <li>- Construção de 30 casas de farinha no 2º ano e 30 no terceiro ano;</li> <li>- Venda para CONAB no 3º ano.</li> </ul>														
<b>Estratégias:</b>	Criar um processo de articulação, com a participação das Associações Comunitárias, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, EBDA, EMBRAPA e EFAs para criar as condições adequadas para implementação do projeto, inclusive o acesso ao crédito através do PRONAF.														
<b>Apoio: Institucional</b>	Banco do Nordeste, Prefeituras Municipais, EMBRAPA, EBDA, SUAF-SEAGRI, SDT-SAF/MDA.														
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da produtividade;</li> <li>- Melhor aproveitamento na alimentação humana e animal</li> <li>- Melhoria da renda dos produtores.</li> </ul>														
<b>Gestão:</b>	- Será coordenado pelo Comitê Gestor, representantes do Fórum Territorial de cada município, equipe técnica, apoio de Secretarias de Agricultura e ONGs.														
<b>Custos:</b>	<table> <tr> <td>- Casas de farinha</td><td>R\$ 2.100.000,00</td></tr> <tr> <td>- Feiras</td><td>R\$ 150.000,00</td></tr> <tr> <td>- Cursos</td><td>R\$ 120.000,00</td></tr> <tr> <td>- Campos experimentais</td><td>R\$ 144.000,00</td></tr> <tr> <td>- Beneficiadores</td><td>R\$ 720.000,00</td></tr> <tr> <td>- 28 tratores de pneus 75 cv</td><td>R\$ 2.086.000,00</td></tr> <tr> <td><b>TOTAL</b></td><td><b>RS 5.320.000,00</b></td></tr> </table>	- Casas de farinha	R\$ 2.100.000,00	- Feiras	R\$ 150.000,00	- Cursos	R\$ 120.000,00	- Campos experimentais	R\$ 144.000,00	- Beneficiadores	R\$ 720.000,00	- 28 tratores de pneus 75 cv	R\$ 2.086.000,00	<b>TOTAL</b>	<b>RS 5.320.000,00</b>
- Casas de farinha	R\$ 2.100.000,00														
- Feiras	R\$ 150.000,00														
- Cursos	R\$ 120.000,00														
- Campos experimentais	R\$ 144.000,00														
- Beneficiadores	R\$ 720.000,00														
- 28 tratores de pneus 75 cv	R\$ 2.086.000,00														
<b>TOTAL</b>	<b>RS 5.320.000,00</b>														



<b>Eixo: I</b>	<b>Agricultura Familiar</b>
<b>Programa:</b>	Fruticultura
<b>Projeto: III</b>	Fortalecimento da fruticultura na região
<b>Diagnóstico:</b>	As condições edafoclimáticas do Território são apropriadas para a fruticultura tropical, entretanto, os baixos preços no mercado, em períodos de colheita, desestimulam a atividade, visto que a produção é comercializada <i>in natura</i> , sem qualquer beneficiamento.
<b>Localização:</b>	Todos os municípios do Território Piemonte do Paraguaçu principalmente: Itaberaba, Ruy Barbosa, Iacu, Mundo Novo e Tapiramutá.
<b>Beneficiários:</b>	- Diretamente, 2.500 produtores familiares dos municípios do Território Piemonte do Paraguaçu.
<b>Justificativas:</b>	Existem na região grande produção de frutas; manga, <b>umbu</b> , banana, abacaxi, jaca, caju, cajá, <b>olicuri</b> necessitando de apoio para fortalecer a produção existente e melhorar a produtividade, o que aumentaria a renda dos produtores. Nessárias, portanto, duas medidas de grande alcance: a) um processo de assistência técnica, garantindo aos produtores as condições necessárias ao aumento da produtividade; b) implementação de processos de beneficiamento, com a instalação de agroindústrias, incorporando mais valor ao produto. Leve-se em consideração, ainda, o mercado de derivados de frutas em expansão que pode absorver a produção agroindustrial do território.
<b>Objetivos:</b>	- Aumentar a produtividade através da incorporação de novas técnicas de cultivo, respeitando a preservação ambiental;



	- Implantação de duas unidades de beneficiamento (produção de sucos, doces etc.) que venham agregar valor aos produtos e aumentar a renda dos produtores.								
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalação de duas agroindústrias, em locais a serem defrinidos mediante critérios técnicos;</li> <li>- Implantação de uma biofábrica para a produção de mudas adaptadas às condições edafoclimáticas;</li> <li>- Atender 2.500 produtores familiares com assistência técnica.</li> </ul>								
<b>Cronograma:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação da biofábrica no primeiro ano;</li> <li>- Implantação de unidade de beneficiamento do abacaxi no segundo ano (município de Itaberaba);</li> <li>- Implantação de outra unidade de beneficiamento no terceiro ano;</li> <li>- Assistência técnica: desde o primeiro ano.</li> </ul>								
<b>Estratégias:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar Comissões Municipais para cadastrar as famílias que desejam participar do programa;</li> <li>- Criar um processo de articulação das organizações sociais do Território com EBDA, EMBRAPA e as Universidades, especialmente a UNEB.</li> <li>- Realizar estudo de mercado e plano de negócios para os setores a serem beneficiados com agroindustrial.</li> </ul>								
<b>Apoio Institucional:</b>	SUAF-SEAGRI, CAR-SEDDIR, SECTI-FAPESB, DESEMBAHIA, BNB, EMBRAPA, SDT-SAF/MDA.								
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilização de mudas de qualidade, apropriada às condições edafoclimáticas do Território;</li> <li>- Aumento da produtividade;</li> <li>- Geração de emprego e renda;</li> <li>- Melhoria da qualidade de vida dos produtores familiares;</li> </ul>								
<b>Gestão:</b>	O processo de gestão para a implementação do programa é da competência do Comitê Gestor, entretanto, para a Biofábrica e para as Agroindústrias serão criados mecanismos para a introdução de gestão profissionalizada.								
<b>Custos:</b>	<table> <tr> <td>- Bioabrigas</td><td>R\$ 3.000.000,00</td></tr> <tr> <td>- 02 Unidades de Beneficiamento</td><td>R\$ 18.000.000,00</td></tr> <tr> <td>- Assistência Técnica/ ano</td><td>R\$ 350.000,00</td></tr> <tr> <td><b>Total</b></td><td><b>R\$ 21.350.000,00</b></td></tr> </table>	- Bioabrigas	R\$ 3.000.000,00	- 02 Unidades de Beneficiamento	R\$ 18.000.000,00	- Assistência Técnica/ ano	R\$ 350.000,00	<b>Total</b>	<b>R\$ 21.350.000,00</b>
- Bioabrigas	R\$ 3.000.000,00								
- 02 Unidades de Beneficiamento	R\$ 18.000.000,00								
- Assistência Técnica/ ano	R\$ 350.000,00								
<b>Total</b>	<b>R\$ 21.350.000,00</b>								

<b>Eixo: I</b>	<b>Agricultura Familiar</b>
<b>Programa:</b>	Apicultura/Meliponicultura
<b>Projeto: IV</b>	Fortalecimento da Apicultura e Meliponicultura na região
<b>Diagnóstico:</b>	Existem na região estruturas para produção e parte das estruturas para beneficiamento e comercialização.
<b>Localização:</b>	Todos os municípios;



	Casas de mel (Ruy Barbosa, Itaberaba, Macajuba, Piritiba, Mundo Novo e Santa Terezinha).																						
<b>Beneficiários:</b>	Agricultores Familiares																						
<b>Justificativas:</b>	Necessidade de ampliação das estruturas produtivas e de beneficiamento.																						
<b>Objetivos:</b>	Construção de casas de mel, aquisição de equipamentos para beneficiamento do mel e aquisição de kits de produção.																						
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atender 240 produtores com distribuição de kit de produção;</li> <li>- Construir 06 casas de mel 01 em cada município citado;</li> <li>- Realizar 12 cursos para iniciantes e 12 cursos de manejo avançado;</li> <li>- Construir 12 viveiros;</li> <li>- Aquisição de 12 motos;</li> <li>- Aquisição de 01 caminhão Baú;</li> <li>- Realizar 04 dias de campo e uma Feiras de Mel anual;</li> <li>- Aquisição de 1000 caixas Abelhas sem Ferrão;</li> <li>- Realizar 12 cursos de abelhas sem Ferrão</li> </ul>																						
<b>Cronograma:</b>	<p>Construir os viveiros após entrega dos Kits de produção;</p> <p>Iniciar as construções das casas após o primeiro ano, quando já foi implantado os Kits de produção;</p> <p>Realizar os cursos ao longo dos anos em atividades, iniciando no primeiro ano;</p> <p>Adquirir o caminhão baú quando confirmado produção suficiente para viabilizar o transporte para comercialização;</p>																						
<b>Estratégias:</b>	Viabilizar parcerias entre a Diocese, EBDA e Prefeituras e Cooperativas de produção e comercialização.																						
<b>Apoio Institucional:</b>	BNB, EBDA, SUAF-SEAGRI, CAR-SEDIR, SETRE, Banco do Brasil.																						
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento em 30 % na produtividade;</li> <li>- Aumento em 80% da produção;</li> <li>- Melhoria da renda dos produtores.</li> </ul>																						
<b>Gestão:</b>	A gestão será feita pelas associações de apicultores dos municípios envolvidos, sendo apoiadas pela Cooperativa já existente na cidade de Ruy Barbosa e monitoradas pelo Comitê Gestor do Território.																						
<b>Custos:</b>	<table> <tr> <td>Kit produção</td><td>R\$ 480.000,00</td></tr> <tr> <td>Casas de mel</td><td>R\$ 540.000,00</td></tr> <tr> <td>Cursos</td><td>R\$ 172.000,00</td></tr> <tr> <td>Viveiros</td><td>R\$ 72.000,00</td></tr> <tr> <td>Motos</td><td>R\$ 96.000,00</td></tr> <tr> <td>Dias de Campo / 1º ano</td><td>R\$ 48.000,00</td></tr> <tr> <td>Feiras / ano</td><td>R\$ 40.000,00</td></tr> <tr> <td>Caixas de Abelhas Nativas</td><td>R\$ 60.000,00</td></tr> <tr> <td>Cursos Abelhas Nativas</td><td>R\$ 48.000,00</td></tr> <tr> <td>Caminhão Baú</td><td>R\$ 200.000,00</td></tr> <tr> <td><b>TOTAL.....</b></td><td><b>R\$ 1.624.000,00</b></td></tr> </table>	Kit produção	R\$ 480.000,00	Casas de mel	R\$ 540.000,00	Cursos	R\$ 172.000,00	Viveiros	R\$ 72.000,00	Motos	R\$ 96.000,00	Dias de Campo / 1º ano	R\$ 48.000,00	Feiras / ano	R\$ 40.000,00	Caixas de Abelhas Nativas	R\$ 60.000,00	Cursos Abelhas Nativas	R\$ 48.000,00	Caminhão Baú	R\$ 200.000,00	<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$ 1.624.000,00</b>
Kit produção	R\$ 480.000,00																						
Casas de mel	R\$ 540.000,00																						
Cursos	R\$ 172.000,00																						
Viveiros	R\$ 72.000,00																						
Motos	R\$ 96.000,00																						
Dias de Campo / 1º ano	R\$ 48.000,00																						
Feiras / ano	R\$ 40.000,00																						
Caixas de Abelhas Nativas	R\$ 60.000,00																						
Cursos Abelhas Nativas	R\$ 48.000,00																						
Caminhão Baú	R\$ 200.000,00																						
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$ 1.624.000,00</b>																						

<b>Eixo: I</b>	<b>Agricultura Familiar</b>
<b>Programa:</b>	Bovinocultura Leiteira
<b>Projeto: V</b>	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Bovinocultura Leiteira
<b>Diagnóstico:</b>	É expressivo o plantel de bovinos no Território, apesar disso, a baixa produtividade e a falta de estrutura de processamento do leite resultam em baixíssimos rendimentos para os produtores, com o agravamento de dificuldades de manejo que reduzem a qualidade do produto.
<b>Localização:</b>	Todos os municípios do Território Piemonte do Paraguaçu
<b>Beneficiários:</b>	Agricultores Familiares
<b>Justificativas:</b>	São grandes as possibilidades de melhoria da produção e da renda, considerando sobretudo a existência de mercado consumidor, considerando que Bahia importa 86% do leite que consome. Necessário entretanto a adoção de um conjunto de medidas, como a aquisição de reprodutores que serão cedidos aos criadores para a cobertura das fêmeas, estrutura logística e qualificação dos produtores.
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificar os produtores para o manejo adequado;</li> <li>- Implementar melhoramento genético nos animais que possa resultar em maior produtividade;</li> <li>- Aumentar a produção de leite e a renda dos produtores.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 10 famílias por ano, por município, selecionadas por critérios técnicos, para a cessão dos animais, mediante compromisso de partilha dos resultados;</li> <li>- Instalar, por ano, pelo menos 4 refrigeradores, até o total dos Municípios;</li> <li>- Adquirir, por ano, pelo menos uma máquina de fenação, até o total dos Municípios;</li> <li>- <b>Utilizar os centros de inseminação da EBDA de Utinga.</b></li> </ul>
<b>Cronograma:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aquisição dos animais: 1º ano;</li> <li>- Aquisição e instalação dos equipamentos: 2º e 3º anos.</li> </ul>
<b>Estratégias:</b>	Em parceria com as organizações locais serão definidas as estratégias para realização das ações do projeto, obedecendo a critérios técnicos, como a capacidade instalada pelos agricultores e para o processo de comercialização.
<b>Apoio Institucional:</b>	EBDA, CDA, BNB, BB, EMBRAPA, SUAF-SEAGRI, CAR-SEDIR, EBDA, MDA, Escolas Famílias Agrícolas e Cooperativas.
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria genética dos rebanhos;</li> <li>- Aumento da produção e da produtividade do leite;</li> <li>- Aumento da renda dos produtores.</li> </ul>

<b>Gestão:</b>	Comitê Gestor, representantes do Colegiado do município, equipe técnica, Prefeituras e ONG's.
<b>Custos:</b>	Para primeira etapa do projeto: 14 resfriadores com capacidade para 2000 lt .....R\$ 350.000,00 28 tourinhos PO (02 para cada município) .....R\$ 70.000,00 700 Matrizes dupla aptidão (50 para cada município) .R\$ 1.050.000,00 14 Kit de inseminação artificial .....R\$ 42.000,00 Maquina de fenação (01 por município) ..... R\$ 532.000,00 Construção de 140 silos ( 01 em cada propriedade) ....R\$ 700.000,00 <b>TOTAL ..... 2.744.000,00</b>



<b>Eixo: I</b>	<b>Agricultura Familiar</b>
<b>Programa:</b>	Incentivo à Caprinovinocultura
<b>Projeto: VI</b>	Fortalecimento da cadeia
<b>Diagnóstico:</b>	As condições edafoclimáticas e geográficas do território são consideradas excelentes para a caprinocultura e para a ovinocultura. Apesar disso, a ausência de um serviço de assistência técnica de qualidade (que venha melhorar o manejo, a alimentação, a saúde dos

	animais) e abrangente, a falta de reservas estratégicas nas propriedades e a baixa qualidade genética dos rebanhos resultam em baixa produção e produtividade, com prejuízos para os agricultores.										
<b>Localização:</b>	Todos os municípios.										
<b>Beneficiários:</b>	Produtores da Agricultura Familiar.										
<b>Justificativas:</b>	A atividade apresenta viabilidade técnica e econômica para a região, com clima, solo e relevo favoráveis, além de um vasto mercado para ser explorado. A exploração desta atividade vai proporcionar aumento da renda familiar, exigindo, no entanto, estruturas adequadas nas propriedades e capacitação dos criadores.										
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar a produção e a produtividade de carne ovina-caprina no território;</li> <li>- Aproveitar as potencialidades naturais para melhorar a renda dos agricultores familiares.</li> </ul>										
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoramento genético de 20% dos rebanhos;</li> <li>- Aumento dos rebanhos em 70%;</li> <li>- Aumento da produtividade em 20%.</li> </ul>										
<b>Cronograma:</b>	A partir do 1º ano.										
<b>Estratégias:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação do Fundo Rotativo da Caprinovinocultura: selecionar 100 agricultores familiares por município e distribuir 05 matrizes de raça melhorada e para cada família e um reprodutor, que terão o compromisso de devolver a mesma quantidade de animais acrescida de 20%;</li> <li>- Formar Bancos de Proteínas como reserva estratégica de alimentos;</li> <li>- Oferecer assistência técnica plena e de qualidade.</li> </ul>										
<b>Apoio Institucional:</b>	BB, BNB, EBDA, ADAB, MDA, CAR-SEDIR, SUAF-SEAGRI, CDA, STR's, Cooperativas, EFA's e Prefeituras.										
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da produção e da produtividade dos rebanhos;</li> <li>- Aumento da oferta de alimentos;</li> <li>- Melhoria da renda e da qualidade de vida dos produtores.</li> </ul>										
<b>Gestão:</b>	Comitê Gestor, representantes do Colegiado do município, equipe técnica, Prefeituras e ONG's.										
<b>Custos:</b>	<table> <tr> <td>Aquisição de animais</td><td>700.000,00</td></tr> <tr> <td>Produção e armazenamento de alimentos</td><td>70.000,00</td></tr> <tr> <td>Assistência Técnica anual</td><td>300.000,00</td></tr> <tr> <td>Implantação e/ou recuperação de instalações</td><td>140.000,00</td></tr> <tr> <td><b>TOTAL .....</b></td><td><b>1.210.000,00</b></td></tr> </table>	Aquisição de animais	700.000,00	Produção e armazenamento de alimentos	70.000,00	Assistência Técnica anual	300.000,00	Implantação e/ou recuperação de instalações	140.000,00	<b>TOTAL .....</b>	<b>1.210.000,00</b>
Aquisição de animais	700.000,00										
Produção e armazenamento de alimentos	70.000,00										
Assistência Técnica anual	300.000,00										
Implantação e/ou recuperação de instalações	140.000,00										
<b>TOTAL .....</b>	<b>1.210.000,00</b>										

<b>Eixo: I</b>	<b>Agricultura Familiar</b>
<b>Programa:</b>	Piscicultura
<b>Projeto: VII</b>	Fortalecimento da cadeia produtiva da Piscicultura.
<b>Diagnóstico:</b>	Existe na região um centro especializado para produção e distribuição de alevinos da Bahia Pesca, possibilidade de assistência técnica através da EBDA e grande potencial hídrico para instalação de tanques-redes no rio Paraguaçu e açudes públicos. Também existem vários projetos de Piscicultura já instalados e em fase de produção, como também um Conselho Gestor já constituído.
<b>Localização:</b>	Todos os municípios do Território Piemonte do Paraguaçu.
<b>Beneficiários:</b>	Agricultores Familiares
<b>Justificativas:</b>	Todos os municípios do território fazem parte da bacia do Paraguaçu, com um vasto potencial para a piscicultura que precisa de aproveitado em pró da geração de trabalho e renda e do aumento da produção de alimentos. Existem, também, várias represas e tanques distribuídos pelo território que precisam ser aproveitados.
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar os projetos já existentes e instalar novos projetos nos <b>municípios do território;</b></li> <li>- Potencializar a comercialização da produção;</li> <li>- Criar novos postos de trabalho e novas oportunidades de geração de renda;</li> <li>- Melhorar a renda dos agricultores familiares.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	- Beneficiar, por ano, 200 famílias com projetos de piscicultura.
<b>Cronograma:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1º ano: implantação dos espaços de criação, distribuição de alevinos e fornecimento de assistência técnica;</li> <li>- 2º e 3º anos: implantação de Postos de <b>beneficiamento em todos os municípios produtores;</b></li> </ul> em sistema integrado para atender a produção de todo o território; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalar sistemas de comercialização, através das cooperativas, que deverão implantar a estrutura de transporte do produto.</li> </ul>
<b>Estratégias:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Selecionar e capacitar famílias de agricultores e pescadores;</li> <li>- Priorizar projetos de produção comunitária;</li> <li>- Organizar a comercialização de forma a evitar a ação dos intermediários.</li> </ul>
<b>Apoio Institucional:</b>	Grupo Gestor, EBDA, Bahia Pesca, Secretaria Nacional da Pesca e prefeituras e <b>ADAB.</b>
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da produção;</li> <li>- Melhoria da qualidade da produção;</li> </ul> Aumento na renda da família envolvida no projeto.
<b>Gestão:</b>	Grupo Gestor de Piscicultura da Chapada Diamantina.



<b>Custos:</b>	Investimentos e custeio na produção ..... 1.400.000,00 Investimentos e no beneficiamento e comercialização ..... 700.000,00 <b>TOTAL ..... 2.100.000,00</b>
----------------	--

<b>Eixo: I</b>	<b>Agricultura Familiar</b>
<b>Programa:</b>	Comer e Vender
<b>Projeto: VIII</b>	Fortalecimento da cadeia produtiva das culturas do feijão e milho;
<b>Diagnóstico:</b>	O milho e o feijão ainda são produzidos em todos os municípios, em maior ou menor escala, por se constituírem em atividade da alimentação básica e de complemento econômico. É uma atividade sazonal, desenvolvimento no <i>período das trovoadas</i> em alguns municípios, e no <i>período d inverno</i> em outros.
<b>Localização:</b>	<b>Todos os municípios do território.</b>
<b>Beneficiários:</b>	Agricultores Familiares
<b>Justificativas:</b>	Na região se produz grandes quantidades de feijão e milho em grãos, entretanto, a produtividade é extremamente baixa pela ausência de tecnologias que possam aumentar a produção e, ao mesmo tempo, preservar as condições ambientais. Necessário, portanto, uma ação de assistência técnica que resulte no aumento da produtividade e no aumento da área plantada.
<b>Objetivos:</b>	Aumentar a produção e a produtividade de milho e feijão no território.
<b>Metas:</b>	- Distribuir sementes apropriadas às condições edafoclimáticas do Território para 100% dos agricultores familiares; - Oferecer assistência técnica a pelo menos 30% dos produtores; - Implementar processo mecanizados de colheita; - Adquirir máquinas <i>batedeiras</i> de milho e feijão; - Implantar um projeto de produção de sementes no território. - Formar um Banco de Sementes por Município.
<b>Cronograma:</b>	- Iniciar a execução do projeto de imediato, já no primeiro ano.
<b>Estratégias:</b>	- Usar a mesma forma de distribuição de sementes já existente da SUAF, EBDA e SEAGRI. - Formação de um Grupo Gestor do projeto de produção de sementes; Secretarias de Agricultura para coordenar o funcionamento das máquinas e o Banco de Sementes.
<b>Apoio Institucional:</b>	EBDA, SUAF, SEAGRI, SECOMP, CAR-SEDIR, CDA, ADAB, SDT-SAF/MDA.
<b>Resultados Esperados:</b>	- Disponibilização de sementes apropriadas às condições do território; - Aumento da produtividade para mais de 320%;



	-Aumento das áreas a serem plantadas e consequentemente aumento d a produção em 30%; -Melhoria da qualidade da alimentação e qualidade de vida dos agricultores familiares.
<b>Gestão:</b>	A gestão será das Secretarias Municipais de Agricultura, com apoio da EBDA, com acompanhamento dos STRs de cada município, tendo e monitoramento do Comitê gestor do Território.
<b>Custos:</b>	Total no 1º ano, incluindo o projeto de produção de sementes R\$ 6.000.000,00



<b>Eixo: I</b>	<b>Agricultura Familiar</b>
<b>Programa:</b>	Melancia / Abóbora
<b>Projeto: IX</b>	Fortalecimento das cadeias produtivas das culturas de melancia e abóbora.
<b>Diagnóstico:</b>	O Nordeste é o maior produtor nacional de melancia, respondendo por 35% da produção nacional (800.000 t), sendo a Bahia o maior produtor nordestino (53%). Já em relação à abóbora, os maiores produtores nacionais são os Estados do Ceará e Piauí, destacando-se, neste Estado, o Município de Uruçuí que exporta abóbora regularmente para outros Estados e outros países. Para ambos, o mercado é crescente, tanto interno como externo. Apesar das boas condições para a produção de melancia e abóbora, a produtividade no território é das mais baixas por falta de recursos tecnológicos.
<b>Localização:</b>	Todos os municípios do território com prioridade para Iaçú, Boa Vista, Itatim, Santa Terezinha, Ibiquera, Lajedinho, <b>Piritiba</b> e Itaberaba.
<b>Beneficiários:</b>	Agricultores Familiares
<b>Justificativas:</b>	A cultura da melancia e abóbora são as principais culturas de ciclo curto tradicionais na região, tanto em sistemas irrigados como em sequeiro em determinadas épocas do ano. Pretende-se com essa proposta, resgatar a tradição da região que já provou ter viabilidade e contribui na sustentação do agricultor familiar com sua diversidade de exploração e que tem essa

	característica como seu principal pilar de sustentação. Leve-se em conta que aumentar a produção e a produtividade da melancia e da abóbora é uma excelente oportunidade de geração de trabalho e renda no território.
<b>Objetivos:</b>	- Resgatar e modernizar a produção de melancia e de abóbora no território; - Aumentar a produção e a produtividade da melancia e da abóbora no território; - Melhorar a renda dos agricultores familiares.
<b>Metas:</b>	- Distribuição de sementes melhoradas de melancia e abóbora para 600 agricultores; - Implantar 70 sistemas simples de irrigação para a produção (10 por município); - Assegurar assistência técnica a 100% dos agricultores atendidos.
<b>Cronograma:</b>	- 1º ano: distribuição de sementes e elaboração do projeto técnico para irrigação simplificada; - 2º ano: início dos projetos de irrigação simplificada.
<b>Estratégias:</b>	.Seleção dos agricultores de acordo com sua experiência e vocação para com o tipo de atividade.
<b>Apoio Institucional:</b>	EBDA, prefeituras, SUAF, SEAGRI.
<b>Resultados Esperados:</b>	- Aumento da produtividade em de 20 %; -Aumento das áreas a serem plantadas e consequentemente aumento da produção em 30%; -Melhoria da qualidade da alimentação e qualidade de vida dos agricultores familiares.
<b>Gestão:</b>	A gestão será da EBDA com os STRs de cada município, tendo o monitoramento do Comitê gestor do Território.
<b>Custos:</b>	Total anual.....R\$ 1.500.000,00

<b>Eixo: I</b>	<b>Agricultura Familiar</b>
<b>Programa:</b>	Diversificação da Produção Agrícola <b>OK</b>
<b>Projeto: X</b>	PROAGRI – PARAGUAÇU – Projeto de Reorganização e Diversificação da Produção Agrícola Regional.
<b>Diagnóstico:</b>	Os municípios de Itatim, Santa Terezinha e Rafael Jambeiro, inseridos no Bioma Caatinga, no Piemonte do Paraguaçu, apresentam uma aptidão agrícola bastante limitada, principalmente em função da sua baixa pluviosidade acusando precipitações entre 500 e 800 mm mal

	<p>distribuídas, ocasionando longos períodos de estiagem, o que limita significativamente as opções de exploração agropecuária dentro de parâmetros de produtividade que confirmam retornos econômicos satisfatórios.</p> <p>Neste cenário, as atividades de lavoura resumem-se ao plantio de milho, feijão e mandioca ao nível de subsistência, em pequenas glebas por agricultores familiares, e o plantio de melancia, este em maior escala em Itatim, mas tanto um quanto o outro com baixos níveis tecnológicos, o que reflete negativamente na produtividade e na renda dos agricultores.</p> <p>Por outro lado, na atividade pecuária, tanto a bovinocultura quanto a caprino-ovinocultura, apresentam também baixos rendimentos em função das limitações climatológicas e do manejo inadequado dos rebanhos, principalmente pela ausência de uma tecnologia apropriada.</p>
<b>Localização:</b>	Itatim, Santa Terezinha e Rafael Jambeiro.
<b>Beneficiários:</b>	Todos os agricultores familiares destes municípios citados, podendo numa segunda etapa ser ampliado para outros municípios.
<b>Justificativa:</b>	<p>Em razão do exposto no diagnóstico, para o desenvolvimento da economia rural dos municípios, é de fundamental importância a existência de novas alternativas de exploração econômica para o setor, dentro de parâmetros tecnológicos capazes de garantir uma produtividade que permita uma inserção de produtos no mercado em condições de competitividade, e de retornos econômicos compensadores para os agricultores.</p> <p>É imperativo também, que se melhore o nível tecnológico das culturas tradicionais do município, com a introdução de novas técnicas de manejo que possibilitem o aumento da produtividade e consequentemente da renda das famílias rurais.</p> <p>É dentro deste contexto agrícola da região, que se propõe o "PROAGRI PARAGUAÇU - Projeto de Reorganização e Diversificação Agrícola Regional", como um instrumento capaz de reorganizar sua economia rural, apresentando novas opções de exploração agropecuária tecnologicamente e economicamente viáveis, e melhorando o nível tecnológico das culturas tradicionais.</p>
<b>Objetivos:</b>	<p>Geral:</p> <p>Reorganizar o setor agrícola da região em questão, promovendo o aumento da produtividade, com incremento da renda familiar e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população.</p>

	<p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Promover a introdução de novas técnicas de cultivo para as culturas tradicionais.</li> <li>b) Fomentar a introdução de novas culturas, fazendo experimentos, buscando identificar novas espécies e variedades adaptáveis à região como alternativas de diversificação da economia rural dos municípios envolvidos.</li> <li>c) Promover a capacitação dos agricultores familiares para o manejo correto das culturas a serem trabalhadas.</li> </ul>
<b>Metas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cadastrar 1.500 agricultores familiares para participarem do projeto.</li> <li>- Selecionar 750 agricultores familiares como público meta do projeto.</li> <li>- Implantar 06 CODs - Campos de Observação e Demonstração para a Cultura da melancia nas regiões tradicionalmente produtoras.</li> <li>- Implantar 06 CODs - Campos de observação e demonstração para a cultura da mamona em locais estratégicos dos municípios.</li> <li>- Implantar 06 CODs - Campos de observação e demonstração para a cultura do sisal em locais estratégicos dos municípios.</li> <li>- Implantar 06 CODs Campos de observação e demonstração para a cultura do abacaxi em locais estratégicos dos municípios.</li> <li>- Capacitar 150 agricultores para o manejo correto da cultura da melancia.</li> <li>- Capacitar 150 agricultores para o manejo correto da cultura da mamona.</li> <li>- Capacitar 150 agricultores para o manejo correto da cultura do sisal.</li> <li>- Capacitar 150 agricultores para o manejo correto da cultura do abacaxi.</li> <li>- Capacitar 150 agricultores para o manejo sustentável de caprinos e ovinos.</li> <li>- Promover uma excursão para 150 agricultores capacitados em mamona à região produtora de Irecê.</li> <li>- Promover uma excursão para 150 agricultores capacitados em sisal à região produtora de Valente e Conceição do Coité.</li> <li>- Promover uma excursão para 150 agricultores capacitados em abacaxi à região produtora de Itaberaba.</li> <li>- Realizar um dia de campo para 300 produtores sobre a cultura da melancia.</li> <li>- Realizar um dia de campo para 300 agricultores sobre a cultura da mamona.</li> <li>- Realizar um dia de campo para 300 agricultores sobre a cultura do sisal.</li> <li>- Realizar um dia de campo para 300 agricultores sobre a cultura do abacaxi.</li> </ul>

	- Promover a visitação 1.500 agricultores aos diversos campos de demonstração.
<b>Cronograma</b>	Realização de visitas técnicas de 02 visitas técnicas por atividade no 1º ano; Realização de 01 Seminário por atividade no 1º ano; Promover Cursos conforme for se identificando a necessidade; Instalar experimentos por cada atividade em locais a serem identificados pela equipe técnica;
<b>Estratégias:</b>	- Para divulgar as práticas culturais e demonstrar a viabilidade agroeconômica das culturas propostas, recorre-se à instalação de “Campos de Observação e Demonstração” – CODs, estrategicamente localizados, que funcionarão como módulos de ensino, proporcionando ao maior número possível de agricultores, o acesso às práticas corretas de cultivo, complementado por cursos de capacitação, além de outras ações necessárias ao processo de transferência de tecnologia e próprias da Assistência Técnica e Extensão rural. <b>- Atividades de Ater:</b> - reuniões técnicas - treinamentos de mão-de-obra - excursões - dias de campo - visitas técnicas - seminários  <b>- Criação de Grupos de Acompanhamento (GA):</b> Será formado um GA Composto por 25 agricultores para CDO, com o objetivo de acompanhar todas as atividades realizadas nos campo, de modo que cada técnica aplicada funcione como uma etapa prática no processo de capacitação dos agricultores.
<b>Apoio Institucional</b>	Formação de Comissão Tripartite e Consórcio Intermunicipal.
<b>Resultados Esperados</b>	Fortalecimento da economia agrícola regional com aumento da renda dos municípios envolvidos e melhoria da qualidade de vida da população rural.
<b>Gestão:</b>	Coordenação Técnica do GT-Agricultura em parceria com as Secretarias Municipais de Agricultura e Organizaçõesw sociais.
<b>Custos</b>	Total .....R\$ 804.000,00

Quadro XXXII – Projetos de Saúde



<b>Eixo: II</b>	<b>Saúde OK</b>
<b>Programa:</b>	Atendimento Hospitalar
<b>Projeto: I</b>	Unidade Hospitalar de Alta Complexidade
<b>Diagnóstico:</b>	Os hospitais de Itaberaba, Ruy Barbosa e Miguel Calmon são relativamente bem estruturados, apesar disso, não há, no Território Piemonte do Paraguaçu nem em territórios vizinhos, serviços médicos de alta complexidade, o que obriga que os municípios do território transportem diariamente pessoas com necessidade de hemodiálise, quimioterapia e outros para hospitais de Feira de Santana e Salvador, o que eleva o risco de morte e onera os serviços.
<b>Localização:</b>	Itaberaba
<b>Beneficiários:</b>	População referenciada dos municípios que compõe o território.
<b>Justificativas:</b>	Estima-se que 90% dos serviços públicos de saúde no território resumem-se ao atendimento ambulatorial. O Hospital Regional de Itaberaba não oferece os vários serviços de média complexidade necessários na região, como cardiologia, cirurgia de mama, cirurgia de cabeça e pescoço, cirurgia pediátrica, endoscopia digestiva, neurologia e outros. Muitos são os casos de pacientes que são transportados diariamente para Feira de Santana e Salvador, o que se repete para 100% dos casos de necessidade de alta complexidade. Necessário, portanto, a construção de uma unidade de alta complexidade para atender às demandas do território, com serviços de oncologia e hemodiálise em TFD.
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar o atendimento à população do território;</li> <li>- Reduzir os custos com o atendimento de alta complexidade;</li> <li>- Atender o direito da população em receber assistência integral à saúde.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	Construir uma unidade de serviços médicos de alta complexidade.
<b>Cronograma:</b>	- 2014-2015.
<b>Estratégias:</b>	Articulação de todas as prefeituras com a SESAB para assegurar a obra.
<b>Apoio Institucional:</b>	SESAB e Ministério da Saúde.
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso aos serviços no próprio território;</li> <li>- Mais conforto e segurança para os pacientes e familiares;</li> <li>- Redução de custos com ambulâncias.</li> </ul>
<b>Gestão:</b>	Prefeitura Municipal de Itaberaba e SESAB.
<b>Custos:</b>	Total .....R\$ 60.000.000,00



<b>Eixo: I</b>	<b>Saúde OK</b>
<b>Programa:</b>	Atendimento Hospitalar
<b>Projeto: II</b>	Revitalização dos Hospitais Regionais
<b>Diagnóstico:</b>	Nos municípios de Itaberaba, Ruy Barbosa e Miguel Calmon, possuem um hospital regional (Santa Casa) com boa estrutura porém necessitando de revitalização.
<b>Localização:</b>	Itaberaba, Miguel Calmon e Ruy Barbosa.
<b>Beneficiários:</b>	População referenciada dos municípios que compõe o Território.
<b>Justificativas:</b>	Para atender a demanda dos serviços reprimida de media e Alta Complexidade e atendimento de Urgência e Emergência aos pacientes poli traumatizados a nível territorial.
<b>Objetivos:</b>	Implementar serviços de media complexidade e implantar serviço de alta complexidade ( tomografia, ressonância, neurologia, cardiologia, buço maxilo facial).
<b>Metas:</b>	Investir na recuperação do hospital regionais do território no ano de 2011.
<b>Cronograma:</b>	Fazer levantamento de dados sobre a demanda; Fazer diagnóstico da atual situação de cada unidade hospitalar; Elaborar projeto técnico de reestruturação; Executar restauração e/ou ampliação da estrutura física e instalações; Reaparelhar com equipamentos modernos.
<b>Estratégias:</b>	Articulação do comitê gestor do território com as prefeituras que compõe o território junto aos governos estadual e federal.
<b>Apoio Institucional:</b>	Governo estadual, governo federal e municipal.
<b>Resultados Esperados:</b>	Facilidade de acesso ao serviço de saúde e melhoria da qualidade do atendimento.
<b>Gestão:</b>	Execução: Prefeitura Monitoramento: Criação do conselho Fiscal Território Gestão: Profissionais, conselho de saúde e DIRES
<b>Custos:</b>	Total ..... R\$ 10.000.000,00

<b>Eixo: II</b>	<b>Saúde OK</b>
<b>Programa:</b>	Atendimento Hospitalar
<b>Projeto: III</b>	Maternidade Regional
<b>Diagnóstico:</b>	Em todos os municípios há “salas de parto” instaladas, porém sem condições, na grande maioria, de atender a casos mais complexos que, via de regra, são encaminhados para Feira de Santana e Salvador pela superlotação verificada permanentemente nos locais onde os serviços são oferecidos.
<b>Localização:</b>	Itaberaba

<b>Beneficiários:</b>	Crianças e mulheres referenciadas dos municípios que compõem o território.
<b>Justificativas:</b>	O deslocamento de parturientes, em <i>trabalho de parto</i> , em busca de atendimento adequado, aumenta significativamente os riscos de morte da mulher e da criança, o que em si justifica a construção de uma maternidade regional dotada de equipamentos para os casos emergenciais, inclusive UTI.
<b>Objetivos:</b>	- Garantir atendimento à mulher durante o parto; - Reduzir os índices de mortalidade materno-infantil.
<b>Metas:</b>	Construção de Maternidade Regional, com dois leitos de UTI.
<b>Cronograma:</b>	Iniciar os preparativos já no primeiro ano.
<b>Estratégias:</b>	Articulação do território, com participação ativa do Comitê Gestor e Prefeituras, junto aos órgãos estaduais e federais.
<b>Apoio Institucional:</b>	Prefeituras Municipais, SESAB, Ministério da Saúde.
<b>Resultados Esperados:</b>	- Atendimento no tempo certo, de qualidade, às parturientes. - Redução dos casos de morte.
<b>Gestão:</b>	Prefeitura Municipal de Iaqu e SESAB.
<b>Custos:</b>	Total ..... R\$ 80.000.000,00
<b>Eixo: II</b>	<b>Saúde</b>
<b>Programa:</b>	Atendimento Hospitalar
<b>Projeto: IV</b>	Construção do Hospital da Criança
<b>Diagnóstico:</b>	Não há, no território, unidades hospitalares específicas para o atendimento à criança. Além disso, nos casos de internamento, as crianças se misturam com adultos o que gera desconforto para ambos. A maioria dos casos é deslocada para o Hospital Regional da Criança em Feira de Santana.
<b>Localização:</b>	Iaqu ou Boa Vista Do Tupim
<b>Beneficiários:</b>	Crianças e mulheres referenciadas dos municípios que compõem o território.
<b>Justificativas:</b>	São muitos os fatores negativos da situação atual que justificam uma unidade hospitalar especializada para crianças: os custos no transporte para outras localidades, os riscos de morte que se elevam e o desconforto dos pacientes e familiares. A proposta, portanto, é construir uma unidade destinada especificamente à criança com UTI.
<b>Objetivos:</b>	- Garantir o atendimento hospitalar para crianças no próprio território; - Reduzir os índices de mortalidade em geral e principalmente infantil.
<b>Metas:</b>	Construção de Unidade Hospitalar Específica para Crianças, com UTI.
<b>Cronograma:</b>	Iniciar os preparativos já no primeiro ano.
<b>Estratégias:</b>	Articulação do território, com participação ativa do Comitê Gestor e

	Prefeituras, junto aos órgãos estaduais e federais.
<b>Apoio Institucional:</b>	Prefeituras Municipais, SESAB, Ministério da Saúde.
<b>Resultados Esperados:</b>	- Atendimento no tempo certo, de qualidade; - Redução dos casos de morte.
<b>Gestão:</b>	Prefeitura Municipal de Iaçú e SESAB.
<b>Custos:</b>	Total ..... R\$ 80.000.000,00

<b>Eixo: II</b>	<b>Saúde OK</b>
<b>Programa:</b>	Serviços Laboratoriais
<b>Projeto: V</b>	Construção de laboratório de análise clínica e citopatológica.
<b>Diagnóstico:</b>	O setor público não oferece sequer os exames básicos solicitados pela rede pública de saúde o que obriga o deslocamento dos pacientes para Feira de Santana e Salvador, contribuindo para o estrangulamento das unidades de serviço nessas localidades pela incapacidade de atendimento de toda demanda. Para os pacientes que dispõem de meios financeiros, recorrem aos laboratórios particulares que têm crescido em todo território com a ausência de atendimento público.
<b>Localização:</b>	Rui Barbosa.
<b>Beneficiários:</b>	Rede de serviço de referência e contra-referência territorial.
<b>Justificativas:</b>	Necessidade de garantir o atendimento pleno à saúde com o oferecimento dos serviços de análise clínica e citopatológica em clínica particulares nos grandes centros urbanos.
<b>Objetivos:</b>	- Garantir o atendimento pleno à saúde da população; - Melhorar os serviços públicos de saúde no território;
<b>Metas:</b>	Implantar uma clínica com capacidade para as variadas demandas solicitadas; Iniciar e concluir no ano de 2011
<b>Cronograma:</b>	Iniciar os preparativos para execução do projeto a partir do primeiro ano.
<b>Estratégias:</b>	Articulação através do território com apoio do comitê gestor
<b>Apoio Institucional:</b>	Prefeituras Municipais e SESAB.
<b>Resultados Esperados:</b>	- Oferta de serviços laboratoriais de qualidade; - Garantia de atendimento a toda população, especialmente os setores mais pobres.
<b>Gestão:</b>	Prefeitura Municipal de Iaçú e SESAB,
<b>Custos:</b>	Total .....R\$ 15.000.000,00

Quadro XXXIII – Projetos de Cidadania

<b>Eixo: III</b>	<b>Cidadania</b>
<b>Programa:</b>	Atendimento e reabilitação de dependentes químicos.
<b>Projeto: I</b>	Construção do Centro de Reabilitação para Dependentes Químicos.
<b>Diagnóstico:</b>	As drogas <b>lícitas e</b> ilícitas invadem os espaços, as praças, os lares, transformando crianças e jovens em reféns. A libertação dessas pessoas depende de tratamento especializado e como a maior parte dos usuários de entorpecentes no território é consituída de pessoas pobres, sem condições financeiras de arcar com um tratamento de qualidade, necessário se faz a adoção de medidas no próprio Território que possam reabilitar essas pessoas.
<b>Localização:</b>	Boa Vista do Tupim/ <b>Iaçu.</b>
<b>Beneficiários:</b>	Dependentes químicos referenciados nos serviços dos municípios do território.
<b>Justificativas:</b>	A necessidade de mobilização de esforços para oferecer serviços especializados capazes de curar a dependência química dos usuários de entorpecentes, cuja grande maioria é formada de crianças e jovens dos setores da sociedade.
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a reabilitação de pendentes químicos reinserindo-os ao meio social;</li> <li>- Possibilitar a reintegração e a convivência familiar de dependentes químicos <b>e reinserção ao mercado de trabalho.</b></li> <li>- <b>Reinserção ao meio social.</b></li> </ul>
<b>Metas:</b>	Oferecer serviços para o atendimento concomitante de 100 pessoas.
<b>Cronograma:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1º ano: diagnóstico do problema, com o cadastramento das pessoas que utilizarão os serviços de reabilitação;</li> <li>- 1º ano: elaboração do projeto, levantamento de recursos;</li> <li>- 2º ano: construção do Centro;</li> <li>- 3º ano: início do funcionamento.</li> </ul>
<b>Estratégias:</b>	Articulação do território com apoio do comitê gestor e órgãos competentes públicos e privados das esferas municipal, estadual e federal;

<b>Apoio Institucional:</b>	Secretarias Municipais de Saúde, <b>de Educação, SETRE</b> Serviços Municipais de Assistência Social, SEDES, SESAB
<b>Resultados Esperados:</b>	- Redução significativa dos índices de usuários de entorpecentes no território bem como da violência e criminalidade. - Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
<b>Gestão:</b>	Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim/ <b>Iaçu.</b>
<b>Custos:</b>	Inicial com instalações.....1.000.000,00 Manutenção 1º ano com serviços e materiais .....2.500.000,00 Total .....3.500.000,00





<b>Eixo: III</b>	<b>Cidadania</b>
<b>Programa:</b>	Atendimento especializado à pessoa com deficiência.
<b>Projeto: II</b>	Centro de Atendimento para Pessoas com Deficiências.
<b>Diagnóstico:</b>	É alta a incidência de pessoas com deficiência no Território sem oportunidade de atendimento nas diversas áreas que lhe possibilitem melhor qualidade de vida e autonomia.
<b>Localização:</b>	Quatro pólos do Território ( <b>Ruy Barbosa, Tapiramutá, Itatim e Ibiquera</b> )
<b>Beneficiários:</b>	Pessoas com deficiências referenciadas nos municípios que compõem o Território;
<b>Justificativas:</b>	Grande incidência de pessoas com deficiência, ausência de acesso aos bens e serviços, insuficiência de oferta de serviço de reabilitação e outros tipos de atendimento. Necessária, portanto, a implantação de Centros de Atendimento com serviços especializados de atendimento médico, psicológico, social e educacional.
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a reabilitação da pessoa com deficiência;</li> <li>- Oferecer atendimento específico de acordo com as necessidades individuais visando inclusão social de forma plena.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar 04 Centros de Atendimento;</li> <li>- Oferecer serviços de atendimento multiprofissional às pessoas com deficiência, a exemplo de fisioterapia, terapia ocupacional, ortopedia, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, e outras terapias pertinentes a cada caso.</li> </ul>
<b>Cronograma:</b>	Início da obra no primeiro semestre de <b>2014</b> tendo garantia da conclusão e permanência da oferta dos serviços.
<b>Estratégias:</b>	<p>Articulação do Território com órgãos competentes, instituições governamentais e não governamentais, privadas, Conselhos e outras entidades com experiência na área.</p> <p>Definição de municípios mais centralizados em cada pólo.</p>
<b>Apoio Institucional:</b>	SESAB, SEDES, CREAs, Secretarias Municipais de Saúde, <b>Educação e Infra estrutura</b> e de Assistência Social.
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Portdores de deficiência aendidos adequadamente;</li> <li>- Elevação da autoestima dos portadores de deficiência;</li> <li>- Melhoria da qualidade de vida.</li> </ul>
<b>Gestão:</b>	Prefeituras Municipais dos Municípios pólos.



<b>Custos:</b>	R\$1.000.000,00 para cada unidade, mais criação de fundo permanente para manutenção e pagamento de profissionais.
----------------	---

<b>Eixo: III</b>	<b>Cidadania</b>
<b>Programa:</b>	Mulher Protegida
<b>Projeto: III</b>	Delegacia da Mulher e Casas de Apoio.
<b>Diagnóstico:</b>	A violência contra a mulher se expande a cada dia e o seu enfrentamento requer medidas de proteção das vítimas. A inexistência de apoio às mulheres vitimadas, faz com que as mesmas sofram violência e permaneçam no mesmo ambiente onde são novamente submetidas a outras formas de agressão física e psicológica..
<b>Localização:</b>	Itaberaba, Ruy Barbosa, Rafael Jambeiro, <b>Tapiramutá e Piritiba.</b>
<b>Beneficiários:</b>	Mulheres em situação de discriminação e violência.
<b>Justificativas:</b>	Necessidade de implantar um programa de apoio à mulher vítima da violência com duas linhas de ação: a punição ao agressor, através da Delegacia de Proteção à Mulher, e do apoio moral e psicológico, através da Casa de Apoio.
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Combater a violência contra a mulher;</li> <li>- Amparar as vítimas com serviços de apoio moral e psicológico;</li> <li>- Contribuir para elevar o respeito e a autoestima da mulher.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	Implantação de 4 Delegacias de Proteção à Mulher e 4 Casas de Apoio.
<b>Cronograma:</b>	Iniciar a construção da Delegacia da Mulher no 2º semestre de <b>2014</b> e construção e estruturação das casas de apoio no ano seguinte.
<b>Estratégias:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de Conselhos Municipais da Mulher em cada cidade do território.</li> <li>- Articulação do Território com os Conselhos Municipais e Estadual da Mulher.</li> <li>- Articulação com o governo estadual para implantação do projeto.</li> </ul>
<b>Apoio Institucional:</b>	SEDES, Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade, SSP e <b>SPM.</b>

<b>Resultados Esperados:</b>	- Redução em 70% dos índices de violência contra a mulher; - Amparo moral e psicológico para 100% das mulheres vitimadas; - Resgate da autoestima e do respeito feminino.
<b>Gestão:</b>	Prefeituras Municipais e Governo Estadual.
<b>Custos:</b>	Implantação das unidades .....1.500.000,00 Manutenção primeiro ano .....1.800.000,00 <b>Total .....3.300.000,00</b>

<b>Eixo: III</b>	<b>Cidadania</b>
<b>Programa:</b>	Atendimento a comunidades remanescentes de quilombos e povos ciganos e as comunidades tradicionais.
<b>Projeto: IV</b>	Implantação de Diretoria Territorial de Reparação e Igualdade Racial
<b>Diagnóstico:</b>	Em todos os Municípios do Território registra a presença de povos ciganos, comunidades remanescentes de quilombos que, pela ausência de políticas de acolhimento permanecem à margem da sociedade, isolados e sem formas de interação..
<b>Localização:</b>	Itaberaba
<b>Beneficiários:</b>	Comunidades quilombolas, povos ciganos do território e as comunidades tradicionais.
<b>Justificativas:</b>	Diante da necessidade de respeito e valorização das individualidades e especificidades de cada povo, muitas vezes marginalizados e sem acesso aos direitos fundamentais, destaca-se a inexistência de Políticas Públicas e ações concretas voltadas para inclusão das comunidades tradicionais, a exemplo das comunidades remanescentes de quilombos e os povos ciganos.
<b>Objetivos:</b>	- Resgatar os valores culturais e históricos das comunidades tradicionais. - Desenvolver a consciência crítica e elevar a auto-estima desses povos; - Valorizar a identidade e especificidades de cada povo; - Contribuir para a igualdade étnica e racial.

<b>Metas:</b>	Implantação da Diretoria Territorial de Reparação e Igualdade Racial até 2012;
<b>Cronograma:</b>	2013 a 2015.
<b>Estratégias:</b>	Negociação para conquista de um espaço físico para funcionamento dos trabalhos no primeiro semestre de 2014; Articulação entre os municípios do Território para composição da Diretoria e trabalho de base;
<b>Apoio Institucional:</b>	Secretarias: Nacional, Estaduais e municipais, Colegiado do território, Fundação Cultural Palmares e outras entidades.
<b>Resultados Esperados:</b>	- Diminuição em 60%, no período de cinco anos, os índices de desigualdade étnico racial no Território Piemonte do Paraguaçu;
<b>Gestão:</b>	Execução: prefeituras. Monitoramento: Colegiado territorial Conselho de Assistência Social.
<b>Custos:</b>	R\$ 600.000,00.

#### Quadro XXXIV – Projetos de Cultura e Comunicação

<b>Eixo: IV</b>	<b>Cultura e Comunicação</b>
<b>Programa:</b>	Revitalização da Cultura Popular no Território
<b>Projeto: I</b>	Criar o Calendário Ordinário e sites culturais que possam abranger todas as manifestações dos Municípios do Território.
<b>Diagnóstico Setorial:</b>	Apesar da riqueza da cultura popular no Território, fica praticamente ignorada e isso contribui também para a sua desvalorização e desestímulo dos seus agentes. São os casos de <i>corridas de argola</i> , <i>bumba-meu-boi</i> , cantigas de roda, festejos populares diversos, tais como: <b>Festa de vaqueiro, quadrilha junina, cancioneiro foclórico e</b>

	infantil e culinária regional.
<b>Localização:</b>	Território Piemonte.
<b>Público Prioritário:</b>	População do Território.
<b>Justificativa:</b>	Necessidade do fortalecimento das raízes culturais e da boa articulação das prefeituras no território para que todas possam ser beneficiadas pelas políticas públicas. Indispensável a criação de instrumento que dêem divulgação e visibilidade às manifestações da cultura popular.
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgar as manifestações culturais do Território;</li> <li>- Valorizar a cultura popular;</li> <li>- Preservar a identidade cultural nas variadas formas de manifestação.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	Elaborar e divulgar um Calendário Ordinário a cada ano.
<b>Cronograma:</b>	01 edição anual.
<b>Estratégias:</b>	Levantamento, anual, dos eventos culturais para inserção no calendário.
<b>Apoio Institucional:</b>	Prefeituras Municipais, SECULT, Patrobrás.
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manifestações da cultura popular divulgadas;</li> <li>- Cultura popular valorizada e fortalecida.</li> </ul>
<b>Gestão:</b>	A gestão do projeto fica a cargo do GT-Cultura que deverá, anualmente, receber as informações dos Municípios para elaboração do calendário.
<b>Custos:</b>	R\$ 300.000,00 anuais.
<b>Eixo: IV</b>	<b>Cultura e Comunicação</b>
<b>Programa:</b>	Revitalização da Cultura Popular no Território
<b>Projeto: II</b>	Criar festivais regionais anuais e itinerantes, priorizando os profissionais do território.

<b>Diagnóstico Setorial:</b>	Há muitos artistas no Território que acabam ficando com sua arte escondida por falta de oportunidade de apresentação, privando o público de todo potencial cultural existente.
<b>Localização:</b>	Território Piemonte do Paraguaçu
<b>Público Prioritário:</b>	População em geral.
<b>Justificativa:</b>	Necessidade de criar oportunidades para apresentar, nos municípios, as manifestações culturais diversas, com custo reduzido, através de festivais itinerantes. A proposta é de realizar, a cada ano, 04 festivais, em locais a serem definidos pelo Comitê Gestor.
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expandir os horizontes de atuação das manifestações culturais.</li> <li>- Valorizar os artistas e os talentos da terra;</li> <li>- Criar oportunidade de geração de renda;</li> <li>- Oferecer à população oportunidades de entretenimento.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	04 festivais anuais.
<b>Cronograma:</b>	01 festival a cada três meses – 4 anuais.
<b>Estratégias:</b>	Articulação dos artistas com os Conselhos Municipais de Cultura e Prefeituras Municipais, sob a coordenação do GT-Cultura.
<b>Apoio Institucional:</b>	Prefeituras Municipais, SCULT, MINC, Petrobrás.
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgação da produção cultural do território;</li> <li>- Interação e troca de experiências entre os artistas;</li> <li>- Interação entre os artistas e a população.</li> </ul>
<b>Gestão:</b>	A gestão do projeto ficará a cargo do GT-Cultura em parceria com as Prefeituras Municipais.
<b>Custos:</b>	Total anual ..... 800.000,00

<b>Eixo: IV</b>	<b>Cultura e Comunicação</b>
-----------------	------------------------------

<b>Programa:</b>	Comunicação Social
<b>Projeto: III</b>	Cultura da Comunicação
<b>Diagnóstico Setorial:</b>	Apesar do papel que a comunicação social exerce nas sociedades modernas, o Território é extremamente carente de pçofissionais de comunicação social, ficando à mercê de atividades amadoras, o que não gera os resultados esperados.
<b>Localização:</b>	Território Piemonte
<b>Público Prioritário:</b>	Jovens Comunicadores.
<b>Justificativa:</b>	É grande a carência de profissionais de comunicação no Território que possam atender às demandas do poder público e da sociedade civil. Necessário, portanto, capacitar jovens com habilidades para a comunicação para, sob a coordenação de profissionais, assumirem as funções de comunicadores no Território.
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formar comunicadores para atuar no Território;</li> <li>- Oferecer, à população, as informações essenciais do poder público e da sociedade civil.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Treinar 42 jovens (3 por município) em Comunicação Social;</li> <li>- Disponibilizar ao menos dois profissionais para acompanhar e coordenar o trabalho dos jovens comunicadores;</li> <li>- Jovens preparados serão os multiplicadores no campo e na cidade dos municípios do território, formando novos jovens.</li> </ul>
<b>Estratégias:</b>	Negociar com a UNEB a realização de um Curso de Comunicação Social para jovens do Território e disponibilizar dois profissionais para acompanhar e coordenar o trabalho.
<b>Apoio Institucional:</b>	Prefeituras Municipais, UNEB, SETRE, SEC.
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Jovens comunicadores capacitados e atuantes nos Municípios;</li> <li>- Comunicação social efetivada de forma profissional;</li> <li>- População informada.</li> </ul>



<b>Gestão:</b>	A gestão do processo de capacitação dos jovens e implantação do projeto é do Comitê Gestor. A gestão da atuação dos jovens comunicadores e dos profissionais de comunicação é das Prefeituras Municipais.
<b>Custos:</b>	Custo .....R\$ 600.000,00

<b>Eixo: IV</b>	<b>Cultura e Comunicação - OK</b>
<b>Programa:</b>	Criação de uma escola de música em cada cidade do Território
<b>Projeto: IV</b>	ABC Musical
<b>Diagnóstico Setorial:</b>	Diante da observação de muitos jovens e adolescentes com ociosidade de tempo e situações de risco em nosso Território, e considerando o papel que tem a cultura na vida das pessoas e no processo de desenvolvimento sustentável, discutiu-se e definiu-se a implantação de um curso de iniciação musical, que além de despertar o gosto pela música, contribui para formação integral dos jovens e adolescentes, promovendo a sociabilidade e expressividade, desenvolvendo o sentido de parceria e cooperação, proporcionando um lazer sadio e a integração entre as cidades, favorecendo assim, o vocacional artístico de cada cidadão, a elevação da auto-estima e a ocupação do tempo fora da escola.
<b>Localização:</b>	Todos os municípios do Piemonte do Paraguaçu.
<b>Público Prioritário:</b>	Estudantes e demais pessoas da sociedade.
<b>Justificativa:</b>	O trabalho com música auxilia no desenvolvimento intelectual, físico e emocional e ajuda a aperfeiçoar e manter várias habilidades mentais em forma. Ao entrar em contato com a música, zonas importantes do corpo físico e psíquico são acionadas - os sentidos, as emoções e a própria mente. Por meio da música, são expressas emoções que não se conseguem expressar com palavras; a música intensifica o ritmo e as manifestações da cultura popular e, no processo do ritmo da vida faz renascer dentro de cada cidadão o resgate de novos grupos musicais

	como fanfarras, filarmônicas, bandas, corais, ampliando consideravelmente o acervo musical.
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Despertar o gosto pela musicalidade nas crianças e nos jovens;</li> <li>- Proporcionar um lazer sadio e a integração entre os jovens;</li> <li>- Favorecer o vocacional artístico e desenvolver o sentido de parceria e cooperação.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	Implantar um Curso de Iniciação Musical em cada Município.
<b>Cronograma:</b>	07 Cursos por ano – 14 em dois anos.
<b>Estratégias:</b>	Mobilizar os segmentos estudantis e culturais para se inserirem, de forma proativa na implementação do projeto, em articulação com os Conselhos Municipais de Cultura e as Casas de Cultura de cada Município.
<b>Apoio Institucional:</b>	Prefeituras Municipais ( <b>Secretaria municipal de educação</b> ), Petrobrás, SECULT, SEC, MEC.
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução da violência entre os jovens;</li> <li>- Diminuição da evasão escolar;</li> <li>- Envolvimento dos jovens nas atividades culturais;</li> <li>- Dinamização e fortalecimento da cultura no Território.</li> </ul>
<b>Gestão:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Representantes de Cultura;</li> <li>○ Prefeituras.</li> </ul>
<b>Custos:</b>	<p>Instrumentos – 14 unidades: violões amadores, teclados amadores, saxofones, clarinetas, baterias acústicas, contrabaixos amadores de 6 cordas, guitarras amadoras, trompetes, trombones de pítón, flautas doces, flauta transversal, pedestal de microfone, microfones profissionais, caixas amplificadas de 500 watts, estantes de partitura, pedestais para violão, guitarra e baixo, estantes para teclado, 280 cadeiras, armários de aço, armários para guardar os instrumentos, estantes, armários para guardar as roupas e acessórios R\$ 228.900,00.</p> <p>Materiais didáticos: R\$ 28.000,00/ano; Pessoal (instrutores e auxiliares, com encargos sociais): R\$ 1.902.000,00</p>

<b>Eixo: IV</b>	<b>Cultura e Comunicação.</b>
<b>Programa:</b>	Infraestrutura Cultural
<b>Projeto: V</b>	Construção de Centros Culturais.
<b>Diagnóstico Setorial:</b>	A Cultura tem grandiosa relevância para uma sociedade, uma vez que estabelece uma identidade atribuindo referências e transcendendo as dimensões geográficas. Os Municípios de Itaberaba, Ruy Barbosa, Iaçú, Rafael Jambeiro não dispõem de espaço adequado para apresentação, preservação e divulgação da memória cultural do patrimônio histórico e artístico. Os Centros garantiriam a difusão e inclusão cultural, criando oportunidade para os novos e velhos talentos, sempre com um viés socialmente responsável, se consolidando como uma opção de entretenimento no cenário Territorial do Piemonte do Paraguaçu.
<b>Localização:</b>	Itaberaba, Iaçú, Rui Barbosa, Rafael Jambeiro, <b>Boa Vista do Tupim</b> e Ibiquera.
<b>Público Prioritário:</b>	Artistas e público do Território do Piemonte do Paraguaçu.
<b>Justificativa:</b>	A Cultura é importante instrumento de prevenção e de combate aos sérios problemas sócioais da nossa região, pois interfere na auto-estima, atribuindo valor, identidade, disciplina e motivação para mudar, porque o indivíduo comprometido com a cultura adquire uma vida com significado útil e por isso é indispensável ao processo de desenvolvimento territorial. O Centro Cultural seria um espaço de fruição e criação de bens culturais que contribuiriam para a formação de identidades culturais locais, se implantando oficinas artísticas de diversos segmentos, como teatro, dança, pintura, etc., além de apresentações cinematográficas, entre outras. O Centro de Cultura se constitui num espaço de referência, valorizando o fortalecimento dos atores sociais envolvidos com a cultura, desenvolvendo um processo ininterrupto de troca de idéias com os visitantes e demais interessados em cultura.

<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar condições para a promoção, produção e divulgação da cultura, atuando em todas as suas esferas;</li> <li>- Estimular a criação e a manifestação artístico-cultural;</li> <li>- Fortalecer a identidade cultural da comunidade;</li> <li>- Desenvolver experiências conjuntas entre as diferentes áreas do conhecimento e a comunidade;</li> <li>- Incentivar a educação estética da comunidade;</li> <li>- Referenciar, estimular e divulgar a produção material e imaterial da cultura local e regional, bem como apoiar o seu desenvolvimento;</li> </ul>
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar 05 Centros Culturais com 300 lugares.</li> </ul>
<b>Cronograma</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 02 no primeiro ano;</li> <li>- 03 no segundo ano</li> </ul>
<b>Estratégias:</b>	Articulação com o poder público municipal, Conselhos Municipais de Cultura e os setores culturais para definição do local e do projeto.
<b>Apoio Institucional:</b>	SECULT, SEC, Ministérios da Educação e da Cultura.
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Favorecimento da convivência interativa de crenças, costumes e artes;</li> <li>- Lazer e cultura aliados, trazendo informação e entretenimento ao público</li> <li>- Fortalecimento da identidade pessoal e social</li> <li>- Desenvolvimento e troca de experiências conjuntas entre as diferentes áreas</li> <li>- Inclusão cultural de grande parcela da comunidade que não tinham acesso aos bens culturais</li> </ul>
<b>Gestão:</b>	Prefeituras Municipais e Conselhos Municipais de Cultura.
<b>Custos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construções: R\$ 3.000.000,00</li> <li>- Móveis: R\$ 1.000.000,00</li> <li>- Equipamentos de som e iluminação: 1.000.000,00</li> <li>- Total: R\$ 5.000.000,00</li> </ul>

<b>Eixo: IV</b>	<b>Cultura e Comunicação.</b>
<b>Programa:</b>	Infraestrutura Cultural

<b>Projeto: VI</b>	Aquisição: palco móvel para apresentações culturais.
<b>Diagnóstico Setorial:</b>	Apesar da riqueza cultural do Território, não dispõem de estrutura apropriada para apresentações culturais. São muitos os artistas, nas diferentes modalidades – musica, dança, trova, teatro, poesia, artes pláticas, artesanato – que não têm a oportunidade de demonstrar o seu trabalho. Daí a proposta de adquirir o Caminhão Cultural – Palco Móvel cobrirá todas essas carências.
<b>Localização:</b>	Todos os municípios do Território do Piemonte do Paraguaçu.
<b>Público Prioritário:</b>	Artistas e a sociedade em geral do Território do Piemonte do Paraguaçu.
<b>Justificativa:</b>	<p>A arte é o caminho mais próximo para descobertas, inovações e desenvolvimento. É instrumento de pluralidade ao encontro de novas artes e do fazer artístico. Com isso, a aquisição de um Palco móvel torna-se um instrumento de <i>reconstrução cultural</i> e de integração, servindo de veículo de formação e informação, desenvolvendo os valores humanos e estéticos proporcionando resultados positivos a todo cidadão. Além do mais, a falta de oportunidades para geração de renda, expansão artística e cultural e outros recursos que ofereçam o mínimo de garantia sócio-político-cultural implicam em violência através de grupos de indivíduos foras da lei, colocando toda sociedade em situação de risco.</p> <p>O Palco Móvel se constitui num espaço de referência, valorizando o fortalecimento dos atores sociais envolvidos com a cultura, desenvolvendo um processo ininterrupto de troca de idéias com os visitantes e demais interessados em cultura.</p> <p><i>“Investir na cultura é aliar-se a um poderoso parceiro para a cidadania de um povo”.</i></p>
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar espaço para apresentações culturais com os talentos da terra;</li> <li>- Criar oportunidade para revelação de novos artistas;</li> <li>- Promover processos de itneração entre a produção artística e a produção econômica;</li> <li>- Possibilitar a afirmação de uma identidade e intercâmbio constante entre artistas e público.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adquirir um Caminha Cultural – Palco Móvel;</li> <li>- Realizar uma aprsentação cultural semanal, em um dos Municípios a ser definido pelo Comitê Gestor.</li> </ul>

<b>Cronograma:</b>	- 1º ano: aquisição do Caminhão Cultural – Palco Móvel; - A partir do 2º ano: apresentações semanais.
<b>Estratégias:</b>	Articulação com as entidades culturais, associações comunitárias e Conselhos Municipais de Cultura para definir os instrumentos de execução do projeto.
<b>Apoio Institucional:</b>	SECULT, Ministério da Cultura e <b>prefeituras municipais.</b>
<b>Resultados Esperados:</b>	- Talentos da terra revelados; - Cultura fortalecida; - Maior integração entre artistas e população; - Processo de desenvolvimento sustentável fortalecido.
<b>Gestão:</b>	Representantes do setor cultural em parceria com as Prefeituras Municipais.
<b>Custos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aquisição do Caminhão: R\$ 160.000,00</li> <li>- Adequações físicas: R\$ 60.000,00</li> <li>- Equipamentos de som e iluminação: R\$ 80.000,00</li> <li>- TOTAL R\$ 300.000,00</li> </ul> <p>Obs: A manutenção – combustível, reposição de peças e pessoal – fica a cargo das Prefeituras Municipais.</p>

Quadro XXXV – Projetos de Educação

<b>Eixo: V</b>	<b>Educação</b>
<b>Programa:</b>	Cursos profissionalizantes para pessoas com <b>com deficiências.</b>
<b>Projeto: I</b>	Implantação de cursos profissionalizantes para inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho
<b>Diagnóstico Setorial:</b>	Os dados indicam que 10% da população portam algum tipo de deficiência, tornando essas pessoas duplamente excluídas. No Território, é grande incidência de pessoas com deficiência sem oportunidade de inserção no mercado de trabalho por falta de profissionalização.



<b>Localização:</b>	Os 04 núcleos do território, <b>com ambientes adequados às com deficiências.</b>
<b>Público Prioritário:</b>	Adolescentes e adultos com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla).
<b>Justificativa:</b>	Necessidade de adotar medidas de inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência. Ao se lhes oferecer oportunidade de profissionalização, aumentam as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho e de inclusão social. A proposta visa, também, cumprir as determinações da LOAS no tocante ao atendimento de direitos.
<b>Objetivos:</b>	- Criar oportunidade de inserção no mercado de trabalho <b>para pessoas com deficiências;</b> - Possibilitar a inclusão social de <b>pessoas com deficiências.</b>
<b>Metas:</b>	Atender <b>por núcleo</b> a 04 turmas de 30 pessoas por ano.
<b>Cronograma:</b>	A partir de <b>2013.</b>
<b>Estratégias:</b>	Conhecer a experiência já desenvolvida por outras instituições, a exemplo da APAE, para formatar os cursos em conformidade com o perfil dos participantes. Realizar cursos profissionalizantes a partir das possibilidades do mercado de trabalho no Território, obedecendo às habilidades e preferências dos participantes. Desenvolver processos de sensibilização das empresas para a contratação de deficientes, obedecendo inclusive à legislação. Os cursos serão oferecidos, a cada ano, em Municípios diferentes, beneficiando assim todo Território. Os cursos deverão ter uma carga horária mínima de 200 horas aulas, com uma bolsa-auxílio para garantir a participação.
<b>Arranjos Institucionais:</b>	Prefeituras Municipais, SETRE, SECTI, SEC, SUAF-SEAGRI, SENAI, SENAR, Ministério do Trabalho, Universidades.T

<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar canais de inserção no mercado de trabalho de portadores de deficiência;</li> <li>- Possibilitar a inclusão social dos portadores de deficiência, elevando sua autoestima.</li> <li>.</li> </ul>
<b>Gestão:</b>	Comissão do território, CTEPP, representantes do CEAPE.
<b>Custos:</b>	R\$ 1.080.000,00 anuais.

<b>Eixo: V</b>	<b>Educação</b>
<b>Programa:</b>	Esporte é Vida
<b>Projeto II:</b>	Construção e recuperação de quadras esportivas e campos de futebol e <b>espaços esportivos de acordo com a cultura de cada município.</b>
<b>Diagnóstico Setorial:</b>	Apesar da importância da prática do esporte para a saúde e para a educação das crianças e jovens, são grandes as deficiências nos Municípios. É necessário construir equipamentos que sejam disponibilizados à população juvenil.
<b>Localização:</b>	Escolas públicas dos municípios do Território Piemonte do Paraguaçu.
<b>Público Prioritário:</b>	Estudantes das escolas públicas municipais e estaduais
<b>Justificativa:</b>	Ações esportivas e lúdicas contribuem decisivamente na formação do caráter e personalidade das crianças e jovens e evitam que os mesmos fiquem vulneráveis à situação de risco, como drogas, prostituição etc. Contribuem decisivamente para a socialização e a convivência social e

	se constituem em oportunidade de lazer para a população adulta.
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oferecer espaços para a prática de esporte para o público juvenil;</li> <li>- Contribuir para a socialização e a convivência social das crianças e jovens.</li> <li>- Oferecer espaço de lazer para a população em geral.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	Construção/Recuperação de espaços de esporte em 03 Escolas, por Município, por ano: 42 no total, <b>observando a cultura esportiva de cada município.</b>
<b>Cronograma:</b>	42 Espaços de Esporte por ano.
<b>Estratégias:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento das escolas que possuem espaços físicos e não possuem equipamentos esportivos;</li> <li>- Formação de Grêmios Esportivos nas Escolas;</li> <li>- Coordenação das Secretarias Municipais de Educação.</li> </ul>
<b>Arranjos Institucionais:</b>	Prefeituras Municipais, SETRE, SEC, Ministério do Desporto.
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição dos índices de evasão e repetência das escolas públicas municipais e estaduais;</li> <li>- Valorização das escolas como centros de formação integral;</li> <li>- Melhoria nas relações sociais entre as gerações.</li> </ul>
<b>Gestão:</b>	Secretarias Municipais de Educação.
<b>Custos:</b>	R\$ 240.000,00 por município/ano.

<b>Eixo: V</b>	<b>Educação</b>
<b>Programa:</b>	Educação de Qualidade para Todos

<b>Projeto: III</b>	Baú de Leitura
<b>Diagnóstico Setorial:</b>	Por um lado, o modelo de ensino adotado não conduz os estudantes à leitura, que a vêem de forma cansativa e <i>chata</i> , sem compreende a sua importância para a formação de cada um(a). Por outro lado, não há, em nenhuma escola rural, biblioteca pública que possa disponibilizar um acervo mínimo de leitura para os estudantes.
<b>Localização:</b>	Todos os Municípios.
<b>Público Prioritário:</b>	Estudantes do ensino fundamental da zona rural.
<b>Justificativa:</b>	<p>Os indicadores educacionais do território revelam um baixo desenvolvimento do aprendizado dos estudantes e uma causa importante é a dificuldade no desenvolvimento das habilidades de leitura, o que contribui para o baixo padrão da educação como um todo.</p> <p>Não há bibliotecas públicas acessíveis à população e não há, entre os estudantes, a <i>cultura da leitura</i>. O Baú de Leitura utiliza de uma metodologia apropriada para motivar o estudante a encarar a leitura como uma atividade atraente e prazerosa.</p> <p>Para as escolas da zona rural os desafios são ainda maiores, cujos conteúdos descontextualizados inibem e dificultam a capacidade de compreensão dos estudantes</p> <p>“É nesse contexto que se insere o <i>Projeto Baú de Leitura</i>, uma parceria do MOC e UNICEF, buscando, primeiro, despertar nos educadores o interesse pela leitura dinâmica, prazerosa, sensibilizando-os para gostar de ler, tornar-se educadores leitores e praticar a leitura com seus alunos, com histórias infanto-juvenis, como instrumento de conhecer a própria realidade, do município, da região, do país, de encantar-se e distrair-se, para desenvolver a imaginação, a criatividade, a linguagem e o processo de comunicação e reflexão.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Essas ações contribuem para o desenvolvimento de habilidades e competências leitoras nas crianças. Através da literatura e da arte, elas iniciam um processo de leitura significativa, de encontro e reflexão sobre sua cultura, sua identidade, sua história e sua cidadania.</li> <li>- Entretanto, a abrangência desse projeto se limita a poucas crianças de 05 municípios do Território. Isso é reflexo das dificuldades que persistem, no processo de acompanhamento e apoio pelos gestores</li> </ul>

	<p>públicos, das ações voltadas para o desenvolvimento da leitura, nos municípios. Os educadores não têm acesso a materiais didáticos e pedagógicos suficientes e necessários para o desenvolvimento do projeto, além de algumas limitações pedagógicas que necessitam ser aprofundadas para que possam contribuir de forma mais qualitativa para melhorar o nível leitor nas crianças e o nível de desenvolvimento da educação nos municípios.</p> <p>- É necessário um esforço maior para alfabetizar as crianças nos 1º e 2º ciclo do ensino fundamental – é compromisso de todas as séries e disciplinas contribuir para o processo de alfabetização. A aprendizagem do aluno deve ser marcada pela reelaboração do aluno e de sua reflexão lógica. A aquisição da base ortográfica envolve a inter-relação de componentes lógicos, perceptivos, motores, afetivos, sociais e culturais na aprendizagem”.</p>
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Despertar o interesse dos estudantes pela leitura;</li> <li>- Implementar processos de leitura e escrita que contribuam para a boa formação dos educandos;</li> <li>- <b>Ampliar os acervos literários.</b></li> </ul>
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar o Baú de Leitura em todas as escolas rurais dos Municípios num período de três anos.</li> <li>- Implantar <b>13</b> Bibliotecas municipais.</li> <li>- 100% dos coordenadores pedagógicos capacitados;</li> <li>- 100% das bibliotecas municipais funcionando adequadamente</li> </ul>
<b>Cronograma:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1º ano: seminários de sensibilização e planejamento;</li> <li>- 2º ano: implantação do Baú de Leitura em <b>8</b> Municípios;</li> <li>- 3º ano: <b>implementação do Baú de Leitura em 13 Municípios.</b></li> </ul>
<b>Estratégias:</b>	<p>Para a viabilização do projeto é necessária a participação da sociedade civil na construção, avaliação e monitoramento da proposta, abertura e articulação das Secretarias Municipais de Educação.</p> <p>Para isso, são necessários:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Construir e aplicar instrumentos de avaliação municipal para medir o nível de desenvolvimento da aprendizagem em leitura e escrita nos alunos;</li> <li>- Implementação de metodologias diversificadas de leitura e escrita: Baú de Leitura, Arcas das Letras;</li> <li>- Capacitação dos Coordenadores Pedagógicos e Educadores dos <b>13</b> municípios para desenvolver metodologias de estímulo a leitura e escrita;</li> <li>- Realização de: Feiras do livro, concursos de redação, jornadas</li> </ul>

	<p>literárias, mostras de arte e cultura;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar intercâmbios periódicos para socialização das atividades realizadas pelos núcleos de estudo de cada município.</li> </ul>
<b>Apoio Institucional:</b>	Prefeituras Municipais, SEC, MEC.
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano Municipal de Educação e PPP escolares de 14 municípios elaborados contemplando leitura e escrita;</li> <li>- Indicadores municipais de aprendizagem dos alunos melhorados;</li> <li>- Desempenho dos coordenadores pedagógicos melhorado;</li> </ul>
<b>Gestão:</b>	Secretarias Municipais de Educação.
<b>Custos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos já disponibilizados nos orçamentos municipais para Educação;</li> <li>- R\$ 250.000,00 por Município, por ano, para as atividades de capacitação, planejamento, avaliação e aquisição de livros.</li> </ul>

<b>Eixo: V</b>	<b>Educação</b>
<b>Programa:</b>	Educação do campo
<b>Projeto IV:</b>	Centro de Formação “Escola da Terra”
<b>Diagnóstico Setorial:</b>	Grande parte da população do Território é oriunda do campo. Alguns fatores como a condição de vida precária, a falta de oportunidade, educação, habilidade técnica e conhecimentos tecnológicos para lidar harmoniosamente e com sustentabilidade com a terra, contribuíram



	para o deslocamento do homem e mulher do campo para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida para toda família. Pois essa era de tecnologia e globalização exige muitas habilidades para as pessoas viverem com dignidade, e, propaga, muitas vezes, que a vida do campo não oferece oportunidade nenhuma para se ter vida digna.
<b>Localização:</b>	<b>04 núcleos territoriais definidos, de acordo com suas demandas.</b>
<b>Público Prioritário:</b>	Trabalhadores(as) rurais organizados, ligados a associações, cooperativas, movimentos, sindicatos etc, que estejam inseridos nos municípios pertencentes ao Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu.
<b>Justificativa:</b>	<p>“Na aurora do terceiro milênio, é preciso compreender que revolucionar, desenvolver, inventar, sobreviver, viver, morrer, anda tudo inseparavelmente ligado” (Edgar Morin). Enfrentar o desafio de “revolucionar” é uma obrigação daqueles que estão comprometidos com a mudança e com o desenvolvimento, daí a proposta de promover a formação do(a) agricultor(a) familiar possibilitando-lhes acessibilidade aos novos conhecimentos, assim como também possam desenvolver suas habilidades para adequar às diferentes tecnologias que garantam a sustentabilidade com dignidade.</p> <p>É sabido que o sistema educacional brasileiro apesar de abrangente e diversificado, tem valorizado um currículo com foco na educação urbanizada. Em decorrência disso, existe a desvalorização das pessoas que estão à margem desse modelo educacional, como é o caso dos indivíduos que moram no campo e necessitam se deslocarem de suas comunidades para estudarem na cidade. Ou, ainda que estude em sua região, o modelo de ensino não favorece a permanência desses no campo, visto que os profissionais de educação não têm formação específica para trabalhar com as reais necessidades do homem e da mulher do campo.</p>
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar m Centro de Formação diversificada com tecnologias adequadas a(ao) <b>agricultor(a)</b> e o seu espaço rural, <b>nos 04 núcleos.</b></li> <li>- Ampliar o acesso ao conhecimento e a novas tecnologias para os filhos e filhas dos agricultores;</li> <li>- Construir um futuro de dignidade para a população do Território.</li> </ul>

<b>Metas:</b>	Implantação do Centro de Formação “Escola da Terra”, nos 04 núcleos.
<b>Cronograma:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 2013: Iniciar o diálogo com os Secretários de Meio Ambiente dos 04 núcleos, para implantação do espaço físico, em 2014.</li> <li>- 2013: Levantamento dos recursos.</li> <li>- 2014: Início da construção.</li> <li>- 2014: Início do funcionamento.</li> </ul>
<b>Estratégias:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar cursos teórico-práticos de acordo com a necessidade regional/local, enfocando os princípios da agro ecologia;</li> <li>- Desenvolver atividades educativas respeitando os eixos prioritários do território, como agricultura, educação, meio ambiente e cultura;</li> <li>- Possibilitar a criação de laboratórios com áreas experimentais para pesquisa;</li> <li>- Facilitar a apreensão dos conhecimentos, a partir da contextualização do saber popular e o saber científico;</li> <li>- Provocar mudanças de atitudes dos trabalhadores/as em relação ao cuidado que devem ter com o meio ambiente e as estratégias de desenvolvimento rural/sustentável;</li> <li>- Fazer parcerias com instituições que trabalhem com ciências agrárias, meio ambiente, organização social, tecnologia, artesanato, dentre outros.</li> <li>- Construir proposta de educação que valorizem o indivíduo do campo, de forma que o mesmo construa sua identidade e crie alternativas sustentáveis que garanta a permanência das mesmas em suas comunidades.</li> </ul>
<b>Arranjos Institucionais:</b>	Secretarias Estaduais de Educação e de Meio Ambiente, Secretarias Municipais de Educação e Meio Ambiente, Universidades Estaduais e Federais, MEC, Ministério do Meio Ambiente.
<b>Resultados Esperados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição do êxodo rural.</li> <li>- Elevação da auto-estima das pessoas do campo;</li> <li>- Valorização da identidade</li> <li>- Aumento da produtividade</li> <li>- Acesso ao conhecimento e às tecnologias ampliado</li> <li>- Qualidade de vida dos agricultores familiares.</li> </ul>

<b>Gestão:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fase de negociação: Comitê Gestor;</li> <li>- Fase de Implantação: Constituição de um Conselho próprio e <b>Secretarias de Meio Ambiente onde não há.</b></li> </ul>
<b>Custos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação: R\$ 3.000.000,00;</li> <li>- Manutenção: R\$ 600.000,00 anuais.</li> </ul>

<b>Eixo: V</b>	<b>Educação</b>
<b>Programa:</b>	Educação Contextualizada
<b>Projeto V:</b>	Educação do Campo
<b>Diagnóstico Setorial:</b>	Não existe muita iniciativa das secretarias municipais de educação para ampliação e/ou criação de políticas públicas para Educação Contextualizada no meio rural, exigindo um processo de discussão e sensibilização das secretarias municipais. Assim, o projeto terá dois momentos: o da discussão/reflexão e o da implantação propriamente dita.
<b>Localização:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1ª. fase: discussão/reflexão: os 4 municípios-polos do Território;</li> <li>- 2ª. fase: todos os municípios.</li> </ul>
<b>Público Prioritário:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1ª fase: Secretarios(as) de educação, lideranças, profissionais da educação, vereadores(as);</li> <li>- 2ª. fase: população rural.</li> </ul>
<b>Justificativa:</b>	O processo de discussão inicial permitirá uma melhor compreensão, por parte das secretarias de educação e da sociedade civil organizada sobre a educação contextualizada no campo. A implementação da proposta, certamente trará melhorias significativas na qualidade da educação, o que é reivindicado por toda sociedade.

<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender e difundir os princípios e propósitos da educação contextualizada do campo;</li> <li>- Melhorar a qualidade da educação no meio rural.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover 02 seminários no primeiro ano em cada pólo sobre a educação contextualizada.</li> <li>- Implantar, a partir do 2º ano, a educação contextualizada no meio rural.</li> </ul>
<b>Cronograma:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1ª. fase: 2013;</li> <li>- 2ª. fase: a partir de 2014.</li> </ul>
<b>Estratégias:</b>	Articulação entre as DIRECs e Secretarias Municipais de Educação e dessas instâncias com as organizações da sociedade civil, buscando a assessoria de entidades com expertise no assunto, a exemplo do MOC.
<b>Arranjos Institucionais:</b>	Secretarias Municipais de Educação, DIRECs, ONGs, Igrejas.
<b>Resultados Esperados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretarias Municipais sensibilizadas para a implementação do programa nos Municípios;</li> <li>- Sociedade civil organizada mobilizada para participar e colaborar com a execução do projeto;</li> <li>- Educação no meio rural melhorada.</li> </ul>
<b>Gestão:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1ª. fase: Comitê Gestor do Território;</li> <li>- 2ª. fase: Secretarias Municipais de Educação.</li> </ul>
<b>Custos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1ª. fase: R\$ 150.000,00</li> <li>- 2ª. fase: orçamento definido pelos próprios Municípios para a educação rural.</li> </ul>

	<b>Educação</b>
--	-----------------

<b>Eixo: V</b>	
<b>Programa:</b>	Universidade para Todos e Todas
<b>Projeto VI:</b>	Universidade do Semiárido
<b>Diagnóstico Setorial:</b>	O baixo nível de escolaridade da população é um grande entrave ao processo de desenvolvimento. No Território, cerca de 80% da população não tem escolaridade ou tem menos de 4 anos de estudo e apenas 4% têm mais de 10 anos de estudo. Todo esforço deve ser feito no sentido de mudar essa realidade, criando canais de acesso ao ensino superior.
<b>Localização:</b>	Haverá um município para sediar a instituição, a ser definido mediante critérios técnicos, com cursos instalados em todos os demais municípios.
<b>Público Prioritário:</b>	Toda sociedade do Território, prioritariamente os jovens.
<b>Justificativa:</b>	<p>O mundo moderno, globalizado, exige cada vez maior nível de escolaridade da população para poder participar das (poucas) oportunidades oferecidas pela sociedade competitiva. As dificuldades dês de acesso ao ensino superior no Território têm, por um lado, excluído a maior parte dos jovens de continuar seus estudos e, por outro, obrigado a migração do seu meio natural para os locais onde há possibilidades de acesso, o que exige um nível de renda que não está ao alcance de todos.</p> <p>A proposta é implantar, imediatamente, campus universitários como extensão das universidades públicas (UNEB, UEFS, UFBA, UFRB, UNIVASF) e, gradativamente, incorporá-los à Universidade do Semiárido a ser constituído a médio prazo.</p>
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar o acesso ao ensino superior no Território;</li> <li>- Criar oportunidades de vida melhor para a juventude, no próprio Território;</li> </ul>

	- Construir as bases para o processo de desenvolvimento sustentável.
<b>Metas:</b>	- 1ª. fase: implantação de campus universitários enquanto extensão das universidades públicas; - 2ª. fase: criação da Universidade do Semiárido.
<b>Cronograma:</b>	- 1ª. fase: 2013-2014; - 2ª. fase: a partir de 2014.
<b>Estratégias:</b>	- Discutir e negociar com as universidades estaduais e federais do Estado da Bahia a instalação de Campus no Território, com a oferta de cursos a ser definida em conjunto com o Comitê Gestor; - Elaborar, com o apoio das universidades, o projeto de Universidade do Semiárido; - Definir, mediante critérios técnicos, o Município para sediar a reitoria da futura Universidade do Semiárido.
<b>Arranjos Institucionais:</b>	Governos Municipais, Governo Estadual (SEC, UEFS, UNEB), Governo Federal (UFRB, UFBA, UNIVASF, MEC), ONGs, Movimentos Sociais do Território.
<b>Resultados Esperados</b>	- Ampliação do acesso ao ensino superior; - Redução da migração de jovens; - Qualificação da mão de obra da juventude; - Maiores possibilidades de geração de emprego e renda; - Elevação no nível de escolaridade da população.
<b>Gestão:</b>	A primeira fase será gerida pelo Comitê Gestor. A gestão da segunda fase ficará a cargo do Conselho Univeristário do Semiárido a ser criado.
<b>Custo:</b>	- 1ª. fase: R\$ 60.000.000,00 - 2ª. fase: R\$ 60.000.000,00 anuais.

Quadro XXXVI – Projetos de Meio Ambiente

<b>Eixo: VI</b>	<b>Meio Ambiente</b>
<b>Programa:</b>	Turismo Territorial



<b>Projeto: I</b>	Turismo Ecológico
<b>Diagnóstico:</b>	São grandes as potencialidades para dinamização do turismo na região, criando-se assim novas oportunidades de emprego e de renda para a população. Entretanto, para a viabilização do turismo como um fenômeno sócio-cultural, econômico, científico e ambiental são encontrados diversos empecilhos, especialmente as limitações de infraestrutura e de educação dos turistas para evitar a degradação do patrimônio natural.
<b>Localização:</b>	Área de estudo está sendo inserida para território município de Itaberaba, Iaçu, Boa Vista do Tupim, Ruy Barbosa, Itatim e <b>Santa Terezinha</b> .
<b>Beneficiários:</b>	Toda população do Território e os visitantes.
<b>Justificativa:</b>	<p>Diante do diagnóstico que aponta um grande potencial de áreas naturais e culturais no território que pode ser bem explorada pelo turismo, podendo tornar-se uma importante atividade geradora de renda no Território, faz-se necessário à implantação de um projeto com base no planejamento turístico territorial, desenvolvendo atividades como uma experiência geográfica na qual a paisagem se constitui num elemento essencial, causando impressões e emoções estéticas. Assim, serão gerados investimentos e divisas, aumentando também a influência socioeconômica e ambiental no Território.</p> <p>Já a dimensão espacial no turismo relaciona-se na análise da localização dos destinos e de seus recursos naturais e histórico-culturais, como oferta turística sendo a soma de todos os produtos e serviços adquiridos ou consumidos pelo turista durante a sua estada em uma destinação. Na infra-estrutura cabe a implantação dos equipamentos, tais como: sistema de transporte, saneamento, segurança, comunicação e educação ambiental.</p> <p>O turismo recreativo, na mobilidade do fluxo turístico e nas implicações do molde de gestão territorial e seus impactos sócio-educacional, ambiental e econômico, devido à inexistência de uma política de gestão de sustentabilidade em seus atrativos turísticos urbanos e rurais, voltados para ação da preservação e conservação de recursos naturais e culturais, sendo assim terá possibilidades de tornar zona de potencialidades do território ganhando espaço para explorar o turismo regional e abrindo oportunidades para o setor de serviços turísticos alcançando benefícios, melhoria de qualidade de</p>

	vida dos moradores.
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgar as áreas dos atrativos turísticos de cada localidade estudada com plano de ação de planejamento turístico voltado para conservação e preservação ao meio ambiente e turismo.</li> <li>- Potencializa os produtos turísticos com atividades turísticas para atrai pessoas de outras localidades e comunidade local e regional.</li> <li>- Apresentar as zonas turísticas territoriais e seus atrativos como: patrimônios naturais, culturais e históricos.</li> <li>- Criar novas oportunidades de geração de emprego e renda.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inserção do Território no roteiro turístico da região Chapada Diamantina;</li> <li>- Implantação da infraestrutura básica necessária;</li> <li>- Formação de Guias Turísticos, inclusive em língua estrangeira e em meio ambiente;</li> </ul>
<b>Cronograma:</b>	<p>Segundo o plano de desenvolvimento do turismo territorial definiremos as etapas das ações:</p> <p><b>. Primeira etapa:</b> elaborar um plano de ação voltada para divulgação e preservação de valores culturais e naturais, envolvendo a comunidade, gestores públicos, profissionais da área, empresas privadas e publicas de cada município.</p> <p><b>. Segunda etapa:</b> Tornar produto turístico os atrativos culturais e naturais das localidades, desenvolvendo os mesmos a nível regional e nacional, sendo os costumes locais, historias, as manifestações populares , hospitalidade, gastronomia, artesanato local, sabendo que estes são a identidade do território.</p> <p><b>. Terceira etapa:</b> Implementar o plano de ação para o poder publico, desenvolvendo o turismo regional, visando à responsabilidade social e criando a oportunidade de emprego e renda.</p> <p><b>. Quinta etapa:</b> Identificar o segmento turístico de cada município.</p> <p><b>. Sexta etapa:</b> Desenvolver metas dos sistemas de gestão participativa no turismo sustentável visando compreender os impactos causados nas áreas naturais. Compreendendo como base</p>

	<p>a: . Cartografia que envolve rede hidrográfica, rede viária, altimetria e propriedades geotécnicas do solo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento do uso do solo, expansão e implicações;</li> <li>- Inventario dos recursos dos patrimônios naturais e histórico-culturais ocorrentes;</li> <li>- Abordagem ecológica com enfoque na qualidade destes recursos e suas relevâncias no contexto da estabilidade ambiental dos ecossistemas de que participam;</li> </ul>
<b>Estratégias:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar parcerias com Universidades (UNEB, UEFS, UFBA), ONG's, entidades representativas do movimento popular, prefeituras municipais, órgãos ambientais dos governos federal e estadual etc. para compor equipe de planejamento, execução e monitoramento;</li> <li>▪ Realizar um diagnóstico sobre o que existe de experiência no campo da educação ambiental e promover a troca de experiências;</li> <li>▪ Promover cursos de capacitação para professores da rede oficial sobre Educação Ambiental ;</li> <li>▪ Incentivar a realização de eventos públicos voltados a temática ambiental , envolvendo toda rede escolar dos municípios;</li> <li>▪ Estimular as organizações sociais urbanas em torno da temática ambiental;</li> <li>▪ Promoção do entendimento com outros municípios</li> <li>▪ Atualizar ou criar legislação apropriada para a realidade desejada a nível municipal, de forma participativa, e sob a coordenação da comissão de meio ambiente das câmaras municipais de vereadores, e do conselho municipal de meio ambiente (onde houver) ou equivalente, grupos ambientalistas;</li> <li>▪ Articulação com Instituições e Entidades de proteção ambiental (SEMARH, Comissões Municipais, Comitê da Bacia do Itapicurú);</li> <li>▪ Apoiar a elaboração do Plano de sustentabilidade ambiental para o município;</li> <li>▪ Montar agenda de planejamento, execução do plano de educação ambiental do território;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular e apoiar a implantação / implementação da Agenda 21 nos municípios;</li> <li>• Fomar Guias Turísticos para o atendimento adequado aos visitantes.</li> </ul>
<b>Arranjos Institucionais:</b>	<p>Universidades Estaduais (UNEB e UEFS), UFBA, Secretarias de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e do MEC, Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa da Bahia, IBAMA, INCRA, Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Agricultura ou equivalente, Consórcio das Bacias do Itapicuru e Jacuípe, Grupos Ambientalistas, TV e Rádios comunitárias e comerciais, Pólo Sindical, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal, centrais de Associações, Associações de Monitores e dos professores do PETI, Movimento de Organização Comunitário- MOC, APAEB, FATRES.</p> <p>Os recursos serão mobilizados junto à SEMA, SEDUR, Secretaria Estadual de Turismo, Ministério do Turismo, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Meio Ambiente e <b>Comitê Gestor de Bacia do Paraguaçu</b>.</p>
<b>Resultados Esperados:</b>	<p>- Novos postos de trabalho criados;</p> <p>- Maior influência e projeção do Território no fluxo turístico estadual e nacional;</p> <p>- Melhoria do comércio local.</p>
<b>Gestão:</b>	Prefeituras, universidades, ongs.
<b>Custos:</b>	Investimentos anuais de R\$ 10.000.000,00 em setores prioritários definidos pelo Comitê Gestor.

<b>Eixo: VI</b>	<b>Meio Ambiente</b>
<b>Programa:</b>	Gerenciamento de resíduos sólidos

<b>Projeto: II</b>	Aterro sanitário
<b>Diagnóstico: Setorial:</b>	O lixo é um dos grandes gargalos da sustentabilidade do Território. Os serviços de coleta efetuados pelos municípios são precários e todo material coletado é armazenado em lixões desordenados, ocupando margens das estradas, terrenos inadequados, ameaçando e poluindo lençóis freáticos, rios, córregos e nascentes.
<b>Localização:</b>	01 em cada pólo já definido. Pólo 01 (Rafael Jambeiro ,Itatim e Stª Terezinha); Pólo 02 (Iaçu, Itaberaba, Boa Vista); Pólo 03 (Ruy Barbosa, Macajuba, Lajedinho e Ibiquera) e Pólo 04 (Mundo Novo, Piritiba e Tapiramutá)
<b>Público Prioritário:</b>	Todos os habitantes do território.
<b>Justificativa:</b>	Necessidade urgente de adotar medidas adequadas para o tratamento dos resíduos sólidos dos municípios como forma de proteger o meio ambiente, melhorando a saúde e a qualidade de vida das pessoas.
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteger o meio ambiente, garantindo a qualidde do ar , os solos, subsolos e os mananciais aquáticos de superfície e subterrâneos;</li> <li>- Melhorar a saúde e a qualidade de vida da população.</li> </ul>
<b>Metas:</b>	Implantar 04 Aterros Sanitários tecnicamente apropriados.
<b>Cronograma:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 2011: elaboração de projeto técnico;</li> <li>- 2012: implantação do projeto.</li> </ul>
<b>Estratégias:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver um processo de discussão com a comunidade, através das suas esferas de organização e das escolas, para que, de alguma forma, envolvam-se na execução do projeto.</li> <li>- Criar consórcios municipais ou cooperativas que sirvam de instrumento para a execução do projeto.</li> <li>- Pactuar o processo de gestão entre os Municípios.</li> </ul>
<b>Arranjos Institucionais:</b>	Articulação e busca de apoio da SEMA, SESAB, SEDUR, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades.
<b>Resultados Esperados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tratamento adequado dos resíduos sólidos;</li> <li>- Melhoria das condições ambientais;</li> </ul>

	- Melhoria da qualidade de vida da população.
<b>Gestão:</b>	A gestão do processo de negociação é da responsabilidade do Comitê Gestor. Já o processo de implantação e manutenção, é da responsabilidade dos municípios, através de consórcios ou cooperativas.
<b>Custos:</b>	<b>Total .....20.000.000,00</b>



<b>Eixo: VI</b>	<b>Meio Ambiente</b>
<b>Programa:</b>	Recursos hídricos
<b>Projeto: III</b>	Recuperação e conservação dos mananciais
<b>Diagnóstico Setorial:</b>	Os mananciais do território Piemonte do Paraguaçu vem reduzindo suas reservas e água de forma progressiva, diante da ação predadora da população, através o desmatamento, queimadas, agrotóxicos na



	agricultura e a pecuária extensiva, provocando a morte dos pequenos rios e nascentes, ameaçando o rio Paraguaçu.
<b>Localização:</b>	Todos os municípios
<b>Público Prioritário:</b>	Toda população do território.
<b>Justificativa:</b>	A recuperação e conservação das águas é a prioridade número um para a existência da vida. Com o processo de degradação em curso, certamente que a população começará a fugir da escassez, o que seria o caos para todos Território pela concentração de pessoas em locais impróprios.
<b>Objetivos:</b>	Assegurar a conservação das águas e a perenidade dos rios, lagos e nascentes.
<b>Metas:</b>	Recuperar, em médio prazo, os recursos hídricos do Território.
<b>Cronograma:</b>	- elaborar, em 2011, projeto técnico; - iniciar, em 2012, a execução do projeto, com ações de recuperação das condições de manutenção dos recursos hídricos.
<b>Estratégias:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação do órgão municipal de gestão ambiental na forma de secretaria ou diretoria;</li> <li>- Criação dos conselhos municipais de meio ambiente;</li> <li>- Realização de seminários e foruns de meio ambiente;</li> <li>- Investir em recuperação de áreas degradadas, matas ciliares, áreas de preservação permanentes.</li> <li>- Introduzir, nos currículos escolares, o estudo do meio ambiente como disciplina optativa e complementar.</li> </ul>
<b>Arranjos Institucionais:</b>	Criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, articulação com o INGÁ e SEMA, <b>EMBASA E INEMA</b> .
<b>Resultados Esperados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Matas ciliares e áreas de vegetação degradada recuperadas;</li> <li>- Recursos hídricos preservados;</li> <li>- Condições de vida garantidas.</li> </ul>
<b>Gestão:</b>	Compartilhada entre municípios e sociedade civil organizada através de um comitê gestor.

<b>Custos:</b>	Elaboração de Projeto Técnico.....R\$	300.000,00
	Custos anuais de medidas a serem adotadas .....	R\$ 6.000.000,00
	Total para 2 anos.....R\$	12.300.000,00

## Considerações Finais

O liberalismo clássico associou o desenvolvimento de uma comunidade ou região à presença de recursos naturais, o que condenaria ao subdesenvolvimento as localidades desprovidas desses bens. Para muitos estudiosos, inclusive liberais, a existência de recursos naturais não é pré-requisito para o desenvolvimento, como foi o caso de Alfred Marshall, ainda no século XIX: *no longo prazo, a riqueza nacional é governada mais pelo caráter da população do que pela abundância de recursos naturais, onde os atributos éticos e intelectuais são um dos mais valiosos entre todos os insumos da função da produção, um dos ingredientes decisivos na receita do crescimento econômico* (FONSECA, 1992, p. 65). Ou seja: o mais valioso insumo propulsor do processo de desenvolvimento é a capacidade técnica, intelectual e ética da população de uma determinada localidade.

Este PTDS é resultado de muitos dias de trabalho, de muita gente, em diferentes momentos e formas, de um exercício de articulação das *forças vivas* do Território que pretendem se transformar em elemento propulsor do desenvolvimento sustentável. Com ele, estamos inaugurando um novo momento em nossa história que passa a ser pensada, planejada e construída pelo conjunto da sociedade e não por políticos tradicionais e burocratas.

Este Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) do Território Piemonte do Paraguaçu, elaborado por representantes da sociedade civil organizada, agentes públicos, técnicos e políticos comprometidos com o futuro do território, pretende ser, efetivamente, um recurso técnico e político para a execução de projetos e programas selecionados como prioritários. Por isso, não deve e não pode ser uma publicação a mais para enfeitar nossas mesas e prateleiras, mas um efetivo instrumento de promoção do desenvolvimento territorial. Ele deve ser o *norteador* da implementação de políticas públicas que, por um lado, gerem os benefícios esperados para o conjunto da população e, ao mesmo tempo, fortaleçam todo o cabedal de organização e de sinergia nele incorporado.

Enquanto instrumento de intervenção, o PTDS não é uma peça morta e fria. Pelo contrário, deve ser encarado como um instrumento dinâmico que precisa acompanhar o movimento da realidade socioeconômica e política do Território, adequando-se a ela através das revisões e modificações que deverão ser introduzidas periodicamente.

## Referências

1. ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre, Editora UFRS, 2003.
2. ALENCAR, Chico. **Os visionautas**. São Paulo: Geramond, 1998.
3. AMORIM, Itamar e GERMANI, Guiomar. **Os quilombos da Bahia e a regularização fundiária**. UFBA. 2004. extraído de <http://www.igeo.uerj.br>, em 16/05/2006.
4. Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD/ONU, 2000.
5. CODESPP PIEMONTE DO PARAGUAÇU. Relatórios de Oficinas e Atas de Reuniões.
6. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL – CAR. **Programa de desenvolvimento regional sustentável – PDRS**: Chapada Diamantina. Salvador: CAR, 1997.
7. Comissão Pastoral da Terra. **Espinhoso caminho para a Liberdade: conflitos no campo**. Goiânia, Relatório da 8ª. Assembléia Regional da CPT, 1991.
8. DUAİLBI, Miriam. O mundo que queremos, é um mundo possível? In: Medeiros, Heitor, Sato, Michele (org.) **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. N.1 (Nov. 2004, p. 120-122).
9. FONSECA, Eduardo Gianetti da. O Capital Humano na Filosofia Social de Marshall. In: **Revista de Economia Política**. Vol. 12, nº 2(46), São Paulo, FIPE, abril/jun, 1992;

10. FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1964.
11. \_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974;
12. \_\_\_\_\_. Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste. In: **Novos Estudos CEBRAP Nº 1**. São Paulo: CEBRAP, 1981
13. LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau. Ed. da FURB, 2000.
14. IBAMA /MMA. **Agenda 21**. Brasília, MMA, 2000.
15. IBGE. **Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.
16. \_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 19980**; Bahia, nº 15. Rio de Janeiro, 2006.
17. \_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006**; Rio de Janeiro, 2006.
18. \_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, IBGE, 2001.
19. MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. Vol. 3. São Paulo, Atlas, 2006.
20. Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Recursos Hídricos. **Plano Nacional de Recursos Hídricos – Resumo Executivo**. Brasília, MMA, 2008.
21. NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Desenvolvimento Territorial no Semi-Árido baiano: qual a estratégia?** In: Bahia Análise & Dados. Semi-Árido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008.
22. OLIVEIRA, Victor Pereira de. **Repensando o Rural; sob o prisma das urbanidades, em Nova Friburgo, RJ**. Rio de Janeiro: Editora CRV, 2011.
23. PEDRÃO, Fernando. **Rever o Semi-Árido**. In: Bahia Análise & Dados. Semi-Árido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008.
24. PEICO, Rafael Echeverri & RIBEIRO, María Pilar. **Ruralidade, Teritorialidade e Desenvolvimento Sustentável; visão do território na América Latina e no Cabibe**. Brasília: MDA/IICA, 2005.
25. SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Reflexões sobre o processo histórico de subdesenvolvimento econômico do semi-árido baiano**. In: Bahia Análise & Dados. Semi-Árido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008.
26. SEI. Bahia Análise & Dados. **Semi-Árido Baiano: desafios e perspectivas**. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008.
27. \_\_\_\_\_. **Perfil Financeiro dos Municípios Baianos 2001-2006**. Vol. 6, Salvador, SEI, 2009.
28. DILV EIRA, Mário Rogério et all. **Questões Nacionais e Regionais do território brasileiro**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
29. VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias; o Brasil é menor urbano do que se calcula**. Brasília: Autores Associados, 2003.

Atenção: arrumar, incluir outros, se for o caso.





Conselho de Desenvolvimento Sustentável do  
Território Piemonte do Paraquacu

---



**MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO**

